

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Alexsandro Cosmo de Mesquita

E o verbo se fez digital

Uma narrativa sobre cultura indígena, tecnologia e formação

Mestrado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital  
TIDD

São Paulo

2016

Pontifícia Universidade Católica De São Paulo

Alexsandro Cosmo de Mesquita

E o verbo se fez digital

Uma narrativa sobre cultura indígena, tecnologia e formação

Mestrado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital  
TIDD

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Tecnologias da Inteligência e Design Digital, processos cognitivos e ambientes digitais, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Maria Di Grado Hessel.

São Paulo

2016

Pontifícia Universidade Católica De São Paulo

Alexsandro Cosmo de Mesquita

E o verbo se fez digital

Uma narrativa sobre cultura indígena, tecnologia e formação

Mestrado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital  
TIDD

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Tecnologias da Inteligência e Design Digital, processos cognitivos e ambientes digitais, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Maria Di Grado Hessel.

Aprovado em:

---

Profa. Dra. Ana Maria Di Grado Hessel

---

---

## **Dedicatória**

Ao universo e a todos que fazem parte dele.

## **Agradecimentos**

Gostaria de começar informando que todas as pessoas que fizeram parte da história da minha vida, desde o momento em que nasci até o momento que registro estas palavras aqui, contribuíram diretamente ou indiretamente para a realização deste sonho e eu os agradeço muito!

Primeiramente quero agradecer ao Todo Poderoso, a aquele que me deu o dom da vida e permitiu que eu chegasse até aqui e se for sua vontade, irei mais além. Aos meus pais, Cosmo José Mesquita e Maria da Luz Higino Mesquita, que me acolheram desde o momento em que apareci aqui na Terra. Cuidaram, e ainda cuidam, de mim e sei que sempre posso contar com vocês. Meus irmãos Amaro e Adelson e as minhas cunhadinhas Tatiane Benvinda Mesquita e Bruna Sousa. Ao meu grandíssimo amigo Cássio Bedin, que me apoio e me ajudou bastante nessa aventura. Sempre que possível ele resolvia algumas burocracias para mim enquanto eu estava em campo, muito obrigado pelo seu companheirismo! Aos meus sobrinhos Samuel e Lucas e a toda minha família que vive no Nordeste do Brasil e aos que também estão em outros “cantos” do universo, muito obrigado!

A minha estimada, grande mãe acadêmica e hoje “amigona”, professora e Dra. Ana Maria Di Grado Hessel. Pelos dias que ficamos trabalhando até tarde, pela paciência e carinho e por ter acredito no meu potencial desde meu ingresso na academia. A professora Maria da Graça Moreira, Margarete May Berkenbrock, Lucila Pesce e Maria Otilia Montessanti Mathias por aceitarem fazer parte da minha banca e pelas orientações também. Ao professor Nilton Colombo, pelas aulas extras e ter me ajudado sempre que possível. Saibam que sempre utilizo o que vocês me ensinaram, ensinamentos que vão além da disciplina lecionada por vocês.

Ao professor Benedito Prezias, que tanto me ajudou na graduação e também em alguns momentos no decorrer do mestrado, o qual conheci através do Programa Pindorama. A professora Lucia Helena Rangel, a Cícera, ao professor Miguel, da psicologia, e a toda a equipe do Programa Pindorama que

me ajudou a reatar os laços com a história das minhas origens. Obrigado a todos vocês!

A todos meus amigos, em especial, a Kelly Fortunado, desculpe-me pelos momentos que estive ausente; Adriana Mitiko, obrigado por me ajudar nos momentos em que precisei do seu olhar analítico; Jaqueline Santos, aprendi muito com você durante o tempo em que trabalhamos juntos; Daniele Cristina Santos, Edna Menezes, Cristiane Yonamine, Rafaela Nunes Lima, Marcos Cabral, Olivia Hamada, Sabrina de Paula em fim, a todos meus amigos, obrigado!

Um agradecimento especial também para toda a equipe da Thydêwá, Sebastián, Maria, Toyane, Gessy, Laís, Evandro, Lemuel, Maria Rita, Potyra, Margareth, Fernanda, Joana, Helder, Magno, Luís, Karine, valeu pessoal! E a todos meus novos amigos que fiz durante o tempo que passei nas aldeias. D'Juda, Valdelice, Joel, Marlene, Franklin, Karine, Ítala, Yatan, Thixi, Laura, Wilma, Trator, Nhenety, Elisama, em fim a todos, porque são muitas as pessoas que conheci e se tornaram minhas amigas e amigos nesse trajeto.

Eu agradeço a todos vocês!!!

## Resumo

O tema desta pesquisa é a identidade indígena e tecnologia, a qual teve como objetivo detectar os aspectos percebidos na construção da identidade das comunidades indígenas, durante uma experiência de formação, que podem auxiliar na compreensão do papel da tecnologia da comunicação para essas comunidades. O método escolhido foi o da pesquisa-ação, pois este permitiu ao pesquisador tornar-se um praticante social, realizando ações com a finalidade de proporcionar melhorias no ambiente em que esteve inserido, além de observá-lo e registrar sua experiência em um diário de bordo. O tema abordado, tratado no referencial teórico, está relacionado aos conceitos de construção e perda de identidade indígena, resgate do eu, direitos e acesso à tecnologia. O estudo foi desenvolvido durante uma formação de comunidades indígenas, com o objetivo de desenvolver planos de ação, no projeto *Mensagens da Terra*. Alguns elementos da narrativa, registrada durante o processo de formação, tais como, o contato físico, a realização de oficinas de formação e o contato com a realidade vivida pelas comunidades indígenas do Nordeste, a qual o autor teve contato, foram analisados e interpretados à luz do referencial teórico. Em conclusão, o processo de formação foi avaliado na visão do pesquisador, sob a luz de aspectos da identidade indígena, além do que, colocou-se em relevo a importância do papel da tecnologia da comunicação para essas comunidades, na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Cultura indígena, formação, tecnologia.

## **Abstract**

The theme of this research is the indigenous technology and identity, which aimed to detect aspects perceived in the building of the indigenous communities, during a training experience that can help in understanding the role of communication technology for these communities. The method chosen was that of action research, because this enabled the researcher to become a social practitioner, performing actions in order to provide improvements in the environment in which it was inserted, and watch him and record his experience in a diary board. The topic treated in the theoretical framework is related to construction concepts and loss of indigenous identity, rescue me, rights and access to technology. The study was conducted during a training indigenous communities, in order to develop action plans in Earth Posts project. Some elements of the narrative, recorded during the training process, such as physical contact, conducting training workshops and contact with the reality experienced by indigenous communities in the Northeast, which the author had contact, were analyzed and interpreted in the Johari's. In conclusion, the training process was evaluated in the researcher's view, in the light of aspects of indigenous identity, in addition, put in relief the important role of communication technology for these communities in contemporary society.

Keywords: Indigenous culture, education, technology.

## Lista de Siglas

CF	–	Constituição Federal
FUNAI	–	Fundação Nacional do Índio
GESAC	–	(Programa) Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	–	Ministério da Educação
MG	–	Minas Gerais
MinC	–	Ministério da Cultura
MiniCon	–	Ministério das Comunicações
OIT	–	Organização Internacional do Trabalho
ONG	–	Organização Não Governamental
OSCIP	–	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PB	–	Paraíba
PCI	–	Pontos de Cultura Indígena
PUC-SP	–	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SECAD	–	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SIDC	–	Secretária da Identidade e da Diversidade Cultural
SPI	–	Serviço de Proteção aos Índios
TIC	–	Tecnologias da informação e Comunicação
UCA	–	Um computador por aluno
UFBA	–	Universidade Federal da Bahia
UFRJ	–	Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP	–	Universidade de São Paulo

## Lista de Figuras

Figura 1 – Representação lúdica das quatro fases pertencente ao ciclo de um projeto. ....	56
Figura 2 - Mandala <i>Dragon Dreaming</i> .....	57
Figura 3 - Roda <i>Dragon Dreaming</i> .....	58
Figura 4 - Círculo do Sonhos criado por um dos grupos durante a oficina de agosto de 2014.....	60
Figura 5 - Holodeck apresentando na série Star Trek.....	61
Figura 6 - Cacique Joel Braz registrando as informações do grupo.....	62
Figura 7 - Oficina de Introdução ao <i>Dragon Dreaming</i> - Definindo os objetivos.....	64
Figura 8 - Ações semelhantes organizadas em colunas.....	65
Figura 9 - Objetivos específicos definidos.....	65
Figura 10 - Oficina de introdução ao <i>Dragon Dreaming</i> - Criando as tarefas... ..	67
Figura 11 - Exemplo de etiqueta com tarefa definida.....	68
Figura 12 - Esquema de organização do <i>Karabirrdt</i> .....	69
Figura 13 - Etiqueta com tarefa assumida.....	70
Figura 14 - Cacique Valdelice se inscrevendo nas tarefas.....	70
Figura 15 - Definição do orçamento e tempo.....	73
Figura 16 - Pinakari.....	74
Figura 17 - Desenho que representa o que poderia atrapalhar o projeto.....	80
Figura 18 - Desenho que representa o que posso fazer para não prejudicar o projeto.....	80
Figura 19 - Organização do conteúdo aprendido na oficina.....	81
Figura 20 - Aplicação do método/ferramenta na Aldeia Xokó em Sergipe.....	83
Figura 21 - <i>Karabirrdt</i> .....	83
Figura 22 - Ritual: Menino do Rancho - Aldeia Pankararu em Pernambuco....	84
Figura 23 - Dona Idalina Tupinambá carpindo seu roçado.....	89
Figura 24 - Casa de farinha Tupinambá.....	90
Figura 25 - Fruta graviola.....	92
Figura 26 - Mapa do trajeto percorrido.....	99
Figura 27 - Foto Maria (filha), Marlene e Maria Braz.....	102
Figura 28 - Mandala <i>Dragon Dreaming</i> aldeia Dois Irmãos-BA.....	105
Figura 29 - Aula de Cultura - Aldeia Dois Irmãos - BA.....	107
Figura 30 - Aula de Cultura - Aldeia Dois Irmãos - BA.....	107
Figura 31 - Construção da casa do Zé - Aldeia Dois Irmãos-BA.....	109
Figura 32 - Construção da casa do Zé - Aldeia Dois Irmãos-BA.....	110
Figura 33 - Construção da casa do Zé - Aldeia Dois Irmãos - BA.....	110
Figura 34 - Oficina de informática PCI Milagrosa-BA.....	117
Figura 35 - PCI Kariri-Xocó em Alagoas.....	122
Figura 36 - Trajeto da aldeia Kariri-Xocó-AL à aldeia Pankararu-PE.....	122
Figura 37 - Exposição de fotos PCI Xokó-SE.....	128
Figura 38 - Janela do quarto em que fiquei hospedado na aldeia Xokó-SE... ..	131
Figura 39 - Mapa da divisa entre Niterói-SE e Pão de Açúcar-AL.....	133

## **Lista de tabelas**

Tabela 1 - Roteiro Ações Inicial.....	94
Tabela 2 - Lista de Palavras que podem e não ser utilizadas .....	94
Tabela 3 - Roteiro oficina Dragon Dreaming - Aldeia Barra Velha .....	95

## Sumário

Introdução .....	13
Indígenas e Tecnologias .....	13
O Problema.....	14
Objetivos .....	15
Um pouco da minha história .....	15
Método.....	17
Personagens.....	19
Organização do conteúdo .....	22
Capítulo 1 - Cinco séculos de história .....	23
1.1 Quem é o índio no Brasil .....	23
1.2 Quando o índio deixa de ser índio .....	26
1.3 Quando o indivíduo volta a ser reconhecido como índio .....	29
1.4 Órgãos responsáveis pela tutela indígena.....	30
1.5 O indígena e o trabalho escravo.....	32
1.6 Aspectos da cultura indígena que precisam ser preservados .....	35
1.7 O acesso a diferentes tecnologias .....	38
1.8 Os indígenas e o ciberespaço .....	42
1.9 Finalizando estas reflexões .....	46
Capítulo 2 - A intervenção e seu registro .....	48
2.1 O primeiro contato físico - De São Paulo à Ilhéus.....	51
2.2 Oficina: Introdução ao <i>Dragon Dreaming</i> - Sonhar .....	54
2.2.1 Círculo dos Sonhos.....	59
2.2.2 Planejar.....	63
2.2.3 Karabirrdt: atribuição das tarefas .....	66
2.2.4 Objetivo Geral ou Missão do Projeto .....	72
2.2.5 Orçamento e Calendário.....	72
2.3 Retorno à Ilhéus.....	81
2.3.1 Aldeia Tupinambá – Ilhéus - BA .....	84
2.4 Aldeia Barra Velha – Porto Seguro - BA .....	92
2.5 Aldeia Dois Irmãos – Cumuruxatiba - BA .....	103
2.6 Retorno a Aldeia Tupinambá – Ilhéus - BA .....	111
2.7 Aldeia Milagrosa – Pau Brasil - BA .....	114

2.8 Aldeia Kariri-Xocó – Porto Real do Colégio - AL.....	118
2.9 Aldeia Karapotó Plaki-ô - AL.....	119
2.10 Aldeia Pankararu – Jatobá - PE.....	121
2.11 Aldeia Xokó – Ilha de São Pedro - SE .....	127
2.12 Lançamento do Livro Pelas Mulheres Indígenas .....	133
Capítulo 3 - Olhar e análise do facilitador/formador .....	136
3.1 Aspectos técnicos das oficinas .....	136
3.2 Aprendizagem lúdica .....	139
3.4 Metamorfose.....	140
3.5 Preconceito.....	143
3.6 Retomadas .....	144
3.7 As TIC nas mãos dos indígenas.....	146
3.8 O acesso às TIC .....	148
3.9 Significados .....	149
3.10 Meio ambiente .....	150
Conclusão .....	153
Reflexões sobre o processo de formação.....	154
A escolha do título .....	155
Apêndices.....	159
APÊNDICE I.....	160
APÊNDICE II.....	162
Anexos .....	167
Anexo I.....	168
Anexo II.....	170
Anexo III.....	172

## **Introdução**

### **Indígenas e Tecnologias**

O tema escolhido envolve elementos complexos, por isso, este foi delimitado cuidadosamente. Nesta dissertação, não me aprofundei e nem apresento todos os elementos que permeiam a temática, mas trago alguns tópicos que, aparentemente, fogem do tema escolhido, entretanto, é necessário apresentá-los para uma melhor compreensão do ambiente e estado atual desse. Neste trabalho, apresento a chegada das tecnologias utilizadas por outras culturas em algumas comunidades indígenas; como os indígenas vêm fazendo uso dessas, em especial, das tecnologias da informação e comunicação dentro do ambiente virtual; e as transformações que o acesso a essas tecnologias vem provocando na relação social e cultural dos povos originários desde o período colonial. Esses itens são analisados a partir do referencial teórico e também do contato que tive com oito etnias do Nordeste do Brasil durante minhas investigações.

“Quando alguma coisa se apresenta em estado nascente, ela costuma ser frágil e delicada, campo aberto a muitas possibilidades” (SANTAELLA, 2004, p.1), as quais devem ser investigadas, pois suas possibilidades não foram inteiramente consumadas nem tal pouco consumidas. O estudo das tecnologias de informação e comunicação (TIC) dentro do ambiente social, nas sociedades urbanas, a chamada “civilização”, possui um número significativo de investigações, com a finalidade de compreender e prever as tendências e uso da tecnologia digital na sociedade na qual estamos inseridos. Neste trabalho, me preocupo em compreender como isto se dá nas sociedades indígenas, ainda mais pelo fato deste assunto está diretamente relacionado as minhas origens, pois pertenço ao povo Potiguara.

Este estudo pode contribuir para que as comunidades indígenas percebam a importância da tecnologia na construção e preservação de sua identidade. O fato dos povos originários terem uma grande sintonia com a terra não os excluem do direito de acessarem a tecnologia digital que aparentemente não faz parte de seu modo de vida. Pelo contrário, elas podem promover e auxiliá-los na manutenção de seus hábitos e costumes e no fortalecimento de sua identidade pela troca de informações e de contatos entre suas comunidades.

Nesta dissertação os termos índio e indígena serão utilizados como sinônimos para referenciar os povos originários do Brasil.

## O Problema

As oito etnias que tive contato durante a elaboração desta pesquisa fazem parte do projeto *Mensagens da Terra*, o qual é gerenciado pela organização não governamental (ONG) Thydêwá. O projeto tem, como um de seus objetivos (anexo I), implantar oito *Pontos de Cultura Indígena*<sup>1</sup> (PCI) em oito comunidades indígenas do Nordeste. Além dos objetivos, há algumas metas que devem ser cumpridas, por exemplo, a de criar, junto com as comunidades, o *Plano de Trabalho* das atividades que serão executadas no espaço do PCI. Porém, a construção desse plano deveria ser realizada pelos próprios membros da comunidade. Nessa etapa do projeto a preocupação maior era: como auxiliar as comunidades indígenas a construírem de forma colaborativa o *Plano de Trabalho* das atividades que serão exercidas nos *Pontos de Cultura Indígena*?

Na busca de um método que atendesse as necessidades de cumprir com os objetivos e metas do projeto, a equipe da ONG encontrou o *Dragon Dreaming* usado para a criação de projetos colaborativos e sustentáveis.

Então, em julho de 2014, passei a integrar a equipe da Thydêwá para auxiliar as comunidades indígenas na construção do *Plano de Trabalho* utilizando o método *Dragon Dreaming*, na função de facilitador. Na verdade, desenvolvi o papel de formador e esta experiência me motivou, juntamente com outros fatores, a desenvolver esta investigação.

O acesso aos dados que possibilitou a coleta de informações empíricas desta pesquisa se deu através do registro do processo de construção dos *Planos de Trabalho* em um diário de bordo escrito por mim. O registro faz parte de um dos recursos utilizados no método de pesquisa-ação (ENGEL, 2000, p. 7) a qual elegi para desenvolver esta investigação.

Buscou-se por meio da análise do conhecimento teórico e empírico, em relação ao tema, responder a seguinte questão:

---

<sup>1</sup> Ponto de Cultura Indígena (PCI): um espaço onde há um ou mais computadores com acesso à internet dentro de comunidades indígenas, pode ser comparado, a priori, com um *telecentro*.

Como formador, que aspectos podem ser percebidos na construção da identidade das comunidades indígenas, durante uma experiência de formação, que podem auxiliar na compreensão do papel da tecnologia da comunicação na sociedade contemporânea.

## **Objetivos**

Objetivo geral:

Narrar o processo de formação das comunidades indígenas tendo em vista a sua construção identitária.

Os objetivos específicos são:

- Relatar o processo histórico da construção da identidade indígena;
- Narrar o processo da construção colaborativa dos *Planos de Trabalho* com auxílio do *Dragon Dreaming* por meio de anotações do pesquisador.
- Analisar e interpretar os dados coletados durante o processo de formação.

## **Um pouco da minha história**

Nasci em 1987 numa cidade chamada Mamanguape, no estado da Paraíba, onde no período da colonização os indígenas Potiguara eram predominantes. Tendo mãe indígena e pai não indígena, desde cedo comecei a viver no contexto urbano. Tive acesso desde criança a tecnologias que muitos na aldeia não tiveram. Já na adolescência, com a percepção de mundo um pouco mais apurada, percebia as deficiências presentes no sistema público de ensino, ainda mais, nas regiões afastadas dos grandes centros e capitais. Nesse período comecei a me interessar pela educação, um pouco de artes e tecnologias.

Quando surgiu a oportunidade de fazer parte do grupo de alunos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), por meio do Programa

Pindorama<sup>2</sup>, dei início a minha carreira acadêmica no curso de Tecnologias e Mídias Digitais (TMD), o qual englobava os meus interesses. Comecei o curso com sede de adquirir conhecimento para compartilhar com a sociedade. No início da graduação conheci a professora Dra. Ana Maria Di Grado Hessel, a qual me ensinou as primeiras concepções sobre pesquisa acadêmica. Fui orientado por ela no projeto de Iniciação Científica junto ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Inteligência e Design Digital (TIDD), no qual, a temática abordada foi “O Recurso Educacional *Flashmeeting* no Projeto Colaborativa de Aprendizagem Aberta entre *Openlearn Open University* e PUC-SP/TIDD”.

Depois de concluir a pesquisa, parti para outro desafio, ser monitor na disciplina de “Mídias Digitais Aplicadas à Educação I”. A professora que me orientou no projeto de Iniciação Científica era a responsável por esta disciplina. Durante a monitoria realizamos um *workshop* sobre o software *Articulate*, uma ferramenta de apresentação também utilizada na construção de cursos de educação a distância (EAD) no formato online. Meu contato com recursos tecnológicos voltados para EAD teve início na universidade, e a utilização e aperfeiçoamento do uso desses ocorreram durante minha carreira profissional na PUC-SP (2010), no SENAC-SP (2011) e na Rede Blue Tree Hotels (2012). Instituições nas quais exerci a função de Designer Instrucional, elaborando materiais didático para serem utilizados no formato online e presencial, roteiros, *storyboards*, realização de treinamentos online e presenciais e outras atividades relacionadas à área de EAD. No segundo semestre de 2012, surgiu a oportunidade de fazer um intercâmbio de doze meses em uma universidade espanhola – Universidade Miguel Hernández de Elche – por meio do programa Ciências sem Fronteiras. Quando voltei ao Brasil, e concluí a graduação, percebi a necessidade imensa de continuar com minhas investigações.

Lembrei-me que um dos principais motivos, o qual me levou a escolher a graduação em TMD, foi o propósito de, futuramente, utilizar os recursos tecnológicos a favor da educação, em especial, em áreas que são carentes do acesso e do uso das tecnologias digitais. Tinha o sonho de proporcionar a comunidades indígenas o acesso à internet e outras tecnologias. No decorrer deste processo de inquietação e necessidade de investigar algo que viesse ao encontro de meus objetivos, fui visitar

---

<sup>2</sup>Programa Pindorama: Programa da PUC-SP que oferece bolsa de estudos a estudantes indígenas que sejam aprovados no vestibular.

algumas regiões do Nordeste do Brasil, em particular, a comunidade indígena da etnia Potiguara, a qual eu pertenço. Ali, descobri que em uma aldeia vizinha havia um *Ponto de Cultura Indígena*, um espaço onde havia alguns computadores com acesso à internet. O espaço tinha oito computadores, sendo que apenas três funcionavam. Tomei conhecimento que o PCI nascera por iniciativa dos próprios membros da comunidade em parceria com um projeto chamado *Índios Online*<sup>3</sup>. Tal descoberta associada a minha inquietude me impulsionou a investigar mais sobre esse tema e também como possibilitar o surgimento de novos PCI em outras comunidades.

Diante do contexto apresentado, decidi entrar em contato com o grupo que criou os *Índios Online*. A relação que construímos foi tão recíproca que possibilitou o nascimento desta pesquisa, pela qual, tive a oportunidade de fortalecer ainda mais meus laços étnicos, os quais já haviam sido reatados a partir do momento em que entrei em contato com o Programa Pindorama.

## **Método**

Ao definir o objeto desta pesquisa, optei por utilizar como método a Pesquisa-ação, a qual é aconselhável no estudo de ambientes onde haja interação social que se caracterize por um problema, “no qual estão envolvidos pessoas, tarefas e procedimentos” (ENGEL, p. 181-191, 2000).

Segundo Tripp (2005, p. 5), a “pesquisa-ação é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática”. Ela segue um ciclo no qual: planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se (TRIPP, p. 3, 2005). Nela o pesquisador torna-se um praticante social, intervindo numa situação com a finalidade de verificar se um novo procedimento é eficaz ou não (ENGEL, p. 4, 2000).

Nesse modelo de pesquisa encontram-se dois métodos que se complementam e os quais adotei para essa dissertação. São eles: 1) os processos de pesquisa-ação presentes no ciclo que essa segue, os quais são utilizados em

---

<sup>3</sup> Índios Online – Portal web criado e gerenciado por comunidades indígenas – Endereço eletrônico [www.indiosonline.org.br](http://www.indiosonline.org.br).

campo; 2) o método de estudo de caso/narrativo (TRIPP, p. 17, 2005). O estudo de caso “é desenvolvido com o propósito de auxiliar no conhecimento ou redefinição de um problema” (GIL, p. 139, 2002), além disso, ele também é “empregado para contar a história do projeto e seus resultados” (TRIPP, p. 17, 2005).

A seguir apresento o referido ciclo:

### *Planejamento*

Iniciei o planejamento dessa pesquisa antes mesmo de me matricular no programa de pós-graduação, ainda mais, pelo forte vínculo que tenho com os povos originários deste país, pois sou indígena do povo Potiguara, que hoje, habita uma pequena parte do litoral da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

No primeiro semestre foi necessário rever as bibliografias elegidas para o projeto e, em paralelo, busquei conhecer mais o contexto do ambiente a ser investigado. A partir do ambiente, era necessário afinar ainda mais a investigação para ter-se com maior clareza o que de fato necessitava ser investigado, de forma que, a intervenção e os resultados dessa, trouxessem melhorias no grupo social participante (TRIPP, 2005, p. 3,7-15).

### *Implementar*

A implementação teve início durante o processo de aprendizagem e formação do uso do método a ser utilizado na intervenção, conforme explicito no segundo capítulo.

### *Descrever*

As situações vividas durante a implementação foram anotadas e a partir desse registro foi possível o nascimento do diário de bordo, o qual é apresentado no segundo capítulo.

### *Avaliar*

A avaliação se deu por meio da análise dos dados colhidos presentes no primeiro e segundo capítulo desta pesquisa.

## Personagens

No segundo capítulo desta pesquisa apresento um diário de bordo o qual contém o registro da experiência a qual vivenciei. Para melhor compreender o papel de alguns personagens, que aparecem na narrativa, e suas responsabilidades num âmbito que vai além da situação apresentada nesta dissertação, exponho, a seguir, uma síntese de quem eles são e quais são suas responsabilidades.

### Thydêwá<sup>4</sup>

A Thydêwá é uma organização não governamental que tem como objetivo promover a consciência planetária e realizar ações em favor de toda vida, em favor da Mãe Terra, conforme consta em sua página web.

### FUNAI<sup>5</sup>

*A Fundação Nacional do Índio – FUNAI é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça, é a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil.*

*Cabe à FUNAI promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas. A FUNAI também coordena e implementa as políticas de proteção aos povo isolados e recém-contatados.*

*É, ainda, seu papel promover políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas. Nesse campo, a FUNAI promove ações de etnodesenvolvimento, conservação e a recuperação do meio ambiente nas terras indígenas, além de atuar no controle e mitigação de possíveis impactos ambientais decorrentes de interferências externas às terras indígenas.*

---

<sup>4</sup> Fonte: < <http://www.thydewa.org/thydewa/> > acesso em 13 de janeiro de 2016.

<sup>5</sup> Fonte: < <http://www.funai.gov.br/index.php/quem-somos> > acesso em 13 de janeiro de 2016.

*Compete também ao órgão a estabelecer a articulação interinstitucional voltada à garantia do acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania aos povos indígenas, por meio do monitoramento das políticas voltadas à segurança social e educação escolar indígena, bem como promover o fomento e apoio aos processos educativos comunitários tradicionais e de participação e controle social.*

*A atuação da Funai está orientada por diversos princípios, dentre os quais se destaca o reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas, buscando o alcance da plena autonomia e autodeterminação dos povos indígenas no Brasil, contribuindo para a consolidação do Estado democrático e pluriétnico.*

#### Ministério da Cultura<sup>6</sup>

*O Ministério da Cultura é um órgão da administração pública federal direta que tem como áreas de competência a política nacional de cultura e a proteção do patrimônio histórico e cultural.*

*Por meio das metas do Plano Nacional da Cultura, o MinC trabalha a concepção de cultura articulada em três dimensões: simbólica, cidadã e econômica.*

*A dimensão simbólica aborda o aspecto da cultura que considera que todos os seres humanos têm a capacidade de criar símbolos que se expressam em práticas culturais diversas como idiomas, costumes, culinária, modos de vestir, crenças, criações tecnológicas e arquitetônicas, e também nas linguagens artísticas: teatro, música, artes visuais, dança, literatura, circo, etc.*

*A dimensão cidadã considera o aspecto em que a cultura é entendida como um direito básico do cidadão. Assim, é preciso garantir que os brasileiros participem mais da vida cultural, criando e tendo mais acesso a livros, espetáculos de dança, teatro e circo, exposições de artes visuais, filmes nacionais, apresentações musicais, expressões da cultura popular, acervo de museus, entre outros.*

*A dimensão econômica envolve o aspecto da cultura como vetor econômico. A cultura como um lugar de inovação e expressão da criatividade brasileira faz parte do novo cenário de desenvolvimento econômico, socialmente justo e sustentável.*

---

<sup>6</sup> Fonte: < <http://www.cultura.gov.br/o-ministerio> > acesso em 13 de janeiro de 2016.

## Ministério das Comunicações<sup>7</sup>

*O Ministério das Comunicações, criado pelo decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, tem como suas áreas de competência os serviços de radiodifusão, postais e de telecomunicações, e é responsável por formular e propor as políticas nacionais para estas áreas, bem como a política nacional de inclusão digital. O ministério também é responsável, entre outras funções, por outorgar e fiscalizar serviços de radiodifusão e supervisionar suas entidades vinculadas: Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras).*

*Sua missão é: Elaborar, implementar e monitorar políticas públicas transparentes e participativas que promovam o acesso aos serviços de comunicações e contribuam para o desenvolvimento econômico, tecnológico, a democratização e a inclusão social no Brasil.*

## GSECAC<sup>8</sup>

Trata-se de um programa ligado ao Ministério das Comunicações.

*O programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) oferece gratuitamente conexão à internet em banda larga - por via terrestre e satélite - a telecentros, escolas, unidades de saúde, aldeias indígenas, postos de fronteira e quilombos. O Gesac é direcionado, prioritariamente, para comunidades em estado de vulnerabilidade social, em todo o Brasil, que não têm outro meio de serem inseridas no mundo das tecnologias da informação e comunicação.*

## Pontos de cultura Indígena<sup>9</sup>

Segundo o Ministério da Cultura (MinC), o Ponto de Cultura (PC) é a entidade cultural ou coletivo cultural certificado pelo Ministério da Cultura<sup>10</sup>. Os Pontos de Cultura foram criados em 2004 e atualmente é uma das ações da lei 12.342/2010 que trata o Plano Nacional de Cultura (PNC). O MinC defende que o Ponto de

---

<sup>7</sup> Fonte: < <http://www.mc.gov.br/institucional> > acesso em 13 de janeiro de 2016.

<sup>8</sup> Fonte: < <http://www.mc.gov.br/gesac> > acesso em 13 de janeiro de 2016.

<sup>9</sup> Fonte: < <http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultura1> > acesso em 21 de agosto 2015

<sup>10</sup> Fonte < <http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultura1> > acesso em 21 de agosto de 2015.

Cultura funciona como uma base social com fácil acesso e penetração nas comunidades e territórios de segmentos mais vulneráveis. Também defende que esta base social amplia-se para outros segmentos sociais chegando a outros setores como a juventude urbana, periférica, universitária, jovens artistas, novos arranjos econômicos e produtivos. Trata-se de “*uma nova economia que vem sendo inventada e experimentada daqueles que encontram no fazer cultural uma alternativa de trabalho, vida e inserção social*”.

### **Organização do conteúdo**

Essa dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, *Cinco séculos depois*, trago um breve histórico das transformações pelas quais os povos originários passaram desde o período colonial até o presente momento. Fatos históricos que ajudam a entender a situação atual de alguns dos povos existentes no Brasil.

No segundo capítulo, *A intervenção e seu registro*, apresento, em forma de diário de bordo, o registro da experiência que vivenciei junto as comunidades indígenas. Neste registro estão presentes os dados que utilizei para construir o capítulo três.

No terceiro capítulo, *Olhar e análise do facilitador/formador*, faço uma reflexão em relação aos acontecimentos observados e registrados durante o processo de formação e facilitação, tendo como base o referencial teórico que me ajudou a compreender algumas situações presenciadas durante a intervenção. Em seguida, apresento as considerações finais através da conclusão.

## Capítulo 1 - Cinco séculos de história

Este capítulo tem como objetivo refletir sobre as transformações culturais que as comunidades indígenas passaram e vêm passando desde o período colonial até o início do século XXI, partindo da apresentação de um breve histórico das experiências vivenciadas por estes ao contatarem o não indígena.

### 1.1 Quem é o índio no Brasil

Ao chegar à América, em 1492, Cristovão Colombo acreditava estar nas Índias, destino o qual ele havia planejado alcançar ao sair da Espanha com sua expedição. Esse equívoco gerou a denominação pela qual os povos originários do Brasil passaram a ser chamados/designados: *índio*.

A palavra Índio deriva do engano de Colombo que julgara ter encontrado as Índias, ou o “outro mundo”, como dizia, na sua viagem de 1492. Assim a palavra foi utilizada para designar, sem distinção, uma infinidade de grupos indígenas (IBGE, BRASIL 500 ANOS, 2000).

Nesta dissertação os termos índio e indígena serão utilizados como sinônimos para referenciar os povos originários do Brasil.

No dia 22 de abril de 1500, a coroa portuguesa dá início ao processo de conquista do Brasil. Os portugueses se autodeclararam “descobridores” desse país, mas esta informação é equivocada, pois como observa Darcy Ribeiro (1995, p.29) antes dos europeus tomarem conhecimento da existência do Brasil, a terra já era habitada. Havia uma população de cerca de cinco milhões de indígenas divididos por povos, línguas e aldeias. Ribeiro também relata que alguns desses povos eram rivais, com guerras e conflitos. E nas batalhas usavam armas fabricadas por eles mesmos, como: arcos, flechas, lanças, bordunas e outros artefatos indígenas.

Segundo narra uma carta de Pero Vaz ao Rei de Portugal, os indígenas são descritos como pardos e avermelhados “de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de encobrir ou deixar de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência (BRASIL, 2014) ”.

Ao contrário do pensamento dos portugueses, os indígenas viram a chegada dos europeus como um acontecimento mítico. Para eles, os europeus “vinham de outro mundo, da terra de Maíra, e vinham milagrosamente sobre as ondas do mar grosso. Não havia como interpretar seus desígnios, tanto podiam ser ferozes como pacíficos e espoliadores (RIBEIRO, 1995, p. 42).” Porém, a partir de 1531, a real intenção desses conquistadores foi revelada por Martin Afonso de Souza, enviado ao Brasil pelo rei de Portugal em uma expedição que tinha como objetivo a ocupação, colonização e exploração das riquezas naturais do país.

Os nativos passam a ser escravizados e massacrados por resistirem àquela conquista. Alguns fazem alianças com os portugueses, mas isso não impede que suas bases sociais sejam destruídas, resultando na negação de todos os seus valores e provocando a morte não apenas pela lança e espada, mas também pelo sentimento de tristeza causado pela destruição da vida (RIBEIRO, 1995, p.43). Durante esse período, outros países também buscaram usufruir das riquezas naturais e fizeram alianças com algumas etnias indígenas do Brasil. Sendo assim, tínhamos povos que possuíam alianças com os portugueses e outros com os franceses, os holandeses e os espanhóis, por exemplo.

Benedito Preziosi (2016, p.28) relata que havia um bom relacionamento entre portugueses e indígenas enquanto não havia ocupação das terras. Mas, em 1534 o rei de Portugal passou a doar lotes – as capitânicas hereditárias – para nobres e comerciantes. Tal ação fez os indígenas reagirem, o que acarretou no aumento das lutas e guerras, principalmente nas regiões litorâneas. Como os indígenas superavam em número os colonos portugueses, acordos de paz eram propostos, em algumas regiões, mas durando pouco tempo. Assim a guerra era retomada com o envio de mais colonos, armas e munição. Inúmeras guerras ocorreram em todo o século XVI, por meio da resistência indígena, como foram apresentadas por Preziosi em seu livro.

A partir de 1549, os indígenas começaram a ser catequizados pelos jesuítas. Esse foi o início da estruturação escolar em muitas regiões do Brasil. Os missionários jesuítas, enviados por D. João III e sob a orientação do padre Manuel da Nobrega, tinham como objetivo converter os nativos à fé cristã para terem suas vidas pautadas pelos princípios da igreja católica visando sua salvação (SECAD, 2007, p. 10).

Depois de um tempo, os jesuítas construíram grandes aldeias próximas das povoações coloniais para alojar os indígenas que eram trazidos de suas comunidades. Ali, os indígenas viviam segundo os costumes dos não indígenas e longe de colonos que pudessem desviá-los dos princípios religiosos ensinados pelos missionários. Esse processo é chamado de aldeamento e já era praticado em outras colônias portuguesas. Nos aldeamentos, os missionários doutrinavam os indígenas através da catequese de forma que os princípios e tradições dos povos indígenas não eram levados preservados, pois a finalidade dos missionários era inserir os indígenas na nova sociedade, estimulando o convívio entre outros povos e o casamento inter-étnico (SECAD, 2007, p. 11; OLIVEIRA, 1999, p. 23).

Durante o processo de catequização dos indígenas foi criada pelos missionários a Língua Geral. Era a imposição do tupi como língua de contato sendo utilizada para a comunicação entre os diversos povos indígenas e os colonos. Assim palavras portuguesas e de outros idiomas foram sendo incorporadas também a Língua Geral. Em 1757, a Coroa portuguesa deixa de apoiar o trabalho missionário avaliando que tinham muito poder e privilégios. Por outro lado decretou a liberdade dos indígenas, numa prática ambígua, pois ao mesmo tempo queria aumentar a produção agrícola da colônia. Assim eles eram obrigados a trabalhar remunerados, o que poucas vezes ocorria. Os jesuítas e outras ordens missionárias foram expulsos do Brasil e os aldeamentos foram transformados em vilas. Os nativos passaram a ter nomes portugueses e suas línguas foram proibidas assim como a Língua Geral. Surge nesse momento o regime de *Diretório dos Índios*, um projeto de lei que havia sido elaborada em 1755 e editada em 1757, por D. José I, rei de Portugal. Previa um diretor nomeado pelo governador e responsável pela **inclusão do indígena na sociedade** (SECAD, 2007, p. 23).

Em 1798, o *Diretório dos Índios* foi revogado, não sendo substituído até 1845, período em que saiu o decreto 426, de 24 de julho, que regularizou as normas gerais das Missões. Devido à falta de assistência dessas comunidades, o imperador D. Pedro II permitiu o retorno dos missionários ao Brasil, voltando os mesmos a serem responsáveis pela catequese e civilização dos indígenas. Em 1870, o aldeamento missionário teve dificuldades para manter esse projeto de civilização. Em Pernambuco, por exemplo, muitas crianças indígenas eram educadas e

preparadas para serem interpretes, sendo muito delas vendidas ou adotadas por fazendeiros.

## 1.2 Quando o índio deixa de ser índio

Segundo a antropóloga, Lucia Helena Rangel, o índio nunca deixará de ser indígena.

Não importa onde eles vivam. São indígenas de qualquer maneira, falando ou não a língua, tendo ou não religião [tradicional], porque os laços de parentesco é que de fato conferem a eles vínculos de pertencimento. Eles sabem contar as histórias de seus grupos, [e com eles] têm vínculos. Mas o Estado trabalha com estereótipos, e muitos deles, infelizmente, são fabricados pela antropologia. Quando só o que os indígenas têm são os laços de parentesco, ninguém quer reconhecê-los. Porque direitos indígenas são justamente direitos que o Estado gostaria que não existissem, questiona Rangel (In: CARVALHO, 2007, p. 8)

Um dos direitos a qual Rangel se refere, é o direito à terra, o qual a constituição garante aos indígenas e talvez, este seja o grande motivo que contribuiu (e ainda contribui) para a negação e omissão da identidade indígena no Brasil. Isso ocorreu com o modelo colonizador português, que distribuía a terra através do sistema de sesmarias.

O regime de concessão de sesmarias foi transplantado da metrópole para a colônia e consistia na doação gratuita de terras em abundância a quem possuísse os meios para cultivá-la. Na sua concepção original, a doação de sesmarias objetivava solucionar uma crise de abastecimento no reino português. [...]Esta cláusula dispunha que o sesmeiro (aquele que recebia a terra) tinha cinco anos para torná-la produtiva, devendo esta retornar ao senhor original (a coroa portuguesa) caso esta exigência não fosse cumprida. Este é o sentido original do termo terras devolutas – terras concedidas e não aproveitadas que retornavam ao doador. Entretanto, no vocabulário jurídico brasileiro este termo passou a ser usado como sinônimo de terra vaga, não apropriada, patrimônio público (SILVA, 1997, p. 16).

O regime de concessão de sesmarias deu origem à formação de latifúndio<sup>11</sup>, tema a qual não será aprofundado aqui, mas é apresentado no intuito de auxiliar a

---

<sup>11</sup> Latifúndio é um termo originário da língua latina, combinação de “lātus” (significa amplo, espaçoso, extensivo) e “fundus” (fazenda), e que atualmente serve para se referir à propriedade rural de grande extensão, constituída em sua maioria de terras não cultivadas e/ou exploradas com técnicas de baixa produtividade. Na Roma Antiga, “latifúndio” era a grande propriedade agrária de um aristocrata, cuja produção estava baseada no trabalho escravo. Fonte: < [www.infoescola.com/agricultura/latifundio](http://www.infoescola.com/agricultura/latifundio) > acesso em 20 de dezembro de 2015.

explicação desse tópico. Ainda durante o período colonial surge outra forma de se apropriar da terra, a chamada “posse”.

[...] – a posse –, que era mais adaptada à agricultura móvel, predatória e rudimentar praticada, tornando-se o meio principal de apropriação territorial. Até hoje, sua importância como forma de aquisição de domínio é incontestável (OSÓRIO, 1997, p. 2).

Um fato que exemplifica tal colocação está presente na história do povo Potiguara. Quando, em 1917, o sueco Theodor Harman Lundgren inicia o projeto da fábrica de tecidos na cidade de Rio Tinto, estado da Paraíba, a que está localizada em uma região habitada pelo povo Potiguara. A conclusão da construção e início das atividades da fábrica ocorrem em 1924 (VALE, 2008, p. 17), porém, em 1865, o engenheiro Justa Araújo foi enviado à região para fazer valer a lei de demarcação de terras indígenas ali. Ao demarcar as terras, o engenheiro a divide em lotes com ruas traçadas na vertical e horizontal, individualizando as famílias e não levando em consideração o aspecto da cultura do coletivo Potiguara. Isso contribuiu para que mais tarde houvesse a desagregação e desaparecimento dos títulos de posse da terra, que foram parar nas mãos do grupo Lundgren<sup>12</sup> (ALMEIDA; BARROS, 2004, p. 146). O relato a seguir mostra como esse processo pode ter ocorrido, não apenas na região do povo Potiguara, mas em outras regiões habitadas por indígenas.

A Companhia Rio Tinto não queria que dissesse assim: Eu sou índio. Se dissesse que era índio e ela soubesse, ou mandava matar ou mandava retirar aquela pessoa de qualquer jeito. Quem ‘tava doido de dizer? Tinha um cabôco chamado Horácio que morava cá em cima e chegou seu Anilo, que era pessoa do coroné, um revólver do lado e o coroné com revólver também. O velho, doente, deitado numa rede, aí ele disse assim:

Anilo: Diga cabôco safado, de quem é isso aqui?

Horácio: É da Companhia.

Anilo: Queria que você dissesse que era dos índios que eu ia dar a carga desse revólver todinho na sua boca.

E eu assim em pé escutando. Ele disse que aqui não queria ver nenhum cabôco. Com uns dias o velho Horácio morreu (GERLIC, 2011, p. 35).

Harman montou a fábrica de tecidos e quem fosse trabalhar para ele não podia ser índio. Caso algum índio fosse trabalhar ali, esse omitia sua identidade, pois ao se declarar como tal corria risco de tortura e morte. Além disso, se não

---

<sup>12</sup> O grupo Lundgren eram os proprietários da Companhia de Tecidos de Rio Tinto, filial da Companhia de Tecidos Paulista do Estado do Pernambuco, conhecida nacionalmente pela rede de lojas Pernambucanas (ALMEIDA; BARROS, 2004, p. 146).

houvesse indígenas habitando aquelas terras, elas não seriam demarcadas e de direito desses, conforme consta nos decretos e leis constitucionais relacionados a esse tema que, segundo a FUNAI, surgem a partir de 1680. A seguir são apresentados trechos do conteúdo de alguns desses decretos:

E para que os ditos Gentios, que assim descerem, e os mais, que há de presente, melhor se conservem nas Aldeias: hey por bem que senhores de suas fazendas, como o são no Sertão, sem lhe poderem ser tomadas, nem sobre elas se lhe fazer moléstia. E o Governador com parecer dos ditos Religiosos assinará aos que descerem do Sertão, lugares convenientes para neles lavrarem, e cultivarem, e não poderão ser mudados dos ditos lugares contra sua vontade, nem serão obrigados a pagar foro, ou tributo algum das ditas terras, que ainda estejam dados em Sesmarias<sup>13</sup> e pessoas particulares, porque na concessão destas se reserva sempre o prejuízo de terceiro, e muito mais se entende, e quero que se entenda ser reservado o prejuízo, e direito os Índios, primários e naturais senhores delas(In: FUNAI, *Direito Originário*, 2015).

Trecho de outro decreto relacionado às terras indígena:

Tal direito – congênito e originário – dos indígenas sobre suas terras, independente de titulação ou reconhecimento formal, consagrado ainda no início do processo de colonização, foi mantido no sistema legal brasileiro, por meio da Lei de Terras de 1852 (Lei 601 de 1850), do Decreto 1318, de 30 de janeiro de 1854 (que regulamentou a Lei de Terras), da Lei nº 6.001/73, das Constituições de 1934, 1937 e 1946 e da Emenda de 1969. **Todavia, até os anos 1970, a demarcação das terras indígenas, amparada na Lei 6001/733 (Estatuto do Índio) pautava-se pelo modelo da sociedade dominante, qual seja, a moradia fixa associada exclusivamente ao trabalho agrícola, desconsiderando que a subsistência de vários povos baseia-se na caça, na pesca e na coleta, atividades que exigem extensões mais amplas que o contorno imediato das aldeias.** Desse modo, a perspectiva etnocêntrica e assimilacionista vigorou na tradição do direito até 1988. (FUNAI, *Direito Originário*, 2014, grifos nosso).

Ainda relacionado ao direito as terras, destacamos os seguintes artigos da Constituição Federal (CF) de 1934, 1937 e 1946, que não foram respeitados pelo grupo Lundgren.

Artigo 129 da CF 1934 - Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem. Permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las.

Artigo 154 da CF 1937 - Será respeitada aos silvícolas a posse das terras em que se achem localizados em caráter permanente, sendo-lhes, porém, vedada a alienação das mesmas.

---

<sup>13</sup> Nome dado às terras cedidas pela coroa portuguesa às pessoas de posse durante o período colonial. Caso as terras não fossem usadas no cultivo agrícola, seriam repassadas para outras pessoas, durando esse processo até 1822.

Artigo 216 da CF 1946 - Será respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados, com a condição de não a transferirem.

A questão da terra é um dos fatores que mais provocou e ainda provoca mortes de indígenas no Brasil (OLIVEIRA, 2007, 136). Ao analisar relatos de situações de conflitos entre indígenas e proprietários de grandes áreas de terras, aspectos similares ao ocorrido com o povo Potiguara podem ser encontrados. Situações que podem ser categorizadas como estratégias de anular a identidade cultural e até mesmo suprimir a vida de grupos sociais.

### *1.3 Quando o indivíduo volta a ser reconhecido como índio*

Utilizando de estratégias para sobreviver, alguns grupos negavam suas origens, conforme apresentado na história do povo Potiguara e a fábrica de tecidos, outros foram viver em outras regiões do Nordeste como ocorreu com os Karapotó e Kariri-Xocó. Foram obrigados a negar a sua identidade para sobreviver e depois lutar pelo reconhecimento de suas origens, conforme o relato a seguir:

Para continuar os rituais, nossos ancestrais Karapotó foram habitar em Porto Real do Colégio. O Pajé Kariri-Xocó, Francisco Queiroz Suíra, bisneto do Pajé Manoel Paulo, recebeu os parentes no meado do Século XX, onde passaram a viver em paz. Outra parte dos Karapotó ainda ficou morando no Povoado Terra Nova, com o sonho de reaver suas terras. Com a identificação de muitos grupos indígenas pela FUNAI, vários grupos étnicos que haviam escondido suas origens no período do Brasil Império ressurgiram. Com o apoio de outras comunidades, o Cacique Juarez Itapó, dos Karapotó, passou a reunir todo seu povo que estava espalhado pela região para, juntos, buscarem o reconhecimento étnico.

Organizando a comunidade, nós, Karapotó, viajamos à Brasília várias vezes e de lá conseguimos o envio de um Grupo Técnico para identificação do nosso território, que estava nas mãos dos Fazendeiros. A criação da Reserva Indígena só aconteceu na época do Governo Collor quando ocupamos a Fazenda Coqueiro e pedimos o apoio de outras comunidades indígenas. Na ocasião, vieram ao nosso encontro os Guarani e Tupiniquim (ES), Pataxó Hãhãhãe (BA), Xucurú-Kariri e Kariri-Xocó (AL), Xucurú e Fulniô (PE), Potiguara (PB), Xocó (SE), Tapeba (CE) e, todos juntos, fizemos, em 1992, a retomada da Fazenda Taboado, a maior propriedade que estava no Território Karapotó (In: GERLIC, 2012, p. 35).

O reconhecimento dos grupos indígenas era realizado pelo o SPI<sup>14</sup> e hoje cabe a FUNAI fazê-lo. Oliveira (p. 26, 1999) relata que a preservação de alguns aspectos culturais, como o a dança do toré, foi crucial para o reconhecimento

---

<sup>14</sup> SPI, Sistema de Proteção aos Índios.

indígena do povo Atikum, pois segundo o autor “trata-se de um ritual político, protagonizado sempre que é necessário demarcar as fronteiras entre “índios” e “brancos””. O autor também narra que em 1975, uma cooperação estabelecida entre FUNAI e UFBA, a partir da reunião da Associação Brasileira de Antropologia, buscou criar estudos para contribuir com o assistencialismo direcionado aos povos indígenas existentes ali. O projeto não durou muito, mas contribuiu para que mais tarde os antropólogos produzissem materiais que ampliaram “o conhecimento empírico sobre as condições de existência da população indígena no estado (cf. Carvalho, 1984; Agostinho, 1988).” (OLIVEIRA, 1999, p. 16).

Ao cruzar essa situação com outras que narram as estratégias utilizadas pelos povos originários para preservar sua existência, surge uma complexa problemática relacionada a identidade étnica. Em um determinado período da história, membros de uma sociedade buscam apagar suas raízes na esperança de sobreviver, e agora, estes buscam sair da sombra e voltar a fazer parte da história como povos originários. A volta ou a exclusão dos índios na história dos povos originários do Brasil está nas mãos daqueles que a registram e a reescrevem a partir de documentos antigos, definindo a posição do povo indígena na realidade social atual.

#### *1.4 Órgãos responsáveis pela tutela indígena*

O primeiro órgão a ser criado oficialmente pelo governo para tratar as demandas relacionadas à questão indígenas no Brasil foi o Serviço de Proteção ao Indígena e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN). Ele foi criado em 1910 devido à pressão internacional que o Brasil vinha sofrendo. Na época, havia grandes conflitos e massacres contra os povos indígenas, defendidos inclusive pelo diretor do Museu Paulista, Herman von Ihering, justificando que os índios que resistissem aos avanços da civilização fossem exterminados<sup>15</sup>.

Foi este contexto que deu origem ao Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), que visava tanto a proteção e integração dos

---

<sup>15</sup> Fonte: < [http://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/o-servico-de-protecao-aos-indios-\(spi\)](http://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/o-servico-de-protecao-aos-indios-(spi)) > acesso em 16 de novembro de 2015.

índios, quanto a fundação de colônias agrícolas que se utilizariam da mão-de-obra encontrada pelas expedições oficiais (Decreto nº. 8.072, de 20 de junho de 1910). Na base da unificação destas funções estava a ideia de que o 'Índio' era um ser em estado transitório. Seu destino seria tornar-se trabalhador rural ou proletário urbano. Em 1918 o SPI foi separado da Localização de Trabalhadores Nacionais (Decreto-Lei nº. 3.454, de 6 de janeiro de 1918). Entretanto, mesmo com a separação, a premissa da integração pacífica dos índios continuou a basear a atuação do órgão (ISA, 2015).

Em 1916, o código civil foi formalizado pela União, o qual está relacionado com a política de administração dos índios e consta na lei 5.484 de 27 de junho de 1928. Eles estabeleceram a incapacidade jurídica do indígena e o tornaram tutelados do estado brasileiro, devendo o SPI administrar essa tutela. “A terra, a representação política e o ritmo de vida foram administrados por funcionários estatais, com os índios adotando uma *indianidade* genérica (Oliveira, 2001)”.

Durante seu período de existência, o SPI passou por vários ministérios, como o da Agricultura e do Interior. Nesse processo houve a entrada de militares e pessoas não envolvidas com a causa indigenista, mas que tomavam à frente dos postos indígenas e buscavam acelerar o processo de inclusão do indígena à sociedade brasileira. Com o tempo, as acusações de corrupção, genocídio, arrendamentos ilegais e incompetência no trabalho do SPI contribuiu para a sua extinção e em 1967 a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) passa a funcionar em seu lugar (Oliveira e Freire, 2006, p. 131).

Apesar das irregularidades que levaram à extinção do SPI, seu quadro funcional foi transferido para a Funai. Com recursos escassos e mal contabilizados, a Funai continuou a operar, assim como o SPI, com profissionais pouco qualificados. Não se concretizou a proposta de se realizar planejamentos antropológicamente orientados, conduzidos por profissionais de formação sólida, bem pagos e comprometidos com o futuro dos povos indígenas. O órgão foi permeado, em todos os níveis, por redes de relações pessoais, clientelistas e corporativas, que remetem ao paternalismo e ao voluntarismo que dominaram o velho SPI. A criação da Funai foi marcada pela ineficiência, desinteresse e dificuldade de operação, o que levou o órgão a limitar sua intervenção a favor dos índios a situações altamente críticas, conflituosas e emergenciais, consequentes dos planos de colonização e exploração econômica que chegavam aos extremos do país (Oliveira, 2006; Souza Lima, 2002). (ISA, 2015).

A FUNAI herdou do SPI o poder de ser tutor dos indígenas e junto com essa herança veio boa parte do mesmo modelo praticado pelo órgão antecessor. Essa conjuntura facilitou o surgimento de problemas similares, relacionados à corrupção e outras situações vividas no período do SPI. Um desses problemas é relatado por

indígenas da comunidade Xokó, no estado do Sergipe, a qual teve a experiência de conhecer o trabalho da FUNAI nesse período obscuro.

Quando a gente ainda morava na Caiçara recebemos a visita do Chefe do Posto Indígena KaririXocó, de Porto Real do Colégio, Sr. Santana e da antropóloga da FUNAI – Brasília, DelvairMellati. Para nós, foi um momento de alegria, pois era tudo novo. Nós nunca tínhamos ouvido falar em FUNAI. Ela passou a imagem que era a salvadora de toda a situação vivida por nosso povo. Com o passar do tempo, fomos percebendo que a FUNAI não era o que tínhamos imaginado. Em outubro de 1979, os povos indígenas contaram com o apoio do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e realizamos a 13ª Assembleia Indígena dos Povos do Nordeste na Ilha de São Pedro. Com o objetivo de proibir a realização da assembleia, a FUNAI mandou para esse encontro o advogado Dr. Romildo e o Coronel Hércio Gomes, chefe do SNI (Serviço Nacional de Informações da Presidência da República). Como não conseguiu cancelar o evento, a FUNAI tentou, então, enganar os dez membros do Conselho Tribal Xokó. O Dr. Romildo elaborou um documento que pedia que o Conselho assinasse desistindo da terra imemorial Caiçara. O Conselho Tribal não assinou e a assembleia foi realizada com sucesso. Daí para cá, não houve nenhum avanço com a FUNAI, que a cada dia foi se distanciando mais do povo Xokó. Nós não teríamos reconquistado o nosso território se dependêssemos da FUNAI (GERLIC, 2012, p.54).

Nem sempre a existência de órgãos criados para tratar certos temas sociais implica na resolução de problemas e no bom funcionamento destes, principalmente quando há membros que ignoram o propósito institucional e passam a agir em a favor de seus próprios interesses.

Diante desse contexto, surgem na década de 1970, associações não governamentais que buscam defender os povos indígenas. Criadas por intelectuais e missionários envolvidos com a questão indígena, estas entidades passaram a realizar importantes trabalhos como: o questionamento fundamentado às políticas oficiais, a interlocução entre índios e FUNAI, bem como a formulação de alternativas concretas para o indigenismo brasileiro (ISA, 2015). Entre elas estão: as Comissões Pró-Índio (CPIs), as Associações Nacionais de Apoio ao Índio (ANAIs), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), a Operação Amazônia Nativa (OPAN), o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI). Estas duas últimas se juntaram para fundar o atual Instituto Socioambiental (ISA).

### *1.5 O indígena e o trabalho escravo*

A submissão dos indígenas ao trabalho escravo teve início no século XVI e foi aparentemente suspensa e substituída pela escravidão negra que surge a partir

do século XVII no Brasil. Mesmo assim, o indígena ainda era visto como escravo barato que poderia ser utilizado na condição de estoque.

[...] embora preferisse a escravatura negra para a produção mercantil de exportação. O índio era tido, ao contrário, como um trabalhador ideal para transportar cargas ou pessoas por terras e por águas, para o cultivo de gêneros e o preparo de alimento, para a caça e a pesca. Seu papel foi também preponderante nas guerras aos outros índios e aos negros quilombolas.

A documentação colonial destaca, por igual, as aptidões dos índios para ofícios artesanais, como carpinteiros, marceneiros, serralheiros, oleiros. Nas missões jesuíticas tiveram oportunidade de se fazerem tipógrafos, artistas plásticos, músicos e escritores.

A função básica da indiada cativa foi, porém, a de mão-de-obra na produção de subsistência. Para isso eram caçados nos matos e engajados, na condição de escravos, índios legalmente livres, mas apropriados por seus senhores através de toda sorte de vivências, licenças e subterfúgios (RIBEIRO, 1995, p. 98).

No século XX, com maior precisão em 1908, o militar Cândido Mariano da Silva Rondon sugere a criação de uma

“[...] agência indigenista do Estado brasileiro que tivesse entre suas finalidades: a) estabelecer de uma convivência pacífica com os índios; b) garantir a sobrevivência física dos povos indígenas; c) estimularem os índios a adotarem gradualmente hábitos “civilizados”; d) influir “amistosamente” na vida indígena; e) fixar o índio à terra; f) contribuir para o povoamento do interior do Brasil; g) possibilitar o acesso e a produção de bens econômicos nas terras dos índios; h) empregar a força de trabalho indígena no aumento da produtividade agrícola; i) fortalecer as iniciativas cívicas e o sentimento indígena de pertencer à nação brasileira (Lima, 1987). (FUNAI, 2015).

O item acima – “empregar a força de trabalho indígena no aumento da produtividade agrícola” –, dá a entender que há uma máscara que busca encobrir o regime de trabalho escravista praticado pelo SPI. Oliveira (1999, p. 47) relata a criação de postos indígenas nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia, os quais eram chefiados pelos militares Trampowsky, Alberto Portella e Antonio Vianna Martins Estigarribia (OLIVEIRA, 1999, p. 46-68). Esses postos foram criados em áreas estratégicas para a expansão do conhecimento de áreas habitadas por indígenas e que também fossem favoráveis a agricultura, pois nesse período cabia ao SPILNT tratar de assuntos relacionados a esse último tema.

Durante esse processo, os indígenas trabalhavam em diferentes tipos de postos indígenas como os de atração, criação, nacionalização e em povoações (FUNAI, 2015), que coexistiam com militares, positivistas e trabalhadores rurais sem qualquer formação. No processo de contato com outras comunidades indígenas e

busca por inserir estas na sociedade brasileira, algumas normas e técnicas eram estabelecidas e utilizadas, por exemplo, o deslocamento de índios para longe de suas terras no pós-contato. Esta forma de deslocamento, em sua grande maioria, era involuntária e ocasionava a morte por doenças ou fome desses indígenas durante a jornada ou local de destino.

No início do século XXI percebe-se que ainda há outras situações que podem levar o indígena a buscar trabalho que podem estar, ou não, dentro de condições escravistas.

Tudo está ligado a uma questão de movimento (situação) econômico que era bem comum no norte e nordeste do Brasil, que abrange indígena e não indígena. Esse movimento é o chamado: “emigração”. Movimento pelo qual os membros de uma determinada sociedade deixam sua região para viver em outra, em busca de prosperidade e muitas das vezes para fugir da fome. [...] Os objetos de consumo como: cosméticos, roupas, móveis e até eletrodomésticos, foram apresentados com todo seu encantamento para os indígenas. Além disso, o álcool, que trouxe e ainda traz muita desgraça para indígenas e não indígenas, também foi introduzido como “objeto de consumo”. Porém, para comprar esses objetos (ou “bens”) de consumo, era (e ainda é) necessário ter dinheiro. E a única forma dos indígenas conseguirem dinheiro, era saindo de suas aldeias e procurarem trabalho nas cidades vizinhas. (In: GERLIC e MELLO, 2015, p. 31-32).

Devido as condições impostas às comunidades indígenas, a partir da colonização, os membros destas foram escravizados. Isso não descarta a possibilidade de práticas escravistas, entre comunidades, antes desse período. Também não descarta que nos dias atuais haja outras formas de escravizar a mão de obra indígena e não indígena, as quais podem ser apresentadas a esses dois grupos como formas de conseguir recursos para adquirir bens almeçados, bens que os tornarão mais felizes, mas que na realidade irão atrelá-los a um círculo vicioso em que se trabalha para sanar dívidas, descartando o lazer, o bem estar e o consumo de bens necessários.

## 1.6 Aspectos da cultura indígena que precisam ser preservados

*Cultura é o conjunto de manifestações artísticas, sociais, linguísticas e comportamentais de um povo ou civilização. Portanto, fazem parte da cultura de um povo as seguintes atividades e manifestações: música, teatro, rituais religiosos, língua falada e escrita, mitos, hábitos alimentares, danças, arquitetura, invenções, pensamentos, formas de organização social, etc.*

*Uma das capacidades que diferenciam o ser humano dos animais irracionais é a capacidade de produção de cultura<sup>16</sup>.*

No período colonial, muitos costumes presentes nas diversas culturas indígenas foram proibidos, conforme depoimento de indígenas Potiguara:

Para os povos que não morreram, os portugueses forçaram muita coisa: não falar mais nossa língua materna, vestir roupas e não fazer mais nosso ritual sagrado, ou seja, queriam descaracterizar um povo que sempre teve sua própria cultura (In: GERLIC; ZOETTL, 2012, p.4).

Duas estratégias foram fundamentais nesse processo de descaracterização dos costumes culturais. A primeira já foi citada em trechos anteriores deste trabalho, trata-se da escola.

Quando a escola foi implantada em área indígena, as línguas, a tradição oral, o saber e a arte dos povos indígenas foram discriminados e excluídos da sala de aula. A função da escola era fazer com que estudantes indígenas desaprendessem suas culturas e deixassem de ser indivíduos indígenas. Historicamente, a escola pode ter sido o instrumento de execução de uma política que contribuiu para a extinção de mais de mil línguas nativas (FREIRE, 2004).

A segunda foi através de uma estratégia política, na qual, o Marquês de Pombal, em 17 de agosto de 1758, por meio do Diretório, torna a língua portuguesa o idioma oficial do Brasil e também proíbe o uso da Língua Geral e demais línguas indígenas. “No ano seguinte, os jesuítas, que haviam catequisado os índios e produzido literatura em língua indígena, foram expulsos do país por Pombal”<sup>17</sup>. Isso levou à situação atual em que um país tão extenso como o Brasil se comunique por meio de um único idioma.

Frente a esse passado, há o desafio de se abrir novos caminhos. Atualmente, é comum ver presente nos discursos das comunidades indígenas,

---

<sup>16</sup> Fonte: < [http://www.suapesquisa.com/o\\_que\\_e/cultura.htm](http://www.suapesquisa.com/o_que_e/cultura.htm) > acesso em 13 de novembro de 2015.

<sup>17</sup> Fonte: < <http://www.comciencia.br/reportagens/linguagem/ling03.htm> > acesso em 13 de novembro de 2015.

principalmente nas que tiveram maior contato com o não indígena, a frase: “precisamos preservar a nossa cultura”. Mas diante dessa colocação pode surgir a seguinte questão: “ o que dessa cultura deve ser preservado? ” Por trata-se de uma questão complexa, pois a diversidade entre os povos indígenas é gigantesca, buscou-se a partir do próprio discurso de alguns indígenas de grupos diferentes, responder uma pequena parcela dessa questão, conforme apresentado a seguir:

Nheneety (Aldeia Kariri-Xocó – AL)

*Tradicionalmente, os **cantos** indígenas pulsam nas comunidades mantendo vivas nossas culturas. Os invasores tentaram nos silenciar. Tentaram exterminar todos os povos indígenas, mas resistimos, também, através dos cantos*

*Podemos observar que os cantos falam dos pássaros, da dor, do sofrimento, dos louvores à **espiritualidade** e dos ritos, **comemorando os momentos mais importantes dos povos, como festas, aniversários, casamentos, mutirões, colheitas, caçadas...***

*Os índios são grandes heróis da **resistência, morando em comunidades e resguardando áreas de Mata Atlântica, Caatinga e outros tipos de florestas** (In: GERLIC, 2013, p.4).*

Liderança Indígena (Aldeia Kariri-Xokó – AL)

***Cantar e dançar por prazer, lazer e espiritualidade** (In: GERLIC, 2013, p.5).*

Atia (Aldeia Pankararu – PE)

*Para nosso povo, a cultura Pankararu é uma grande riqueza. É a nossa **memória**, a nossa **história**, é o que nos identifica e nos **fortalece etnicamente**.*

*É uma alegria realizamos nossas **festas**, nossas **danças**, o nosso **Toré**, onde todos podem participar e valorizar cada vez mais nossas **tradições**.*

*Podemos dizer que as partes dos **Torés** apresentados em português, têm muita relação com os elementos da natureza, valorizam as expressões locais e **preservam a memória**. E se **cantados no linguajar dos nossos antepassados**, há uma resposta de entendimento e **comunicação**. Assim, se a **escola** faz parte do projeto societário, tem a missão de **fortalecer a cultura**, entender a ciência do seu Povo e a comunicação através dos cantos na sua diversidade de significados. Principalmente, saber fazer associação com demais elementos da nossa cultura (In: GERLIC, 2013, p.11-17).*

#### Liderança Indígena (Aldeia Tupinambá – BA)

*Segundo nossos antepassados, existiram índios que, rejeitando a troca de linguajar, passaram apenas a se comunicar através do **Toré** e, assim, passavam para seu povo os avisos e orientações sem que os invasores compreendessem. Mesmo diante de todo o desespero, o **espírito divino** que existe dentro de nós, enche-nos de esperança e **cantávamos** como se tudo não passasse de um pesadelo terrível e, a cada amanhecer, **cantávamos** com mais entusiasmo e ainda mais esperança (In: GERLIC, 2013, p.22).*

#### Cecília (Aldeia Tumbalalá – BA)

*Este **canto** não só fala das **matas**, mas do processo de invasão colonial, de **catequese** e de **morte cultural**. Esse **canto** é um apelo! Por que tiraram nossos **costumes**? Nós só queríamos nossos **rituais** e **crenças**!(In: GERLIC, 2013, p25).*

Nas narrativas, pode-se observar palavras chaves que se repetem porque estão plenas de significados das características culturais que o indígena quer e busca preservar. Algumas dessas são: canto, rituais, crenças, mata, memória e dança. Costumes que faziam parte do cotidiano de seus ancestrais que ao serem reproduzidos faz alusão a existências desses no passado e presente.

### *1.7 O acesso a diferentes tecnologias*

Antes do contato com povos de outros continentes, a troca de saberes entre as diferentes culturas autóctones já fazia parte do modo de vida dos indígenas. Se Ribeiro (1995, p.29) afirma que havia conflitos entre diferentes etnias, não se pode descartar a existência de alianças entre elas também.

O contato com nações de outros continentes proporcionou o acesso a técnicas diferentes das utilizadas por esses povos. Lembrando que a técnica é o “conhecimento prático, conjunto de métodos práticos essenciais para a execução perfeita de uma arte ou profissão. E a tecnologia é o conjunto dos processos especiais relativos a uma determinada arte ou indústria<sup>18</sup>”. Durante séculos o homem vem fazendo descobertas de objetos ou processos que facilitam a execução de suas tarefas diárias. Os diferentes processos, ou seja, as várias técnicas utilizadas para chegar-se a um determinado resultado é o que chamamos de tecnologias.

Para repassar o conhecimento e introduzir os indígenas a rede da “civilização”, os missionários utilizaram em suas escolas ou aldeamentos, a princípio, as tecnologias intelectuais que eles já dominavam na época, em especial, a escrita.

[...] a escrita, por exemplo, serviu por um lado para sistematizar, para gradear ou enquadrar a palavra efêmera. Por outro lado, ela inclinou os letrados a ler o mundo como se fosse uma página, incitou-os a decodificar signos nos fenômenos (LEVY, 1993, p. 71).

Por meio da escrita e leitura do idioma português, os indígenas foram inseridos na chamada “civilização”.

---

<sup>18</sup> Fonte: Dicionário Michaelis, consulta online.

Outros recursos – os quais também podem ser chamados técnicas ou tecnologias devidos suas características – foram utilizados no processo de aculturação do indígena. Por exemplo, no Sudeste, Leste e Nordeste, onde predominavam os povos de língua tupi, o catecismo (SECAD, 2007, p.49), peças de teatro e poemas neste idioma, foram meios utilizados para aculturá-los.

Esse processo, acompanhado de outras ações, como assassinato de homens, mulheres e crianças indígenas, queima de aldeias entre outras barbaridades, contribuíram para que hoje, das mais de 1000 etnias existentes no século XVI, restasse apenas 305 (IBGE, 2010). Nota-se, a partir dos dados apresentados, a utilização de todas as técnicas e recursos tecnologias conhecidos na época para investir na inclusão social do indígena e, conseqüentemente, na extinção de sua identidade.

A partir do processo de redemocratização, iniciado em meados da década de 1980, começa a delinear-se o reconhecimento da alteridade e, por conseguinte, da diversidade cultural que caracteriza a população brasileira. Tal processo de reconhecimento é recente e não basta uma modificação do texto da lei para transformar as práticas sociais. Temos que considerar, porém, o avanço, no âmbito normativo, do reconhecimento da alteridade e a criação de políticas educacionais específicas para as comunidades indígenas. É no processo de redemocratização que o debate político em torno da educação indígena é renovado. “A discussão sobre a educação escolar indígena ganhou nova configuração a partir da década, quando organizações indígenas e indigenistas se uniram no sentido de intervir nas políticas do Estado para o setor indígena”. (ISAAC, 2004, p.94). (Martins, 2008, p.3).

A nova configuração da escola indígena – antes utilizada como fonte de exclusão de seus costumes e valores – revive a esperança de resgatar, preservar e continuar repassando às gerações contemporâneas e futuras, o que restou da cultura praticada por seus ancestres. Para isto tem utilizado recursos tecnológicos que outrora eram empregados apenas para inserir o indígena na sociedade “civilizada”.

Porém, apenas a aprovação de leis não garante o cumprimento dos direitos. Para que estes sejam atendidos sempre é preciso pressionar por meio de confrontos:

Lutas, confrontos, além da organização dos grupos sociais, são importantes para pressionar o Estado. Todavia, como as comunidades indígenas tomariam conhecimento dos seus direitos? Morin (2002: p.107) adverte que em uma

democracia é imprescindível que os governados controlem a “máquina do poder” para reduzir a submissão (Martins, 2008, p. 5).

E foi o que alguns grupos indígenas no estado de Roraima fizeram. Segundo Martins (2008, p. 5-6), alguns professores se reuniram, a partir da década de 1970, em encontros anuais para a discussão de problemas relacionados a educação indígena. E, em 2002, entre assembleias, reivindicações e muitas lutas conseguiram a aprovação para criar um curso de nível superior voltado a formação de professores indígenas, no estado de Roraima.

No estudo elaborado por Martins (2008), a escola aparenta ser um meio de dar continuidade as práticas culturais indígenas, acesso à cultura e também, pode-se dizer, acesso às tecnologias do não indígena. Isso porque o currículo escolar da região apresentada pelo autor, no geral, é elaborado por professores indígenas.

O texto da lei 9.394/96, afirma que cabe à União desenvolver programas para garantir o acesso à educação, seja ela indígena ou não indígena:

Art. 78 O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II – garantir aos índios, suas comunidades e povos o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Essa lei busca garantir aos indígenas, além da valorização de sua memória, cultura e outros aspectos presentes nela, o acesso às diferentes tecnologias dentro da esfera educacional – no contexto de políticas públicas governamentais. Em 2010, com a aprovação da lei 12.343 que rege o Plano Nacional de Cultura<sup>19</sup> (PNC), pode-se enxergar o acesso às tecnologias dentro da esfera cultural que abrange toda a

---

<sup>19</sup> O Plano Nacional de Cultura (PNC) é um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e metas que devem orientar o poder público na formulação de políticas culturais. Previsto no artigo 215 da Constituição Federal, o Plano foi criado pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Seu objetivo é orientar o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil.

Fonte: Plano Nacional de Cultura < <http://pnc.culturadigital.br/entenda-o-plano/> > acesso em 22 de dezembro de 2015.

população brasileira. Lembrando que existe outras leis e ações que favorecem o acesso as tecnologias no Brasil.

A partir de leis de incentivo à cultura, em 2004, um grupo de indígenas do Nordeste cria um portal web chamado *Índios Online*. Segundo depoimento apresentado por Gerlic (2015, apêndice II), o portal web nasceu a partir de um processo de resgate e valorização da cultura indígena o qual ele já vinha desenvolvendo junto a alguns grupos indígenas do nordeste desde o ano 2000.

O processo de resgate e valorização ocorria através da criação e publicação de livros escritos e ilustrados pelos próprios indígenas, que mais tarde, por meio de uma lei de incentivo à cultura, proporciona o nascimento do portal web *Índios Online*, além da criação de sete *ciber-ocas*<sup>20</sup> em sete comunidades indígenas do nordeste<sup>21</sup>. Enxerga-se nesse processo a apropriação da oralidade primaria, escrita e informática, as quais, segundo Levy (1993, p. 77-78), fazem parte das tecnologias de informação e comunicação (TIC). As TIC são o resultado da utilização e aperfeiçoamento das tecnologias que foram se aprimorando e ganhando novas características com o passar do tempo.

Cabe retomar que, antes da existência da escrita, a fala era o principal meio de comunicação, e os povos ágrafos conseguiam manter sua cultura viva durante milênios por meio da oralidade. O surgimento da escrita permitiu a captura e interpretação dos sons orais, o registro desses nos possibilitou a extensão da memória (SANTAELLA, 2003, p. 222), além de permitir a análise dos fatos históricos por meio do tempo. Em seguida, vem o surgimento da informática, permitindo a digitalização da escrita e outras tecnologias da informação e comunicação e o acesso e o compartilhamento dessas por meio de qualquer computador conectado ao espaço virtual (ao ciberespaço).

---

<sup>20</sup> Ciber-oca: um espaço onde há um ou mais computadores com acesso à internet dentro de comunidades indígenas, pode ser comparado, a priori, com um *telecentro*. Atualmente, esses espaços também são conhecidos como Ponto de Cultura Indígena, ou, Ponto de Cultura.

<sup>21</sup> As sete comunidades participantes eram: Kariri-Xocó/AL, Xucuru-Kariri/AL, Pankararú/PE, Tumbalalá/BA, Kiriri/BA, Tupinambá/BA e Pataxó-Hãhãhãe/BA.

## 1.8 Os indígenas e o ciberespaço

*O arco e flecha é um instrumento de defesa, de caça... Hoje em dia, um computador com acesso à Internet também pode ser utilizado pelos índios como um instrumento de defesa e de caça (Nhenety – Kariri-Xokó. In: GERLIC, 2014, p.11)*

A utilização de espaços virtuais, também chamado “ciberespaço”, permite a comunicação entre pessoas que se encontram em diferentes pontos geográficos. Áreas que antes eram de conhecimento da população apenas por meio de informações publicadas pelos meios de comunicação de massa, hoje, podem ser conhecidas por meio das informações disponibilizadas e publicadas pelos próprios habitantes dessas. A exemplo dessa afirmação, apresenta-se o portal web *Índios Online*, hoje utilizado por indígenas de todas as regiões do Brasil. O portal traz situações que informa desde a momentos comemorativos a conflitos, como se fossem jornalistas independentes.

Há quem diga que o surgimento da internet proporcionou o uso do jornalismo independente, pois hoje são inúmeros os blogs independentes de notícias existentes no ciberespaço. Porém, o advento do jornalismo independente já existia antes da criação do ciberespaço.

Os primeiros periódicos eram pequenos empreendimentos comerciais voltados para o lucro, produzidos por um ou dois repórteres (SOUSA, 2008, p. 34). Na origem da prática jornalística, no século XVII, a produção da informação era descentralizada e praticada por colaboradores (DE BAECQUE, 1996, POPKIN, 1996). O jornalismo somente se institucionaliza no século XIX, quando ocorreu a fixação dos jornalistas enquanto uma categoria profissional, a consolidação das empresas jornalísticas e a formação de um público de massa (SCHUDSON, 1978, SCHILLER, 1981, SOUSA, 2008, MACHADO, 2006). E a mudança não foi da noite para o dia: o processo de profissionalização se deu ao longo de séculos quando o indivíduo escritor independente se transformava na figura do jornalista profissional, começando a trabalhar para periódicos. Tanto que o mercado gerado pela industrialização da imprensa no século XIX havia já surgido antes e impulsionara a autonomização e valorização do profissional jornalista (FIDALGO, 2008, p. 107). (TAVARES, 2013, p. 32)

A autora também relata que a institucionalização do jornalismo não provocou a paralização da prática do jornalismo independente e cita como exemplo o escritor

e jornalista alemão Karl Kraus que escreveu e editou sozinho na Alemanha prénazista (1912 e 1934) a revista *Fackel*.

Apesar do portal web - *Índios Online* - possuir características semelhantes ao do jornalismo independente, Tavares (2013) optou por chamar, em sua pesquisa, a elaboração e divulgação de informações feita pelos indígenas dentro do ciberespaço, de “ciber-informações nativas” e justifica que:

Na busca por estabelecer uma separação entre o jornalismo e as novas formas de comunicação que emergem na internet, optou-se por denominar as informações produzidas por indígenas, para a internet, de **ciber-informações nativas**, e não utilizar termos como jornalismo participativo, jornalismo cidadão, ou outros dos conceitos existentes que derivassem de “jornalismo”. Acredita-se que esta distinção permitirá uma diferenciação entre as características específicas do objeto analisado e aquelas do jornalismo, assim como convém melhor à forma como estas práticas se relacionam na esfera pública – a partir de locais de fala e de poder diferentes. Define-se, assim, as ciber-informações nativas como informações produzidas por cidadãos de comunidades tradicionais, nativas, ou comunidades urbanas desfavorecidas, para a internet, que visam intervir no devir social destas comunidades, através da comunicação. (TAVARES, p.37, 2013)

Em uma análise superficial, os indivíduos buscam noticiar sua realidade, porém, a partir de uma análise mais profunda, percebe-se que o importante não é apenas passar informação, mas também trazer um novo olhar para essas. Um olhar que parte da perspectiva de dentro para fora, e não de fora para dentro, o objeto que antes era observado e descrito desde a perspectiva do observador, passa a se auto observar e também se descrever.

Os indígenas também vêm utilizando o ambiente virtual como instrumento de fortalecimento de suas culturas. É comum vermos nos discursos institucionais<sup>22</sup> a afirmação que não condiz com essa realidade, no qual a inclusão digital é relacionada com a inclusão social. Mas, o que vem ocorrendo é um movimento de reafirmação e valorização da cultura (ALVES, DINIZ, OLIVEIRA, p. 2, 2014).

É comum encontrar membros da sociedade não indígena com um falso estereótipo em relação aos povos originários. Existem indivíduos que creem que as sociedades originárias não passaram por transformações culturais e ainda vivem como seus antepassados no período da colonização. Isso é fruto da negação e

---

<sup>22</sup> No discurso de membros dos órgãos governamentais que vêm promovendo a criação de leis que favorecem o acesso as TIC.

omissão dos fatos históricos da verdadeira história do país que não vem sendo apresentada no ensino fundamental e médio nacional. Espera-se com a lei 11.645/2008 minimizar essa realidade. Tal lei foi sancionada em 10 de março de 2008 e prevê que nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, sejam públicos ou privados, torne-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena<sup>23</sup>.

As novas tecnologias da informação e comunicação, em especial, os meios digitais, também são utilizadas pelos povos indígenas para se organizarem e realizarem reivindicações. Isso não ocorre apenas no Brasil, mas também em outros países da América Latina há registros da apropriação e uso do ciberespaço com esses propósitos.

Muitos indígenas utilizam a internet como meio de organização política. Um dos casos de grande destaque, que se utilizaram deste meio para fortalecer suas organizações, foi o movimento Zapatista no México e a Confederação das Nações Indígenas do Equador (CONAIE). A CONAIE é uma das maiores organizações indígenas do mundo e mobilizou, através da internet, o movimento de uma grande massa para o protesto e consequente destituição de presidentes equatorianos nos anos de 1997 e 2000. Em outros países como a Bolívia, Panamá e Colômbia ocorrem eventos similares. Na Bolívia, a Confederação dos Povos Indígenas do Oeste da Bolívia (CIDOB) desenvolveu um sistema de informação disponibilizado via internet que sistematiza as reivindicações de reconhecimento de seus direitos territoriais. No Panamá, organizações trabalham para a preservação de suas culturas e recursos naturais, em parceria com ONGs internacionais, e na Colômbia indígenas utilizaram a internet para se defenderem das companhias internacionais de óleo, da guerrilha e das forças paramilitares (ALVES, DINIZ, OLIVEIRA, p. 2, 2014)

As tecnologias que foram utilizadas como forma de inserir o indígena na sociedade, ganham novas formas e passam a ser utilizadas por estes como ferramenta na luta contra o esquecimento e negação de suas origens; sendo utilizadas para resistir, reivindicar, resgatar, manter aspectos culturais, conquistar e manter direitos e ter acesso ao conhecimento.

O uso do ciberespaço permitiu que os indígenas tomassem conhecimento de informações que até então não eram acessíveis a estes. Poran Potiguara fala sobre a importância da internet na cultura indígena:

---

<sup>23</sup> Fonte: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm)> Acessado em 08 de outubro de 2015.

Foi com a Internet que conseguimos estar mais conectados com a sociedade envolvente, tomando conhecimento de tudo que acontece fora de nossas aldeias, em uma amplitude maior do que a televisão e o rádio nos proporcionam. Com esse meio de comunicação é que também foi possível estabelecer uma relação mais próxima com outros povos indígenas e, dessa forma, fortalecer o nosso movimento (In: GERLIC, 2011, p. 16).

Ele também acredita que:

Muitos podem pensar que o contato com as novas tecnologias, entre elas a Internet, nos torne “menos índios”, e também nos distancie da nossa cultura, mas a meu ver isso não ocorre. Esse pensamento existe porque as pessoas ainda têm em mente um estereótipo de índio do passado, aquele que andava nu e vivia no mato, e nos ver hoje, com as mudanças pelas quais passamos, incomoda. Como seria se fôssemos alheios a tudo, o mundo evoluísse e nós permanecêssemos intactos? Resposta simples: Seríamos engolidos por essa chamada globalização (In: GERLIC, 2011, p.17).

Analisando o discurso percebe-se que ter contato com outras sociedades indígenas e não indígenas, não está vinculado apenas ao desejo de querer conhecer outras culturas, mas sim que há uma necessidade de fazê-lo. Martins (2008, p. 8) afirma que “antes de ser um modo de sobrevivência, o acesso ao conhecimento da cultura ocidental é uma forma de resistência das etnias indígenas à homogeneização cultural”.

“Dado que a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas (CASTELLS, p. 43, 1999)”, é comum em pleno século XXI a existência de um estereótipo fortíssimo da sociedade não indígena que crê que os “índios” de verdade não utilizam e nem podem se apropriar das TIC, pois essas ferramentas não condizem e nem representam os “índios”. Em outras palavras, creem que a sociedade indígena não pode se apropriar das ferramentas tecnológicas que lhe dá acesso ao ciberespaço ou a se organizarem em redes digitais, pois tais ferramentas não estão enquadradas na visão de sociedade indígena. Porém, esses indivíduos esquecem, ou desconhecem, que todas as culturas passam por transformações e buscam o seu bem estar. Portanto, não podemos excluir a cultura indígena e nem negar que desde a época da colonização portuguesa (Séc. XVI), e talvez até mesmo antes dela, essa cultura vem passando por transformações.

[...] a tecnologia não determina a sociedade. Nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica, uma vez que muitos fatores, inclusive criatividade e iniciativa empreendedora, intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais, de forma que o resultado final depende de um complexo padrão interativo (CASTELLS, p. 43, 1999).

O uso de ferramentas, sejam elas analógicas ou digitais, não pode caracterizar ou descaracterizar uma sociedade e afirmar ou não a sua identidade étnica. É importante ter conhecimento que todas as sociedades sempre passaram e continuarão passando por transformações. Todos os seres humanos fazem parte de um sistema vivo e todo sistema vivo, no qual cada indivíduo (ser humano) possui um sistema fechado que tem uma estrutura determinada, contribui para a transformação da sociedade em que esse está inserido. Os sistemas vivos são fechados e possuem uma estrutura definida, aparentemente, não há como um sistema que possui essas características proporcionar transformações. Porém, as transformações nas sociedades humanas são possíveis devido à interação entre os sistemas. O ser humano possui um sistema fechado com estrutura determinada, mas isso não significa que os sistemas são homogêneos, pelo contrário, trata-se de sistemas heterogêneos. Sendo assim, a interação entre os sistemas vivos – entre seres humanos – resulta em transformações sociais (MATURANA, PORKSEN, 2004, p. 97-108).

### *1.9 Finalizando estas reflexões*

Esse capítulo, foi criado com o intuito de trazer, em um breve relato, parte da história dos povos originários do Brasil, que, devido a uma grande falha do sistema educacional brasileiro e outros motivos obscuros, não é de conhecimento da sociedade. A ocultação dessas informações, no geral, pode provocar um desentendimento e falta de compreensão da população ao se deparar com notícias relacionadas a reivindicações dos participantes destas culturas.

Trazer fatos e situações que narram parte de sua história, foi uma das estratégias adotadas, para situar o leitor diante de questões que envolvem a temática indígena. Frisa-se que, as situações apresentadas, se comparadas com o

mar de fatos existentes, registrados e não registrados, que envolvem esses povos, é apenas uma gota d'água no meio desse oceano.

Conhecer parte do processo de transformações culturais, sofridos pelos indígenas desde a colonização, permite a sensibilização do leitor. Neste processo pode aflorar um sentimento de revolta, pois ao se aprofundar em alguns estudos de fatos ocorridos no passado, é inevitável deparar-se com ocasiões injustas e cruéis. Mas também, pode-se enxergar uma grande esperança de realizar ações no presente, que contribuirão na construção de um futuro mais respeitoso, não apenas às comunidades indígenas, mas a toda a população mundial. O uso das TIC a favor do acesso a informação pode ajudar a desmistificar que, o real sentido da vida está no consumismo e no acúmulo de bens; quando na verdade, o real sentido é respeitar o próximo como o seu maior tesouro.

No capítulo a seguir, encontra-se a narrativa da experiência vivida, pelo autor desta pesquisa, durante seu contato com diferentes culturas indígenas, atuando como facilitador da criação do planejamento das atividades de seus pontos de cultura.

## Capítulo 2 - A intervenção e seu registro

Antes de iniciar o capítulo que narra a experiência que vem provocando transformações na minha forma de observar os fenômenos científicos e naturais, optei por fazer esta introdução. Ela traz pontos que apresentam o contexto em que o objeto dessa pesquisa está inserido, além de facilitar a compreensão dos fatos descritos neste capítulo.

Em 2009, por meio do programa Mais Cultura<sup>24</sup>, o Ministério da Cultura (MinC), em parceria com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), promoveu rodas de conversas para **proporcionar a inclusão digital nas comunidades indígenas** dos estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia e Roraima. A referida inclusão ocorreria por meio da criação de Pontos de Cultura Indígena (PCI), ou seja, de espaços nos quais estariam à disposição das comunidades indígenas kits multimídia<sup>25</sup>.

Segundo o Ministério da Cultura, “o objetivo é que as comunidades indígenas utilizem as novas tecnologias como ferramentas para a preservação e fortalecimento de sua identidade cultural<sup>26</sup>”.

O Ministério da Cultura tinha como meta instalar até o final de 2010, 150 Pontos de Cultura Indígena em todo o país. Para realizar tamanha façanha, a Secretária da Identidade e da Diversidade Cultural (SIDC) abriu o edital de concorrência N° 1/2010<sup>27</sup> (anexo II), no qual o Secretário da Identidade e da Diversidade Cultural, Américo José Córdula Teixeira, seleciona propostas de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) para realizar a implantação desses PCI.

Entre as OSCIP que se candidataram para participar da concorrência, encontra-se a Organização Não Governamental (ONG) Thydêwá, a qual foi

---

<sup>24</sup> Mais Cultura - Programa lançado em outubro de 2007 pelo Ministério da Cultura com a finalidade de representar e reconhecer a cultura como necessidade básica do cidadão brasileiro <<http://www.cultura.gov.br/mais-cultura>> Acessado em 13/02/2014.

<sup>25</sup> Kit multimídia – Um kit que cada PCI deve receber o qual deve conter: computador, câmara fotográfica, filmadora, projetor e uma antena para disponibilizar o acesso à internet.

<sup>26</sup> Fonte: <[http://www.cultura.gov.br/programas6/-/asset\\_publisher/HTI3dB7MSIaL/content/mais-cultura-em-comunidades-indigenas-do-acre-223914/10913](http://www.cultura.gov.br/programas6/-/asset_publisher/HTI3dB7MSIaL/content/mais-cultura-em-comunidades-indigenas-do-acre-223914/10913)> Acessado em 23/11/2014.

<sup>27</sup> Edital de concorrência de projetos N° 1/2010 - Apoio à implantação dos Pontos de Cultura Indígena – publicado em 15 de setembro de 2010, N° 177.

selecionada. Na proposta que a ONG enviou, ela se comprometeu a implantar, acompanhar e gerenciar oito Pontos de Cultura Indígena no nordeste do Brasil durante o período de três anos, prazo estipulado no edital – os PCI restantes foram distribuídos a outras OSCIP do Brasil. Apesar do lançamento do edital e aprovação das propostas ocorrerem no ano de 2010, o MinC só liberou os recursos que possibilitaram o início das atividades do projeto no final de 2013 e sem reajustes em relação aos valores.

A ONG optou por chamar este projeto de inclusão digital de: “*Mensagens da Terra*”. Os PCI que fazem parte deste projeto se encontram em quatro estados do nordeste do Brasil e pertencem a 08 diferentes comunidades indígenas. São essas:

- 1- Pataxó – Barra Velha – Município de Porto Seguro - BA;
- 2- Pataxó – Dois Irmãos – Cumuruxatiba – Município de Prado - BA;
- 3- Pataxó Hãhãhãe – Milagrosa – Município de Pau Brasil – BA;
- 4- Tupinambá – Olivença – Município de Ilhéus – BA;
- 5- KarapotóPlaki-ô – Município de São Sebastião – AL;
- 6- Kariri-Xocó – Município de Porto Real do Colégio – AL;
- 7- Xokó – Ilha de São Pedro – Município de Porto da Folha – SE;
- 8- Pankararu – Município de Tacaratu – PE.

A escolha dessas deu-se a partir de um diálogo no qual foi verificado o interesse das mesmas em participar do projeto permitindo o acesso e a inclusão digital na comunidade por meio do PCI.

Na proposta, a ONG se compromete a cumprir alguns objetivos específicos (anexo I) com o intuito de proporcionar o fortalecimento das comunidades Indígenas para que essas tenham melhor visão crítica e preparo para projetar seus futuros, com “protagonismo”, liberdade e autonomia; dessa forma, dignificando a vida dos indígenas e assegurando a sustentabilidade de suas Culturas. Para viabilizar os objetivos propostos, foram criadas as seguintes metas:

- 1) Realizar 08 Diagnósticos Antropológicos Situacionais;

- 2) Capacitar os indígenas para fazer registros etnográficos;
- 3) Construir com cada uma das 08 o seu Plano de Trabalho para seu PCI - Incluindo a realização do 2º Encontro de PCI do Nordeste;
- 4) Monitoramento, avaliação e replanejamento - Incluir, elaborar e postar no SINCONV relatórios técnicos e financeiros de cada etapa do projeto, bem como enviar cópias dos produtos à SID;
- 5) Instalar 08 PCI;
- 6) Realizar 08 Oficinas de Alfabetização Digital Livre;
- 7) Realizar Oficinas de Direitos Indígenas, Direitos humanos, Propriedade intelectual, Direito de Imagem;
- 8) Realizar Oficina de Gestão Compartilhada e Gestão de Projetos;
- 9) Construir com cada uma das 08 Comunidades, Planos Estratégicos para continuidade e Sustentabilidade de cada PCI;
- 10) Criar uma Comunidade Colaborativa de Formação Continuada e Ação para indígenas participantes de PCI, favorecendo as Alianças Interétnicas e o trabalho em Rede;
- 11) Realizar Oficina de Realização Audiovisual, incluindo o 5º encontro de PCI do Nordeste e 01 Oficina interétnica e 08 Micro oficinas (uma para cada PCI);
- 12) Realizar Oficina de Edição Audiovisual Incluindo o 6º encontro de PCI do Nordeste 01 Oficina Interétnica e 08 Micro oficinas (uma para cada PCI);
- 13) Facilitar a execução das propostas de ações, projetos e produtos advindos de cada PCI;
- 14) Divulgar os Resultados e os Produtos de cada PCI e da Rede de PCI do Nordeste; Divulgar este programa: MENSAGENS DA TERRA e divulgar o MINC também; Divulgar o valor das Culturas Indígenas e da Diversidade Cultural;

Neste estudo, destaco a meta 3 – **Construir com cada uma das 08 comunidades indígenas o seu Plano de Trabalho para seu PCI**. Esta tem como finalidade, segundo a ONG, contribuir com a construção e desenvolvimento da autonomia das comunidades indígenas e auxiliá-las a criarem, definirem e

gerenciarem, conforme suas necessidades, as atividades que serão realizadas no seu *Ponto de Cultura Indígena*.

Afim de realizar essa meta, era necessário buscar um método que auxiliasse os indígenas a cumpri-la de forma colaborativa e que também atendesse as especificações presentes nos objetivos apresentados na proposta. Durante essa busca, a Thydêwá conheceu o método *Dragon Dreaming*, que pode ser considerado uma ferramenta, pois nele há vários recursos que podem caracterizá-lo assim – utilizado para criar projetos colaborativos sustentáveis.

Em maio de 2014, fui convidado pela equipe da Thydêwá para participar de uma oficina de introdução ao *Dragon Dreaming* em Ilhéus - BA. A oficina ocorreria na primeira semana de agosto e ali, junto com outros indígenas, eu iria aprender a utilizar e reaplicar o método. Na sequência, visitaria as comunidades que fazem parte do projeto *Mensagens da Terra* com a finalidade de auxiliá-las na construção do *Plano de Trabalho* do PCI e cumprir assim a meta 3.

A seguir, apresento a narrativa do processo de execução dessa meta. Narrativa esta que: abre caminho para analisarmos outros aspectos do ser indígena; dá acesso à parte da realidade indígena do nordeste do Brasil; e apresenta a relação dessas com as tecnologias da informação e comunicação.

## **2.1 O primeiro contato físico - De São Paulo à Ilhéus**

30 de julho

Hoje, dia 30 de julho de 2014, viajo à Ilhéus para conhecer o pessoal da organização não governamental (ONG) Thydêwá e também participar da oficina de *Dragon Dreaming*. Por enquanto, sei que nessa oficina vamos aprender a criar projetos de forma colaborativa e depois dela conhecerei as oito comunidades indígenas que fazem parte do projeto *Mensagens da Terra*.

Conheci a ONG no início de minha pesquisa, que tinha como objetivo principal, a priori, investigar a inclusão digital em comunidades indígenas. Ela é presidida pelo argentino Sebastián Gerlic, que criou junto com alguns indígenas o portal *Índios Online*, no qual estes têm acesso ao ciberespaço e postam notícias de

suas comunidades e outros assuntos ligados a temática indígena. Foi a partir desse momento que tomei conhecimento dos Pontos de Cultura Indígena (PCI). Minha primeira tentativa de contato com o pessoal dos *Índios Online* foi em janeiro deste ano, por e-mail, porém não tive êxito. Três meses depois, comentando a falta de sucesso com o antropólogo Benedito Prezia, ele me passou o contato de um indígena que faz parte dos *Índios Online* e esse, por sua vez, me passou o contato do presidente da ONG, que rapidamente respondeu a minha mensagem.

Voltando ao dia de hoje... Partir de São Paulo às 9h20, fiz escala em Brasília e neste momento já estou dentro do avião que partirá às 11h40 para Salvador com escala em Ilhéus, cidade onde fica a sede social da ONG Thydêwá. Sei que a região de Ilhéus foi de grande importância durante o período de exploração do Brasil pelos europeus e “continua sendo”, só que agora por outros tipos de exploradores. Na verdade, a ONG está em Olivença, um subdistrito de Ilhéus. Nessa região do estado da Bahia habitavam muitas tribos indígenas que resistiram bravamente à colonização portuguesa (PREZIA, 2016, prelo). Confesso que estou bem ansioso; havia conseguido controlar a ansiedade até o momento do primeiro voo, mas agora já estou mais a vontade para expressar minha ansiedade. Enquanto o avião levanta voo, eu registro meus pensamentos e sentimentos neste diário.

Devido ao mal tempo, o avião não pousou em Ilhéus, e agora estamos a caminho de Salvador. Preciso avisar ao pessoal da ONG o ocorrido assim que chegar ao aeroporto, pois eles deslocaram uma pessoa para me buscar. Para minha “alegria”, ao chegar em Salvador, esperamos até às 15h para saber que não há condições do avião pousar em Ilhéus e tínhamos que optar por pegar um ônibus às 17h e chegar à cidade por volta das 22h, talvez 23h, ou ficar em um hotel e pegar o voo no dia seguinte, às 15h.

A empresa deu um vale refeição no valor de R\$ 25,00 para comermos em um restaurante chamado Carambolas, meu prato deu R\$ 51,00 de tão “barata” que era a comida. Moral da história, tive que desembolsar R\$ 26,00. Após almoçar, peguei um taxi e fui para o hotel Mais Hotel, localizado na Estrada do Coco, no subdistrito de Lauro de Freitas. Subi ao quarto, fiz algumas coisas, tomei um banho, desci para jantar às 20h e depois fui ao mercado que fica próximo ao hotel, comprar algumas coisas que estava precisando.

Agora preciso dormir porque, talvez, amanhã a viagem seja longa; caso o tempo não esteja favorável em Ilhéus, terei que pegar um ônibus que tardará aproximadamente 8h para chegar à cidade.

31 de julho

Levantei às 7h, tomei um banho e depois do café aproveitei o imprevisto para encontrar meu primo, Josenilton, que vive em Salvador. Depois de conversarmos bastante, voltei para o hotel. Ali, aproveitei o sinal de Wi-Fi para me comunicar com meus pais e amigos, por meio do aplicativo: Whatsapp. Almocei e fui ao aeroporto.

Consegui embarcar no voo 6327 que tem como destino Brasília com escala em Ilhéus. Mandeí mensagem de texto para os celulares de Sebastián e Margarete, porém eles não a receberam porque havia problemas com a conexão da operadora Tim na região de Olivença/Ilhéus, sendo assim, ao chegar, percebi que não havia ninguém me esperando... Liguei para a ONG e falaram que um rapaz viria me buscar.

Dica para quem irá fazer pesquisa de campo: só enviar mensagem de texto para se comunicar com as pessoas não basta. É importante que você tenha certeza que a outra pessoa recebeu a mensagem, então, se depois de 5 minutos ninguém lhe respondeu, ligue (risos)!

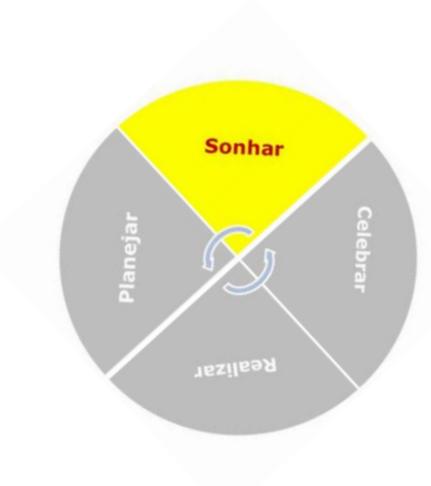
Luiz, o motorista da ONG, veio me buscar. Ele chegou rápido no aeroporto. Ele é o esposo de Margarete, ambos são bem simpáticos e fazem parte da equipe da Thydêwá. Ao chegar, conheci Raquel e Pedro, que serão os facilitadores da oficina de *Dragon Dreaming* (sonhar dragão) que começará amanhã (sexta – 01 de agosto) com previsão de encerramento na terça (05 de agosto). Além deles, conheci o cacique Joel Braz, indígena da etnia Pataxó, e a Helder, que também faz parte da equipe, como web design. Sebastián não estava lá, pois estava resolvendo alguns assuntos externos.

Quero mencionar algumas coisas que só descobrimos quando chegamos ao local de destino. Pensava que a ONG estava localizada em Ilhéus, mas na verdade fica a 15 km do aeroporto, no subdistrito de Olivença, o qual no site dos Correios consta como bairro da cidade. Fiquei surpreso com a paisagem durante os quinze

minutos que passei no caminho do aeroporto de Ilhéus até Olivença. Lembrei-me da cidade que nasci: Mamanguape. E da cidade de Baía da Traição, ambas estão no estado da Paraíba. Na região da Baía da Traição há várias aldeias Potiguara.

Passado uma hora, mais ou menos, a campanha da ONG toca, e adivinha quem era? Sebastián e sua esposa, Maria. Há duas ou três semanas, fiquei sabendo que Maria é Irmã de Cícera, uma das indígenas que faz parte da comissão do Programa Pindorama<sup>28</sup>. Jantamos ali mesmo e, durante o jantar, conversamos sobre aldeias indígenas, comportamentos, situação das aldeias, planejamentos, propostas pedagógicas, projetos que o Governo inicia, porém não dá continuidade ou não faz um acompanhamento, entre outros assuntos bem interessantes e críticos. Depois desse longo dia, agora vou dormir aqui, em um dos quartos da ONG.

## 2.2 Oficina: Introdução ao *Dragon Dreaming* - Sonhar



01 de agosto

Hoje começamos a oficina de introdução ao método *Dragon Dreaming*. Estão presentes os facilitadores, parte da equipe da Thydêwá, os representantes do PCI e eu. Cada PCI possui quatro bolsistas, porém no projeto só foi orçado para que a cada encontro, evento ou oficina, comparecessem dois representantes de cada comunidade indígena.

---

<sup>28</sup>Programa da PUC-SP que oferece bolsa de estudos a estudantes indígenas que sejam aprovados no vestibular da universidade.

Logo de início foi apresentada a seguinte reflexão: “humildade para aprender e ensinar”. Em seguida fizemos a abertura do curso com um toré<sup>29</sup> e ao terminarmos sentamos em círculo. Pedro e Raquel se apresentaram ao grupo. Eles informaram que essa forma de sentarmos mostra os diferentes pontos de vista dos participantes em relação ao centro e fizeram uma breve apresentação sobre a ferramenta/método *Dragon Dreaming*.

O método *Dragon Dreaming* foi criada pelo australiano John Croft, especialista em empreendimentos e projetos sustentáveis. John é mundialmente respeitado e vem trabalhando há mais de 38 anos com projetos ecológicos e sustentáveis. Segundo John e os demais criadores do *Dragon Dreaming*:

*O Dragon Dreaming é uma ferramenta que proporciona uma abordagem de planejamento estratégico, participativo e consensual para projetos e organizações na área do Desenvolvimento Econômico Comunitário Ecologicamente Sustentável. Ele possibilita retornos rápidos que constroem sabedoria coletiva e fomenta a capacidade adaptativa ao criar oportunidades para indivíduos, grupos, empreendimentos, comunidades e órgãos de governo se posicionarem de forma criativa e positivamente em situações de mudanças rápidas e potencialmente caóticas*<sup>30</sup>.

A ética do *Dragon Dreaming* para a realização de projetos é proveniente dos princípios da Fundação Gaia da Austrália<sup>31</sup>. Sendo assim, para que os projetos criados utilizando a ferramenta sejam considerados como projetos Gaia, esses devem seguir os três princípios a seguir:

**1) Gerar crescimento pessoal:** *Toda transformação inicia-se a partir de um único indivíduo que centrado em seus valores e princípios pode potencializar transformações positivas no seu entorno. Um projeto Gaia estimula o autoconhecimento e o crescimento pessoal já que os mesmos são essenciais para realizações que pretendem ser consistentes e coerentes;*

**2) Gerar senso de comunidade:** *Uma comunidade de indivíduos empoderados e unidos é a forma mais poderosa de transformação do mundo, por isso, um projeto Gaia cultiva e dissemina conhecimentos que fortaleçam a cultura cooperativa;*

<sup>29</sup> Toré: Ritual indígena.

<sup>30</sup> Fonte: <<http://www.dragondreamingbr.org/portal/index.php/dragon-dreaming/definicao.html>> acesso em 10 de fevereiro de 2014.

<sup>31</sup> A Fundação Gaia é parte de uma rede mundial informal de pessoas e grupos, que têm preocupações sobre como aprender a viver de forma mais sustentável na Terra.

Fonte: <<http://www.dragondreamingbr.org/portal/index.php/2012-10-25-17-02-40/fichas-tecnicas/108-02-quem-ou-o-que-e-gaia.html>> acesso em 08 de outubro de 2014.

3) **Servir à Terra:** *Cuidar da manutenção e da valorização da vida, pois somos parte da Natureza, e como elementos interdependentes da grande teia planetária viva, os projetos Gaia inspiram estilos de vida sustentáveis, que mantêm e valorizam todos os seres vivos na Terra e que visam propiciar prosperidade material, mental e espiritual para o maior número possível de seres humanos*<sup>32</sup>.

Depois dessa breve explanação foi colocada no centro do círculo uma vela representando uma fogueira e ao seu redor quatro fitas. Cada fita tinha uma cor diferente, são elas: amarela, representando o nascer do sol; branca, representando o meio dia; vermelha, representando o pôr do sol; preta, representando a noite (fig. 1).

Figura 1 – Representação lúdica das quatro fases pertencente ao ciclo de um projeto.



Fonte: Thydêwá

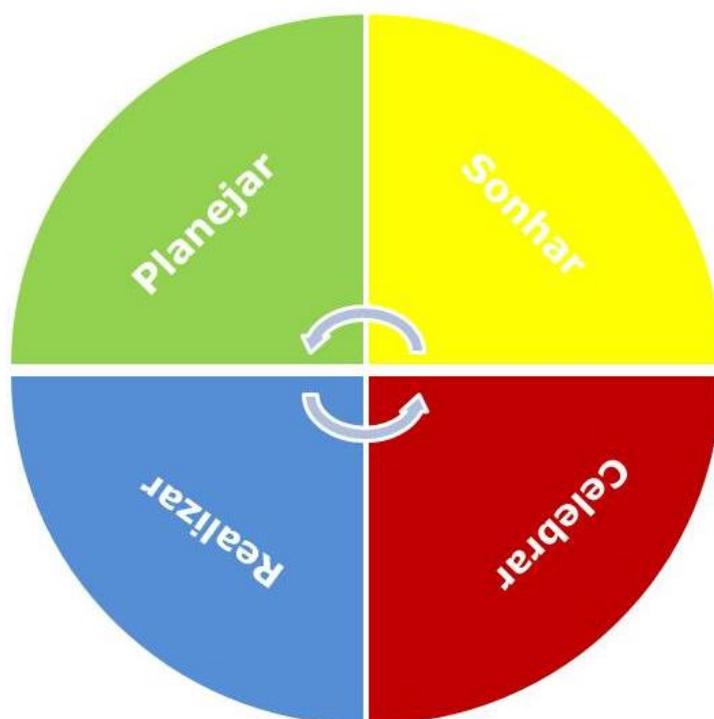
A vela – nossa fogueira – foi acesa por alguém que deveria desejar algo bom para o coletivo. Enviando energia positiva a todos. Após a fogueira ser acesa, foi utilizado um “bastão da fala” para que todos se apresentassem e contassem seu

<sup>32</sup>Fonte: < <http://www.dragondreamingbr.org/portal/index.php/dragon-dreaming/etica-dd.html> > acesso em 23 de novembro de 2015.



Os projetos criados com a ferramenta *Dragon Dreaming* seguem um ciclo que é baseado no ciclo de vida dos elementos da natureza, perfazendo os quatro momentos das estações que há em um ano, ou, as quatro fases que há dentro de um dia – nascer do sol, meio dia, por do sol e noite. Com base no ciclo de vida, temos as quatro fases de um projeto, que são: sonhar, planejar, realizar e celebrar (fig.3).

Figura 3 - Roda *Dragon Dreaming*



Fonte: readaptação do autor do material utilizado na oficina de introdução ao *Dragon Dreaming*.

Na primeira fase, sonhar, todo projeto nasce a partir de um indivíduo e, antes desse projeto ser materializado, ele era um sonho. Em *Dragon Dreaming*, para um sonho tornar-se um projeto do grupo, o sonho do indivíduo deve morrer para que um sonho coletivo venha nascer.

Então, hoje, Pedro e Raquel se dedicaram a nos apresentar a fase *sonhar*, na qual se inicia todos os projetos. Eles procuraram saber qual era a experiência que cada participante tinha com projetos que deram certo e também com projetos que, seguindo essa mesma ótica, não deram tão certo. Para essa parte foram formadas

duplas e cada dupla compartilhou seus projetos de sucesso, e os que fracassaram. Após todos compartilharem os dois extremos (sucesso e fracasso) Pedro informou, e os participantes concordaram, que é muito mais fácil falar dos projetos que deram certo do que falar sobre os projetos que deram errado. Ele também nos informou que é importante falar dos projetos que não deram certo também, pois esses nos permitem ter mais experiência para não cometer os mesmos erros num projeto futuro.

Após esse momento de reflexão, os facilitadores convidaram todos a aprender sonhar de forma coletiva, destacando que todo projeto, antes de tornar-se projeto, era um sonho que se tornou realidade. Para aprender a construir um sonho coletivo utilizamos o recurso *Círculo dos Sonhos*.

### 2.2.1 *Círculo dos Sonhos*

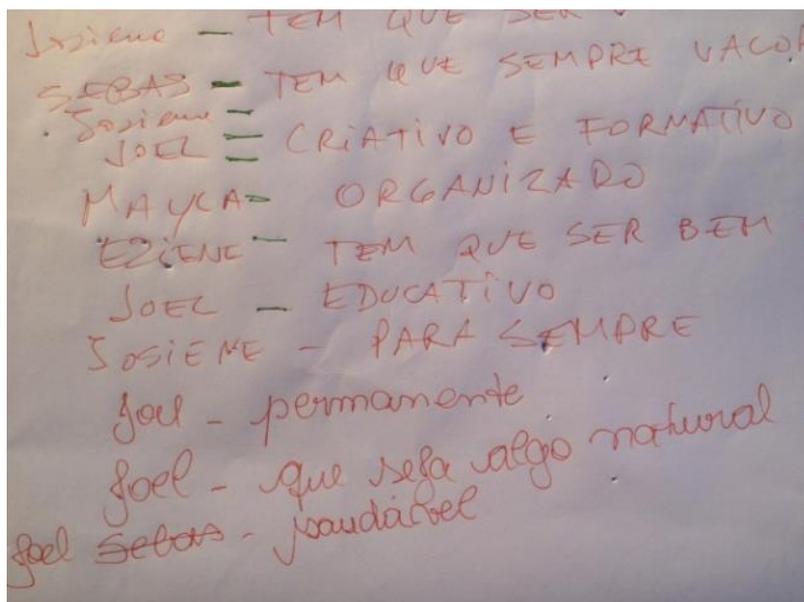
A partir do momento que temos um sonho individual e queremos que esse se torne realidade, devemos compartilhá-lo com o maior número de pessoas possível. No decorrer desse processo, encontraremos pessoas que irão rejeitar esse sonho, outras que irão apoiá-lo e outras que irão até criticá-lo, dizendo que isso não dará certo. As pessoas que apoiaram o sonho e querem participar desse são as que vão realizar esse projeto juntamente com o indivíduo que sonhou. Mas, para que todos sintam que o projeto também é seu, o indivíduo precisa deixar seu sonho individual morrer, permitindo que todos os apoiadores passem a construir o sonho junto com ele. Acredita-se que, dessa forma, todos os envolvidos colocarão o máximo de energia para realizar o projeto, pois todos têm a sensação, a qual é verdadeira, de que o projeto também é seu, pois tem a característica individual de cada participante.

No caso do projeto *Mensagens da Terra* – responsável pela a instalação dos 8 Pontos de Cultura Indígena (PCI) na região nordeste do Brasil – o sonho individual que tornou-se coletivo foi a criação do PCI nas comunidades indígenas e, no decorrer desta oficina, o sonho é aprender a construir de forma colaborativa um projeto para que depois cada representante crie seu Plano de Trabalho para o PCI juntamente com os membros da comunidade. É importante ressaltar e deixar claro

que nesse momento os participantes estão aprendendo a utilizar a ferramenta *Dragon Dreaming* para depois, juntamente com o facilitador (neste caso o técnico indigenista) e auxílio da Thydewa, aplicar a ferramenta na construção do Plano de Trabalho do PCI de suas comunidades.

O Círculo dos Sonhos foi aplicado da seguinte forma: primeiro, os participantes foram divididos em quatro grupos de cinco pessoas, pois havia vinte e dois participantes contando com os dois representantes de cada comunidade indígena, os membros da Thydêwá que estavam participando, os dois facilitadores e eu. Com base no projeto que será construído, foi pedido para os participantes fazerem uma projeção do que eles gostariam que acontecesse em um determinado tempo futuro. Respondendo a pergunta: “ O que você gostaria que tivesse – material físico e/ou atividades – no PCI daqui a três anos? ” (O tempo pode variar conforme a meta estabelecida para a conclusão de cada projeto; foi escolhido o período de 3 anos para esse momento pelo fato de ser esse o tempo que o MinC se comprometeu, por edital, a fornecer apoio financeiro). Cada membro dos grupos escreveu em uma cartolina, um, dois ou três desejos para o projeto até o final de sua execução, colocando primeiro seu nome e, em seguida, o desejo, conforme apresentado na figura 4.

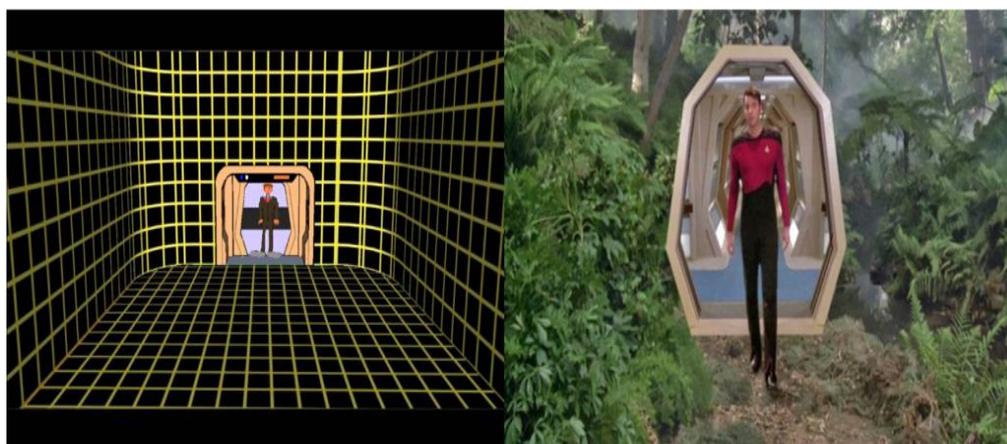
Figura 4 - Círculo do Sonhos criado por um dos grupos durante a oficina de agosto de 2014



Fonte: Thydêwá

Após todos registrarem seus desejos – os quais podem ser chamados de necessidades do projeto – um membro do grupo realizou a leitura de todas essas necessidades de uma forma especial, tirando os verbos do futuro e colocando-os no passado, como se os três anos já tivessem passado e os frutos colhidos. Por exemplo, uma das projeções foi: “ gostaria que daqui a três anos estivéssemos com um professor de cultura digital dando aulas uma vez por semana no PCI. ” A leitura desse desejo passa a ser: “ nesses últimos três anos de funcionamento do PCI tivemos, uma vez por semana na comunidade, a presença de um professor de cultura digital o qual compartilhou muitos saberes com todos. ” Esse recurso convida o grupo a sair da realidade atual permitindo que todos seus membros se imaginem dentro do projeto em um tempo futuro, aflorando nos indivíduos a motivação e a felicidade de um sonho realizado, e contribuindo, por fim, para que esses estejam imersos no sonho de forma similar ao que ocorre no *Holodeck* (MURRAY, 2003, p.29-31) – Trata-se de um equipamento de recreação e treinamento apresentado na série Star Trek, no qual os personagens entravam e ficavam imersos em outra realidade (fig. 5).

Figura 5 - Holodeck apresentando na série Star Trek



Fonte: google.com

Observação: como essa atividade é feita em grupo, os participantes que não possuem domínio da leitura e escrita são ajudados por seus companheiros alfabetizados ou semialfabetizados. Isso facilita a execução do recurso *Círculo dos Sonhos* em comunidades que são carentes do domínio da leitura e escrita (Fig. 6) – Em contato com os membros de comunidades indígenas que fazem parte do projeto

“*Mensagens da Terra*” percebemos que grande parte dos indivíduos tem dificuldades com a escrita e leitura. Para que tais comunidades não fossem prejudicadas na construção de seus *Planos de Trabalho*, ao buscar uma ferramenta que nos auxiliasse na construção do Plano de Trabalho de cada PCI, também consideramos esse item.

Figura 6 - Cacique Joel Braz registrando as informações do grupo



Fonte: Thydêwá.

Nesse primeiro dia de oficina aprendi bastante sobre os princípios da construção de projetos colaborativos seguindo os princípios e conceitos do *Dragon*

*Dreaming* – saber ouvir e falar no momento certo, fazer parte do sonho e projeto do próximo e fazer com que ele faça parte do meu.

Infelizmente não foi possível iniciar o curso com todos os representantes dos oito Pontos de Cultura Indígena, pois os representantes de duas comunidades tiveram problemas com o transporte e só chegarão dentro de alguns dias. São elas: Karapotó-Plaki-o e a Kariri Xocó, ambas do estado de Alagoas.

Sinceramente, os recursos da ferramenta usados pelos facilitadores são impressionantes, pois as horas passaram e nem me dei conta. Encerramos esse dia com um alegre toré.

### 2.2.2 Planejar



02 de agosto

Hoje começamos o curso novamente com um toré. No dia anterior fizemos, em conjunto, alguns acordos e distribuímos algumas tarefas para uma boa convivência no ambiente. Fiquei responsável por organizar o ambiente da oficina antes dela iniciar.

Pela manhã havíamos feito uma dinâmica na qual tínhamos que escolher duas pessoas, em pensamento, e procurar ficar na mesma distância das duas. Foi interessante e deu para avaliar e fazer algumas reflexões da situação.

Após todos sonharem e deixarem o sonho coletivo nascer, como ocorreu ontem, hoje foi dado início ao planejamento. O primeiro passo foi definir os objetivos específicos. Cada grupo recebeu 30 etiquetas, as quais foram distribuídas entre os

participantes. Novamente foi realizada a leitura da projeção<sup>34</sup> elaborada para os primeiros três anos de projeto (lembrando que o tempo pode variar de acordo com a meta a ser atingida). A seguinte pergunta foi feita: “ Quais são as ações essenciais para que 100% deste sonho se realize? ”. Em seguida, todos participantes de cada grupo escreveram, na parte superior das etiquetas, uma ação essencial para que a totalidade do projeto fosse realizada, conforme ilustra a figura 7.

Figura 7 - Oficina de Introdução ao *Dragon Dreaming* - Definindo os objetivos



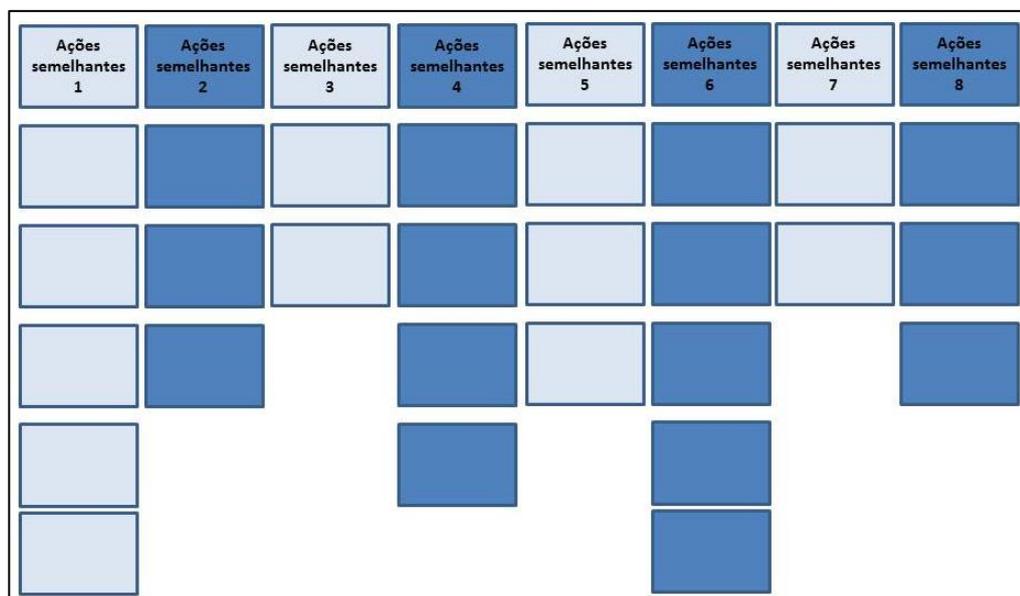
Fonte: autor.

Um dos membros iniciou colocando sua ação registrada na etiqueta no quadro de avisos. O segundo também colocou sua etiqueta com a ação, e assim por diante, até chegar ao último membro do grupo. Todas as ações foram organizadas em colunas, as quais foram construídas levando em consideração a semelhança das ações (fig. 8) – segundo informado pelos facilitadores, o ideal é ter entre seis a oito colunas porque, ao passar desse limite, poderíamos tornar o processo complexo. Todos os grupos elaboraram oito colunas.

---

<sup>34</sup> O Círculo dos Sonhos que contém os desejos e necessidades do projeto, que devem ser atendidos ao final período determinado.

Figura 8 - Ações semelhantes organizadas em colunas



Fonte: Autor.

As ideias que saíram nas etiquetas de cada coluna foram analisadas e, em seguida, cada grupo pegou as palavras chaves presentes nas colunas para criar, com essas, os oito objetivos específicos, um para cada coluna (fig. 9), sempre levando em consideração que um objetivo deve ser limitado, atingível, possuir condição futura e orientado pela ação<sup>35</sup>.

Figura 9 - Objetivos específicos definidos



Fonte: Autor.

<sup>35</sup> Na ferramenta *Dragon Dreaming*, um objetivo deve ser: **limitado**, senão ele nunca seria cumprido o que o leva a ser **atingível**. Como uma **condição futura** ele é algo que pode ser observado quando estiver cumprido e sempre implicará em **ações**.

Os oito objetivos estavam prontos, porém, cada grupo deveria escolher um desses para ser atingido primeiro. Para realizar essa escolha, a seguinte pergunta foi feita: “ Qual objetivo que, se for feito primeiro, ajudará a realizar todos os objetivos e 100% de nossos sonhos? ”. A escolha se deu por votação. Todos os participantes do grupo tinham direito até três votos, mas não podiam colocar todos os três votos em um único objetivo, no máximo dois em um, e o terceiro, e último, em outro. Então, cada um fazia uma bolinha com a caneta na parte de baixo da etiqueta para votar e, no final, a etiqueta que recebeu mais votos foi eleita como primeiro objetivo a ser realizado. Foi imprescindível que o grupo tomasse consciência de que todos os objetivos eram importantes, porém havia um que se o grupo buscasse atingir primeiro, os demais também iriam ser realizados como num efeito dominó.

Depois do almoço, conversei com o Sebastián e Potyra sobre minha estadia em Olivença/Ilhéus. Também discutimos sobre como seria o processo de intervenção do qual eu iria participar, ou seja, auxiliar as comunidades indígenas, participantes do projeto *Mensagens da Terra*, a construir seus *Planos de Trabalho* para os próximos três ou seis meses. Meu papel não seria de treinador ou de impor métodos de gestão de projetos administrativos tradicionais no mercado corporativo, mas sim o de ser um facilitador da ferramenta *Dragón Dreaming* nas comunidades indígenas, colaborando, dessa forma, com o processo de construção desse Plano de Trabalho. Também tomei conhecimento de que o projeto de implementação dos PCI, gerenciado pela ONG, prevê a construção de uma rede de aprendizagem colaborativa a distância com a utilização do ambiente virtual.

### 2.2.3 *Karabirrdt: atribuição das tarefas*

O *Karabirrdt* é um diagrama em formato de “teia de aranha” – ‘*kara*’, aborígene para aranha, e ‘*birrdt*’, teia ou rede.

Pela tarde, já com os sonhos coletivos definidos e os objetivos específicos, colocamos no papel as ações do Plano de Trabalho para o PCI, buscando responder a seguinte questão: “ o que queremos para o nosso *Ponto de Cultura Indígena* daqui a **três meses**? ”. Com base nessa questão, criamos as tarefas que devem ser executadas para que os objetivos específicos sejam alcançados. Antes de começar

a criar as tarefas, cada grupo criou e leu um novo Círculo dos Sonhos, como o que foi feito no início, porém, dessa vez, foi pedido para que as projeções contivessem um período mais curto, então foram escolhidos os prazos de três ou seis meses. A pergunta para a projeção foi reformulado e ficou assim: “ O que vocês gostariam que tivesse – material físico e/ou atividades – funcionando no PCI nos próximos três/seis meses, levando em consideração o que é possível fazer e ter dentro desse período?”. Após a criação da segunda projeção, por meio do Círculo dos Sonhos, um dos membros do grupo a leu como se os três meses já tivessem passado e todos estivessem colhendo os frutos. A leitura realizada no passado, usando a mesma forma da projeção feita a longo prazo, proporciona uma nova imersão, porém em um período menor em relação ao anterior.

Depois de voltarem dessa imersão, que os levou ao futuro, cada participante escreveu em uma etiqueta uma tarefa para ser realizada com base na projeção para os próximos três/seis meses (fig. 10).

Observação: segundo os idealizadores do *Dragon Dreaming*, acredita-se que metas de longo prazo podem se perder durante a trajetória do projeto e provocar o falecimento do mesmo, por isso, busca-se definir e realizar metas e atividades que sejam concretizadas dentro de prazos curtos, o que permite analisar, reanalisar e adaptar as: metas, atividades e a forma de execução do projeto segundo as necessidades locais da comunidade.

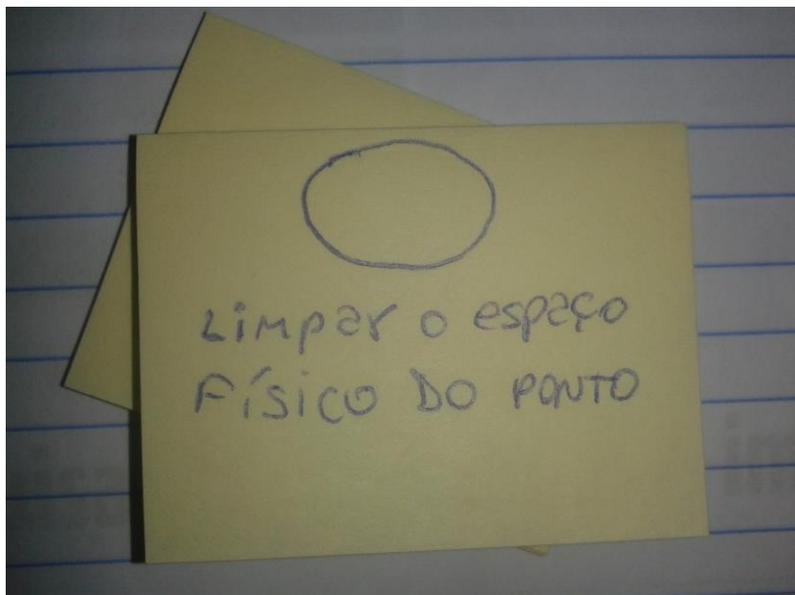
Figura 10 - Oficina de introdução ao *Dragon Dreaming* - Criando as tarefas



Fonte: autor.

Cada participante recebeu de três a cinco etiquetas para escrever uma tarefa em cada uma dessas conforme apresentado na figura 11. Uma tarefa que seja possível realizá-la dentro desse novo período (três/seis meses) do projeto.

Figura 11 - Exemplo de etiqueta com tarefa definida



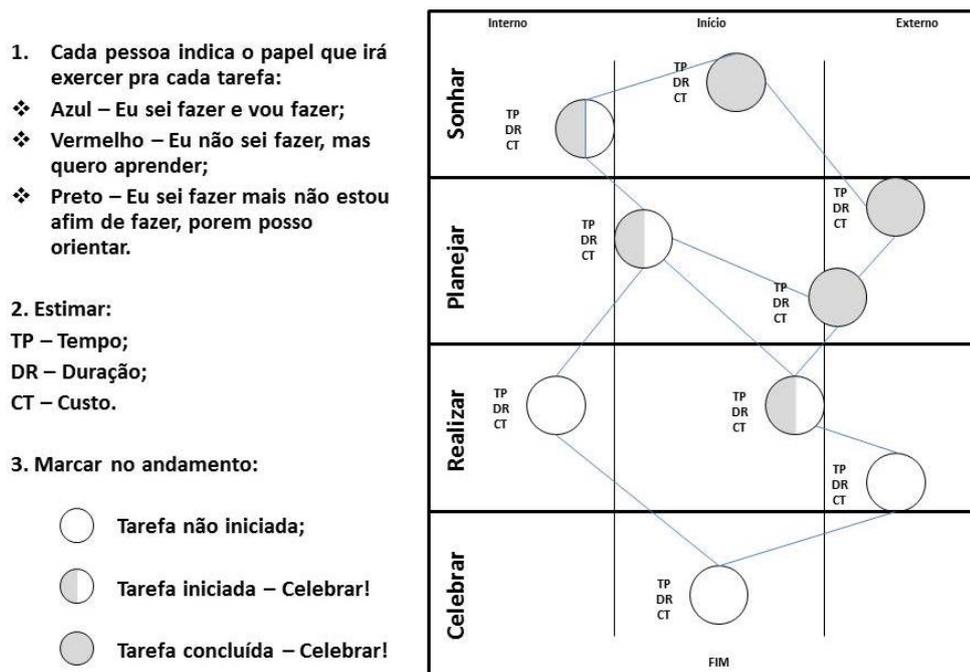
Fonte: Autor.

Assim que todos terminaram de criar as tarefas, cada grupo pegou uma folha de cartolina e a deixou na posição de foto. A folha foi dividida em quatro partes, na vertical, e cada parte representava uma fase do projeto<sup>36</sup>, e em três partes, na horizontal, deixando a folha dividida em três colunas.

A primeira coluna recebe o título “interno”, a segunda “início” e a terceira de “externo”. Do lado “interno” ficam as tarefas que são realizáveis por meio de recursos internos ou pessoas do grupo, na parte “externa” ficam as ações que para serem realizadas dependem de pessoas de fora, pessoas que devem ser contratadas, conforme ilustra a figura 12.

---

<sup>36</sup> Fases do projeto: 1) sonhar, 2) planejar, 3) realizar e 4) celebrar.

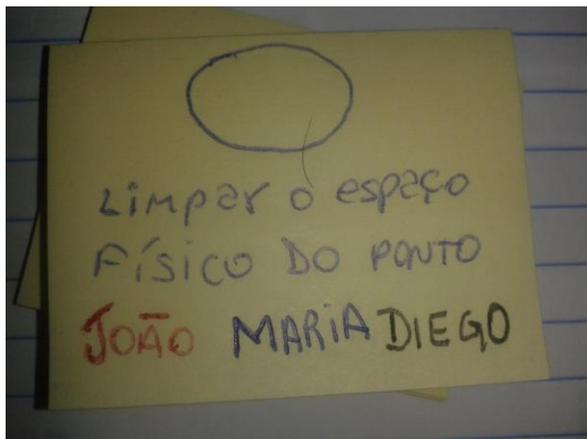
Figura 12 - Esquema de organização do *Karabirrdt*

Fonte: readaptação do autor do material utilizado na oficina de introdução ao *Dragon Dreaming*.

A coluna “início” marca o ponto de partida para os participantes traçarem o caminho e a ordem de execução das tarefas. Geralmente, as atividades que ficam na coluna do meio são as que precisam ser executadas tanto pela força interno como externa do grupo.

Depois da confecção do *Karabirrdt* todos os membros de cada grupo indicaram o papel que iriam assumir em relação a realização das tarefas. Para definir esse papel de forma divertida, utilizamos três canetas de cores diferentes: azul, vermelha e preta. Os participantes escreveram seus nomes nas tarefas, registradas nas etiquetas, escolhendo uma das três cores. Cada cor significa um tipo de responsabilidade: a cor azul, por exemplo, representa que a pessoa sabe fazer aquela tarefa e irá fazê-la; A cor vermelha representa que a pessoa não sabe fazer, mas gostaria de aprender a realizá-la; a cor preta significa que a pessoa sabe fazer a tarefa, mas ela já a fez muitas vezes e não quer realizá-la mais, porém, pode orientar as pessoas que gostariam de fazê-la (fig. 13).

Figura 13 - Etiqueta com tarefa assumida



Fonte: Autor.

Na figura 14, temos a cacique Valdelice do povo Tupinambá registrando qual seria sua participação nas tarefas de seu grupo.

Figura 14 - Cacique Valdelice se inscrevendo nas tarefas



Fonte: autor.

Nessa etapa, todos tinham a liberdade de se inscrever, ou não, em alguma tarefa. As pessoas não foram obrigadas a optar por alguma tarefa, pois o importante é que elas realizem as ações de forma voluntária, sem se sentir obrigada a fazer algo.

Ainda no período da tarde chegaram os representantes das duas comunidades que faltavam. Retomamos com eles os acordos e relembramos alguns itens como a importância da construção de projetos em comunidades de forma colaborativa frisando o protagonismo de todos.

No decorrer da Oficina, tomamos conhecimento de que os Tupinambás, que vivem em Olivença-Ilhéus/BA, estão em situação de retomada<sup>37</sup>. Apesar de estarmos reunidos com membros de nove etnias, contando com a minha, não fomos para a retomada, pois nos encontramos aqui para participar da oficina. Uma das lideranças presente reforçou essa colocação e disse: “vamos ajudar os parentes de forma espiritual. Não podemos misturar as ações da Thydêwá com as ações de retomadas de cada etnia”. Durante este momento, Sebastian alertou também a todos sobre os perigos pelos quais a cidade vem passando recentemente. Tanto pelas retomadas, como por outros tipos de problemas relacionados à violência e drogas, que antes eram mais comuns nas grandes metrópoles<sup>38</sup>.

Quando eu estava na cidade de São Paulo, por exemplo, ao me identificar como indígena, as pessoas ficavam curiosas para saber como é ser indígena, porém quando fiz o mesmo em algumas cidades do nordeste, percebi que, para boa parte da população ignorante, ser indígena, é ser visto de forma negativa.

---

<sup>37</sup> Retomada: quando os indígenas buscam recuperar as terras que lhe foram tiradas no decorrer da história. Na retomada Tupinambá, os indígenas ocupam apenas as terras que constam no relatório de delimitação de terras elaborado pela FUNAI, segundo informado por eles. Essa é uma das estratégias adotadas pelos indígenas, em quase todo território nacional, para pressionar o governo a acelerar o processo de demarcação e homologação das terras indígenas.

<sup>38</sup> 1) Cidades Pequenas Lideram violência no país, explica sociólogo – Fonte: < <http://noticias.uol.com.br/uolnews/brasil/2007/02/27/ult2492u400.jhtm> > acesso em 15 de maio de 2015.  
2) Potal G1; Casos de tráfico de drogas crescem em 13 das 19 cidades da RMC – Fonte: < <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/07/casos-de-traffic-de-drogas-crescem-em-13-das-19-cidades-da-rmc.html> > acessado em 10 de maio de 2015.  
3) O REGIONAL.com.br; Consumo de drogas tem se espalhado em cidades pequenas - < [http://www.oregional.com.br/2013/07/consumo-de-drogas-tem-se-espalhado-em-cidades-pequenas\\_303015](http://www.oregional.com.br/2013/07/consumo-de-drogas-tem-se-espalhado-em-cidades-pequenas_303015) > acesso em 10 maio 2015.

03 de agosto

Hoje é o terceiro dia da oficina e mais uma vez, após o café da manhã, iniciamos com um belo toré para atrair boas energias. Em seguida, compartilhamos os sonhos que as pessoas do grupo tiveram durante a noite passada. Apenas as pessoas que queriam compartilhar seus sonhos precisavam fazê-lo. O momento de compartilhar sonhos vem sendo feito desde o primeiro dia da oficina.

#### *2.2.4 Objetivo Geral ou Missão do Projeto*

Ainda dentro de planejamento, após construir os objetivos específicos e o *karabirrdt*, foi necessária a construção da missão do projeto. Cada grupo leu novamente o Círculo dos Sonhos para os próximos três anos, imaginando que os três anos já se passaram e todos os itens desejados/sonhados foram realizados. Após a leitura, um dos participantes do grupo pegou uma caneta e escreveu em uma cartolina uma frase que representasse o projeto, segundo sua visão. Em cima da frase escrita, outro participante contribuiu incluindo, apagando ou modificando alguma palavra, conforme lhe pareceu melhor. Depois um terceiro fez o mesmo, e assim por diante. No final, todos os participantes acrescentaram, tiraram ou trocaram alguma palavra da frase, porém todos colaboraram para a construção da missão do projeto. Ao final, a missão estava pronta e possuía as características de todos. Chamamos esse recurso de frase guarda-chuva.

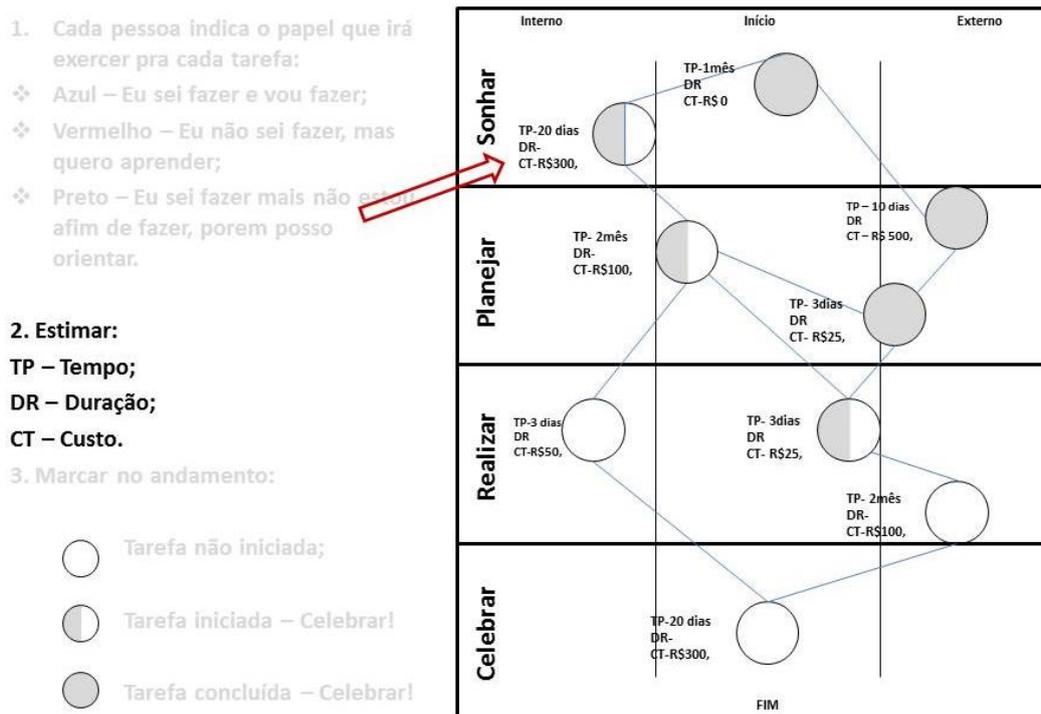
#### *2.2.5 Orçamento e Calendário*

No geral, quando se vai fazer o orçamento e calendário de um projeto convencional, passa-se muito tempo analisando os gastos e o tempo necessário para concluir suas tarefas. Para os grupos que usaram o *Dragon Dreaming* para criar esses dois itens, o processo foi animado e divertido. Cada grupo fez o seu orçamento e calculou o tempo para cada tarefa da seguinte forma:

- 1) Todos em volta da mesa começaram a bater palmas seguindo um ritmo animado;
- 2) Um dos integrantes do grupo, com uma caneta na mão,

perguntava em quanto tempo uma atividade específica, que estava no *karabirrdt*, poderia ser realizada. Alguns falavam que em 5 dias outros em 10; então, quando ocorria de surgirem números diferentes, quem estava com a caneta elegia o meio termo e colocava o número oito. O mesmo esquema era utilizado para definir os custos de cada tarefa. As palmas não podiam parar e, quando era percebido que essas ficavam mais lentas, ouviam-se gritos e a energia era renovada para continuar com o ritmo até que se concluísse a definição dos valores e tempo que seria gasto com cada tarefa. Em seguida, o *karabirrdt* foi completado com as definições sobre o tempo das atividades, bem como com os respectivos valores, conforme ilustrado na figura 15.

Figura 15 - Definição do orçamento e tempo



Fonte: readaptação do autor do material utilizado na oficina de introdução ao *Dragon Dreaming*.

Lembro-me de que no primeiro dia da oficina falamos sobre projetos que iniciamos e deram certo e também sobre projetos que falharam. Dividimos essa informação com o companheiro que estava ao nosso lado. Foi feita também uma dinâmica do “e aí...”. Nessa dinâmica cada pessoa falava sobre algo que se

recordava que ocorreu na oficina desde o primeiro dia até o presente momento. Quando a pessoa terminava a fala, ela dizia a frase: “e ai...”. Então outra pessoa relatava o que se lembrava e dessa forma construímos uma grande memória coletiva e a compartilhamos.

Relembramos que para um projeto nascer ele precisa de: um indivíduo; ambiente; teoria e; prática. Todo projeto nasce a partir de: (1º) um sonho, depois vem o (2º) planejamento, em seguida a (3º) realização desse planejamento e, por último, a (4º) celebração dessa conquista. Ainda dentro do 4º ciclo, celebrar, podemos reinventar o sonho e passar pelas mesmas etapas outra vez, pois “melhor que sair perfeito é realizar o projeto e depois aperfeiçoá-lo a cada novo ciclo”, não deixando que o “ótimo seja inimigo do bom”, disseram Pedro e Raquel.

Confesso que me sinto privilegiado em aprender como construir projetos colaborativos com a participação de membros tão diversificados no grupo. O grupo é formado por indivíduos de nove etnias, sem contar os participantes não indígenas. O melhor de tudo é perceber, realizando uma análise dos recursos da ferramenta *Dragon Dreaming*, que de fato é possível a construção desses projetos com a participação efetiva de todos os membros envolvidos.

Sempre antes de iniciar e ao término de cada etapa da oficina, celebrávamos com um toré. Não podemos esquecer também do Pinakari (fig. 16), que era tocado todas às vezes que algum integrante do grupo se achava desatento. Ao ouvir o som do instrumento, todos se posicionavam no círculo, relaxavam e fazíamos uma pequena meditação que durava cerca de 3 minutos.

Figura 16 - Pinakari



Fonte: Potira Tê - Tumpinambá

Todos participantes da oficina ficaram maravilhados com a forma com que os facilitadores a conduziram, bem como com os recursos utilizados nela. Tal satisfação foi comprovada por meio dos depoimentos dos participantes que também relatavam que o método *Dragon Dreaming* e a forma como Pedro e Raquel (facilitadores) conduziam a oficina era imensurável. Eles utilizavam uma linguagem simples, de fácil compreensão para todos os participantes, não permitindo que a oficina fosse cansativa.

Ao final do treinamento, fizemos um amigo secreto diferente do convencional para a entrega dos certificados. Os certificados foram colocados no chão com os nomes dos participantes virados para baixo, no meio do círculo. Um dos membros do grupo pegava o certificado, descrevia às características da pessoa a qual o certificado pertencia e uma qualidade. Em seguida revelava o nome da pessoa e entregava o documento ao seu dono, que dava continuidade à brincadeira.

No primeiro dia da oficina, foi perguntado a cada participante o que ele esperava aprender até o término, o que ele sonhava aprender e qual era seu objetivo ao participar do curso. O registro dessa informação era lido antes da entrega do certificado e também era perguntado se o participante conseguiu alcançar seus objetivos em relação a oficina. Essa parte foi bem interessante, pois trabalhou com a expectativa do indivíduo antes de começar a oficina e ao final lhe deu a oportunidade de dar ao grupo e a si mesmo um *feedback*<sup>39</sup> da porcentagem de expectativa e objetivos alcançados. Além disso, os representantes indígenas dos PCI e outros colaboradores do projeto *Mensagens da Terra* assumiram o compromisso de reaplicar o método junto a sua comunidade e assim construírem o *Plano de Trabalho* desse espaço cultural. Nesse momento também foi pedido para refletirmos sobre três questões: 1) O que o projeto PCI representa para nós?; 2) O que deveria ter de diferente no projeto?; 3) E como foi trabalhar com o grupo? Foi pedido apenas para refletirmos, não era necessário respondê-las nesse momento.

---

<sup>39</sup> *Feedback*: termo utilizado da língua inglesa para se referir a “retorno”.

04 de agosto

Hoje levantei antes do horário do café e conversei um pouco com meus companheiros de quarto. Eles são bolsistas do PCI e em breve irei visitá-los, pois serei um dos facilitadores que irá auxiliá-los na construção do Plano de Trabalho, no qual cada comunidade definirá suas atividades para os próximos meses. Conversei com Franklin e Yatan, eles são da etnia Xokó. Falaram como é a vida na aldeia deles. A aldeia Xocó está na Ilha de São Pedro, no estado de Sergipe ao lado do Rio São Francisco. Soube também que, apesar da comunidade já possuir *Ponto de Cultura Indígena*, o Ministério das Comunicações (MiniCom) ainda não disponibilizou a antena com acesso à internet via satélite. Até o momento, as oito comunidades indígenas participantes do projeto *Mensagens da Terra* receberam apenas o *kit* multimídia.

Compreendi que cada PCI tem quatro bolsistas, sendo três monitores e um coordenador, e cada um recebe uma bolsa no valor de R\$250,00 para cuidar, registrar e facilitar atividades realizadas no espaço do PCI, ou da comunidade, além de auxiliar a todos a utilizar os equipamentos.

Ontem, Sebastián apresentou o relatório financeiro para os monitores e coordenadores dos PCI. No documento constavam os gastos com cada PCI, até o momento e também os gastos efetuados para a realização deste encontro. Todos esses valores são financiados pelo MinC. Gostei muito da iniciativa, pois, a meu ver, isso demonstra a transparência e seriedade do programa gerenciado pela ONG Thydêwá.

Após o toré, o curso começou com um bate papo, no qual as duplas de cada PCI conversaram sobre o sonho do PCI, pontos positivos e pontos negativos. Depois colocamos uma expectativa positiva, um item que queríamos que ocorresse para o grupo até o fim do curso. Foram listados também os pontos negativos e possíveis fracassos que podem ocorrer. Em grupo discutimos esses temas e criamos uma síntese. Cada grupo apresentou uma síntese positiva e outra negativa para todos e no final criamos soluções para os itens negativos, utilizando a inteligência coletiva.

Depois do almoço fizemos um exercício que se chama café mundial. Os participantes deram sugestões de atividades que cada um poderia ofertar para o

grupo e os participantes que não tivessem o que ofertar iriam escolher os serviços ofertados que melhor atendia suas necessidades. A ideia inicial é que o espaço seja montado como um café mesmo, no qual algumas mesas são colocadas, cada uma para tratar de um tema diferente, segundo o que os membros (participantes) do grupo têm para ofertar. Os participantes do grupo que iriam desfrutar das ofertas, passavam pela mesa que oferecia a atividade que mais atendia suas necessidades e ali iniciava-se o processo do saber individual compartilhado com o coletivo.

Às 16h fomos ao terreno que os Tupinambás conquistaram durante a retomada de ontem. Ao chegar lá, fomos bem recebidos pelos parentes e conhecemos uma pequena fonte de águas medicinais, pois a região ali é rica em fontes desse tipo<sup>40</sup>. Ali dançamos um toré em agradecimento a conquista.

Esclareço que quando falo em retomada por parte dos Tupinambás, não me refiro à invasão, e sim à ocupação de território. Uma propriedade é invadida quando há pessoas vivendo ali e outras vêm expulsá-las, porém pude constatar que os Tupinambás fazem ocupação de terrenos que estão, segundo informado por eles, dentro da área demarcada pela FUNAI, e que não há pessoas vivendo ali. Áreas que estão marcadas como território indígena no mapa efetuado pela FUNAI, porém que ainda não foram homologadas. Talvez por serem áreas de interesse do setor privado em parceria com alguns membros da cúpula corrupta da nossa política. Será que é por isso que ainda não bateram o martelo? Bom, é apenas uma hipótese. Uma hipótese que também pode ser o pivô das mortes de lideranças indígenas<sup>41</sup> que vem ocorrendo nos últimos anos na região de Olivença-Ilhéus e a mídia de massa não torna visível à sociedade.

Durante a visita à área retomada pelos Tupinambás conheci o Jaborandi, um jovem indígena que trabalhou durante um período na Thydêwá. Ele gosta muito de arte digital e vídeo. Juntamente com Bruno e Laila, estudantes de doutorado pela UFRJ, Jaborandi dará uma oficina de vídeo e irá realizar o mapeamento<sup>42</sup> do território das 08 comunidades indígenas participantes do projeto *Mensagens da Terra*. Enquanto eles começam a intervenção pelo norte, eu início pelo sul.

---

<sup>40</sup> Fonte: <<http://www.cidadedeilheus.com.br/products/balneario-tororomba/>> acesso em 10 de outubro de 2014.

<sup>41</sup> Vídeo que retrata o desinteresse do governo nas demarcações e a luta do povo Tupinambá disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=F2QIzFIRJ3E>> acesso em 11 de maio de 2015.

<sup>42</sup> Mapeamento disponível no livro: Percursos Cartográficos Movimentos Indígenas do Nordeste; Disponível para download gratuito em: <http://www.thydewa.org/downloads1/>.

Sebastián já havia falado sobre a intervenção deles e até chegamos a trocar alguns e-mails antes da minha chegada a Olivença-Ilhéus.

05 de agosto

Hoje participamos do 5º e último dia da oficina. Iniciamos com um toré especial porque Fernanda, uma jornalista que trabalha na Thydêwá, trouxe seu filho, Francisco, para ser batizado no ritual. A criança nasceu há dez dias. Infelizmente, apenas celebramos seu nascimento, porque, segundo o pajé Arian, da comunidade indígena Pankararu, o batismo só poderia ocorrer dentro de uma das aldeias Pankararu.

Fizemos, entre os membros de cada PCI, uma reflexão sobre algumas intenções que eles haviam combinado de realizar no último encontro que ocorreu em março de 2014. Cada representante relatava quais intenções e propostas do encontro passado foram realizadas e quais ainda não. Também houve um espaço para a adição de novas intenções, no qual sugeri a todos um intercâmbio entre os monitores com a finalidade das comunidades tomar conhecimento das dificuldades que há em outros PCI e juntos buscar soluções, numa espécie de intercâmbio cultural.

O almoço, mais uma vez, estava espetacular. Como temos duas horas de almoço, após comer, fui tomar banho e terminar de arrumar minhas malas, pois preciso ir a São Paulo, passar dois dias ali e depois volto para dar início a minha jornada pelas comunidades indígenas participantes do projeto *Mensagens da Terra*. Enquanto guardava as roupas na mala, houve um momento que parei e refletir sobre essa experiência que venho vivenciando, uma experiência singular na vida de uma pessoa. Poder sair de uma realidade caótica de uma metrópole como São Paulo, reencontrar minhas raízes e, por meio do conhecimento, contribuir para o fortalecimento e resgate da cultura. Não há palavras que possam descrever a emoção e paz de espírito que sinto neste momento.

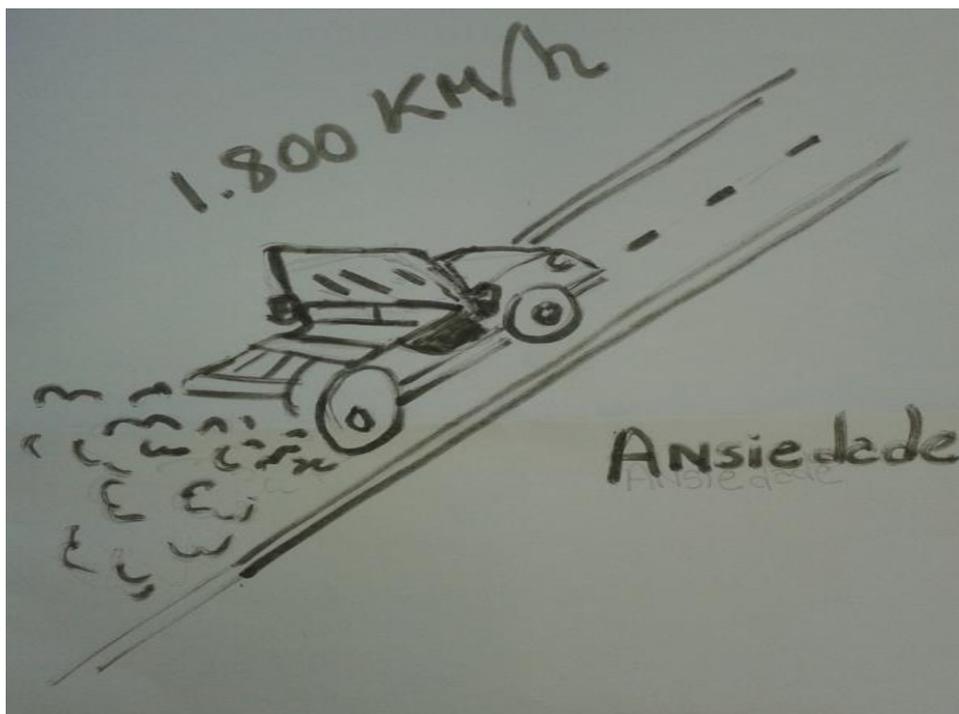
Lembrei-me dos momentos iniciais dessa jornada, quando entrei no avião para vir à cidade de Ilhéus e imaginava: como seria a Thydêwá? Confesso que fiquei muito ansioso e nesse momento sei que foi bom a chuva haver contribuído para eu ir

à Salvador e ficar ali um dia, pois a ansiedade era enorme, e isso poderia atrapalhar minha aprendizagem. Mas mesmo ali no hotel, tive alguns surtos de ansiedade e ficava imaginando como as coisas iriam ocorrer.

Acabou o horário de almoço e voltamos à oficina, porém eu deveria sair às 16h, afinal meu voo sairia às 17h25. Fizemos uma roda de conversas, como de costume, e ali Pedro pediu para cada pessoa fazer dois desenhos: O primeiro deveria expressar o que em mim poderia atrapalhar o sucesso do projeto e o segundo deveria representar o que poderia ser feito para corrigir o primeiro. Meu desenho foi de um carro (fig. 17) correndo a mais de 1800 km/h representando minha ansiedade que pode prejudicar o bom funcionamento das atividades. O que posso fazer? Uma solução seria meditar (fig. 18). Buscar com ajuda do lado espiritual realizar minhas atividades de forma tranquila. Um passo de cada vez e celebrar ao concluir cada passo. Aprendemos que ao terminar uma tarefa, por mais simples que essa seja, devemos celebrar, pois o reconhecimento dos feitos e sua comemoração nos motiva ao renovo, a reinventar.

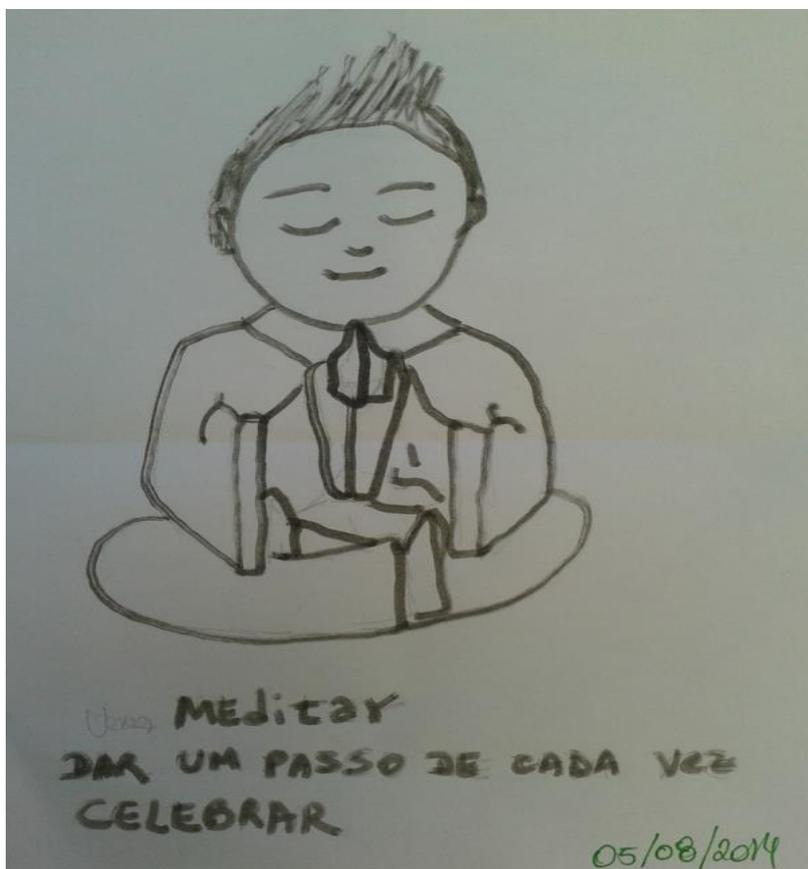
Depois que todos deram seu depoimento, chegou a hora de praticar, ou seja, realizar! Foi passada uma lista de atividades para fazermos dentro de uma hora. Deveríamos pegar os registros de vídeos, fotos, áudio, conteúdo escrito, enfim, todo o material produzido durante os cinco dias de curso e criar uma memória e guardá-la em um DVD. Junto com outros companheiros (fig. 21) iniciei a montagem de um PowerPoint para ensinar o Dragon Dreaming nas aldeias. Infelizmente não pôde ficar para o encerramento do curso, pois precisava sair às 16h.

Figura 17 - Desenho que representa o que poderia atrapalhar o projeto



Fonte: autor.

Figura 18 - Desenho que representa o que posso fazer para não prejudicar o projeto



Fonte: autor

Figura 19 - Organização do conteúdo aprendido na oficina



Fonte: autor.

Infelizmente não pude ficar para o encerramento do curso, pois precisava sair às 16h. Mas, antes de partir comprei três colares para presentear algumas amigas em São Paulo. Quem os fez foi Joel Braz, uma liderança bem conhecida entre os indígenas e poceiros da Bahia. Em seguida, Luiz, esposo de Margaret, levou-me até o aeroporto de Ilhéus. Partir com muitas saudades de todos, mas dentro de dois dias retornarei para visitar, conhecer, facilitar e realizar a criação do Plano de Trabalho do PCI junto a todas as comunidades que participaram dessa oficina.

### 2.3 Retorno à Ilhéus

No intuito de facilitar a compreensão e não ser repetitivo na descrição da intervenção realizada nas oito comunidades indígenas, trago esta introdução que apresenta uma descrição geral das etapas realizadas em cada uma destas e, em seguida, retrato os momentos singulares.

De agosto a outubro, fui facilitador do uso da ferramenta *Dragon Dreaming* em todas as comunidades indígenas participantes do projeto *Mensagens da Terra*, para auxiliá-las na construção do plano de trabalho de seu PCI.

Durante as ações nessas comunidades houve pequenos reajustes no cronograma, porém, essas alterações não afetaram o resultado esperado, o qual sempre foi construir de forma colaborativa, segundo a necessidade de cada comunidade, o Plano de Trabalho do PCI.

De forma geral, a construção do *Plano de Trabalho* – utilizando o *Dragon Dreaming* – foi realizada conforme apresentado nas etapas a seguir:

#### Etapa 1

Ao chegar à comunidade indígena realizamos – os dois representantes que estiveram comigo no curso de Introdução ao *Dragon Dreaming* na sede da ONG Thydêwá, mais os demais bolsistas, os membros do conselho do PCI e eu – uma reunião para compreender a agenda da comunidade e construir a melhor pauta para todos. Os primeiros dias foram utilizados, principalmente, para ouvir a comunidade;

#### Etapa 2

Depois que tomei conhecimento da agenda semanal e rotina diária da comunidade, dei início às reuniões de criação do *Plano de Trabalho* utilizando o *Dragon Dreaming*. Todo o ritual de acender a fogueira, criar nossa mandala e, quando necessário, usar o Pinakari, foi realizado durante nossos encontros (figura 20 – Aplicação do método/ferramenta na aldeia Xocó em Sergipe).

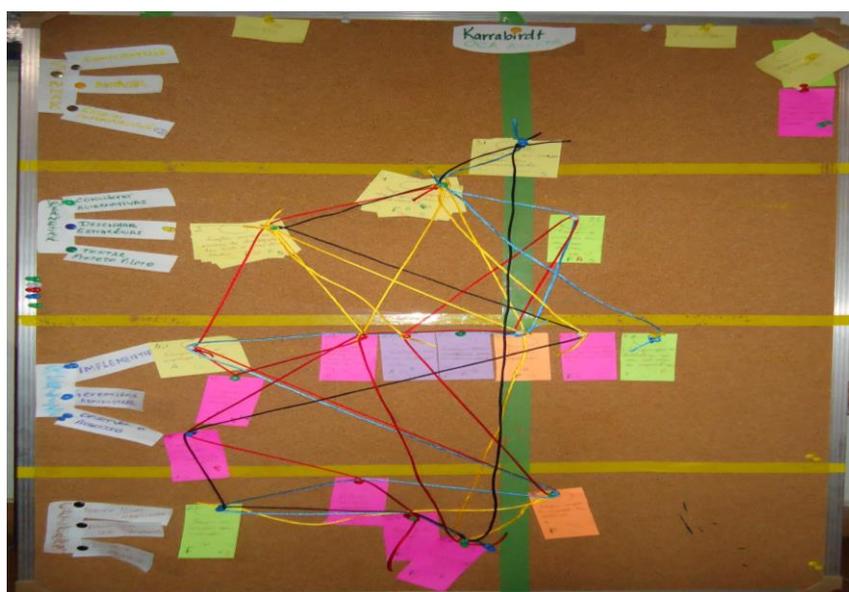
Figura 20 - Aplicação do método/ferramenta na Aldeia Xokó em Sergipe



Fonte: autor.

Partilhamos as primícias do *Dragon Dreaming*, sua filosofia e eficiência na construção de projetos coletivos. Depois, construímos de forma colaborativa os objetivos do *Ponto de Cultura Indígena*. Definimos as tarefas que deveriam ser executadas nos próximos três/seis meses com base na realização dos objetivos específicos almejados pelos próprios participantes. O passo subsequente foi a criação do *Karabirrdt* e, em seguida, da missão do PCI (fig. 21).

Figura 21 - Karabirrdt



Fonte: autor.

É importante destacar que algumas comunidades indígenas possuem rituais que não podem ser interrompidos (fig. 22), por isso, antes de viajar a essas comunidades, sempre verifiquei, juntamente com a equipe da Thydêwá, se a comunidade estava disponível a me receber e, caso a comunidade não tivesse atividades programada, conforme seu calendário cultural, outros imprevistos foram encontrados, por exemplo, o nascimento, falecimento ou ausência de algum membro. Devido a esses tipos de situações, tive que alterar, em alguns momentos, o calendário planejado para a intervenção.

Figura 22 - Ritual: Menino do Rancho - Aldeia Pankararu em Pernambuco



Fonte: autor.

O cronograma planejado pela ONG, levando em consideração o orçamento e tempo necessário para uma aplicação eficaz da intervenção, foi de 18 a 20 dias em cada comunidade, porém, dependendo da disponibilidade dessas, conseguia realizar toda a intervenção em até uma semana.

### *2.3.1 Aldeia Tupinambá – Ilhéus - BA*

08 de agosto

Hoje retorno a Ilhéus para realizar a segunda etapa da minha pesquisa de campo: visitar as comunidades indígenas. Ontem, ao arrumar a bagagem, coloquei o mínimo de roupas possíveis para carregar, pois não devo levar muito peso, apenas uma mochila nas costas com o laptop, 9 camisas, 3 bermudas, 1 calça, um par de chinelos, 5 cuecas, 1 toalha, 1 câmera fotográfica, 1 HD, 1 cartão de memória USB, 1 caderno (meu diário de bordo), 2 canetas, 1 lápis, 1 kit de higiene pessoal e uma oração familiar antes de colocar o pé na estrada.

Durante os dois dias que estive em São Paulo, Sebastián pediu que comprasse um recipiente de composteira doméstica<sup>43</sup> para ele. Juntamente com meu amigo Cássio fui retirá-la na loja. Depois, fomos ao aeroporto. Infelizmente, quando Cássio estava dirigindo em direção ao portão de embarque, no aeroporto de Congonhas, um carro que estava parado na faixa do meio, em vez de parar na faixa da direita, abriu a porta esquerda do passageiro e quebrou o retrovisor do carro em que estávamos... O pessoal do outro carro nos entregou o contato deles para providenciar o conserto.

Apenas para recapitular. Na primeira etapa passei cinco dias em Olivença-Ilhéus, participando da oficina de *Dragon Dreaming*. A princípio, sei que vou direto para a ONG e juntamente com Potyra – Potyra é seu nome indígena, seu nome de batismo é Ivana – e Sebastián para discutirmos como será minha intervenção nas comunidades. Precisamos ser cautelosos, pois devo apenas ser um facilitador, um apoio para os bolsistas – os bolsistas também possuem o papel de multiplicadores, pois ao participarem das oficinas disponibilizadas pelos encontros, eles têm a missão de compartilhar, com sua comunidade, o conhecimento adquirido.

O próximo encontro do PCI está previsto para dezembro de 2014; os bolsistas irão se reunir outra vez e será feita uma avaliação e análise do Plano de Trabalho criado por eles, também se espera visualizar, nesse encontro, o Plano de Trabalho de cada comunidade, o que foi aplicado desse plano e o que ainda falta aplicar.

Ao chegar a Ilhéus fui recebido por Sebastián e Maria, sua esposa. Eles me levaram para a casa deles e ali almoçamos. Depois do almoço passamos na ONG

---

<sup>43</sup> Composteira Doméstica é um sistema de reciclagem dos resíduos orgânicos onde minhocas e microorganismos transformam restos de alimentos em adubo de excelente qualidade - Fonte: < <http://www.moradadafloresta.org.br/produtos-principal/composteiras-domesticas> > acesso em 10 de outubro de 2014.

para pegar um colchão, pois eu iria dormir na casa de Potyra, que fica na aldeia Itapuã. Fizemos a reunião na casa da Potyra e discutimos como a intervenção deveria ser feita. Cada comunidade pertence a uma etnia, ou seja, cada qual tem seus costumes, rituais e características que devem ser respeitados. Tal situação nos leva a crer que o resultado da construção de cada Plano de Trabalho apresentara diferentes itens, mas também não descartamos as hipóteses da presença de itens similares.

Durante a reunião Sebastián informou que, além de facilitar a criação dos *Planos de Trabalho*, minha intervenção também seria prestar auxílio técnico aos bolsistas do PCI, pois alguns são carentes de conhecimentos informáticos. Devo respeitar a “autonomia” e o “protagonismo” local. Minha intervenção nas comunidades não pode ser confundida com “eu tenho que realizar a atividade proposta para as comunidades indígenas”, mas sim devo auxiliá-las para que cada uma construa o seu Plano de Trabalho, pois um dos principais objetivos é proporcionar a essas a autonomia. Afinal, após três anos de projeto, a própria comunidade deverá buscar meios de manter pulsando o coração do PCI, ou seja, suas atividades.

Quando me refiro à construção do Plano de Trabalho de forma colaborativa por parte da comunidade, refiro-me aos bolsistas, ao conselho e também aos membros da comunidade que participam do PCI, ou seja, o plano pode ser construído por toda a comunidade ou apenas pelos membros que a representam nesse espaço, no caso, os bolsistas e o conselho. Entretanto, se os demais membros da comunidade desejam participar dessa construção, são todos bem-vindos!

Nessa reunião também fui alertado sobre alguns cuidados que devo ter nas aldeias e sempre respeitar o espaço do outro, porque ali existem diversos tipos de problemas e pontos de vistas diferentes para cada situação.

Após a reunião Potyra mostrou-me uma mercearia que está dentro da aldeia. Pertence a uma índia chamada Leli, a qual faz almoço e janta também. Nesse fim de semana ela irá preparar minhas refeições, pois Potyra irá visitar seus pais que vivem em Salvador. Na casa de Potyra estará apenas Deus e eu (risos). Mas os membros da comunidade Itapuã já estão cientes de que passarei esse fim de semana com eles e já se dispuseram a me ajudar. Todos na aldeia Itapuã são

bem receptivos. Visitamos também a casa da Cacique Valdelice, que me convidou para visitar uma retomada em outro local diferente do que os Tupinambás haviam conquistado na semana passado, durante a oficina de introdução ao *Dragon Dreaming*.

09 de agosto

A casa de Potyra trouxe-me recordações da casa dos meus tios que vivem na aldeia Tracoeira, na Baía da Traição, estado da Paraíba. Feita de taipa, com as paredes lisas e pintadas de branco e com desenhos indígenas feitos por ela. Após banhar-me pela manhã a cacique Valdelice veio me chamar para fazer um “vídeo depoimento<sup>44</sup>”. Ela informou que ontem três indígenas foram presos no local da retomada, aquela que ela havia me convidado para ir. Ela relatou que alguns policiais, da polícia civil e militar, entraram na área a qual os Tupinambás já haviam retomado há cerca de dois anos e prenderam três indígenas. Indignado com a situação, Taquari – esposo da cacique – queria gravar um vídeo para expor na rede *Índios Online*, o tamanho do descaso com a lei e a pouca importância que as autoridades locais têm, pois segundo um decreto federal, cabe a Polícia Federal intervir nas questões indígenas, além disso, a cacique relatou que os policiais não tinham uma ordem de prisão, muito menos de busca e apreensão para invadir o local. Fiz o vídeo com o indígena Taquari, como solicitado, e pude constatar que os indígenas estão realmente tomando posse do ciberespaço como ferramenta para divulgar suas lutas, mostrando ao mundo o que a mídia de massa não mostra, conforme mencionado por Tavares (2013).

Sebastián havia me pedido ajuda com outros projetos da ONG, dizendo que se possível, eu analisasse como está a situação dos conhecimentos e utilização dos recursos midiáticos (vídeo, imagem, som, textos...) nas comunidades e, caso seja possível, ajudasse o pessoal, principalmente, com a produção de um livro que está em processo de construção. O livro pertence a um projeto intitulado: “Mulheres Indígenas<sup>45</sup>” que atualmente conta com apoio da Secretária de Políticas para Mulheres da Presidência da república (SPM-PR). O título do livro será: “*Pelas*

---

<sup>44</sup> Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fH-YAiwKzrc>> acesso em 11 de maio de 2015.

<sup>45</sup> Site do projeto: <<http://www.mulheresindigenas.org/>> acessado em 11 de maio de 2015.

*Mulheres Indígenas*<sup>46</sup>. Ele também informou que, apesar dos oito PCI já possuírem computadores, apenas um tem acesso à internet via Antena GSAC<sup>47</sup>. O responsável pela implantação das antenas nas comunidades é o MiniCom, porém apenas a comunidade Kariri-Xocó, de Alagoas, possui uma antena que foi instalada durante o projeto de nascimento dos *Índios Online* em 2004/2005. A qual precisa ser reposicionada.

10 de agosto

Após o café, queria ir ao centro de Ilhéus e passar no banco, pois em Olivença não há lotéricas e nem caixas eletrônicos e preciso sacar dinheiro. Quando cheguei à casa de Leli, descobri que seu esposo havia acabado de sair para Ilhéus. Que pena!

Conversei bastante com Leli e, depois do café, ela passou os nomes dos ônibus que devo pegar. Peguei o ônibus das 9h e ao chegar ao centro de Ilhéus fui procurar onde está a igreja de São Sebastião. Segundo me disseram, seria fácil encontrá-la. Ao chegar à igreja, vi que há uma praia, e que de lá se consegue ver o Morro do Pernambuco, no qual há um farol e um restaurante.

Após tirar algumas fotos da igreja e enviar para uma amiga, pois lhe prometi isso, passei na farmácia para comprar algumas coisas e depois retornei para a casa de Potyra, na aldeia Itapuã. Cheguei por volta das 12h e fui direto à casa de Leli para almoçar. Em seguida procurei os monitores do PCI para saber como vai o andamento da construção do Plano de Trabalho junto à comunidade. Infelizmente, os monitores não se encontravam, pois estavam em um evento escolar.

Fui à casa da cacique, pois ela também irá participar da elaboração do Plano de Trabalho. Como ela estava muito atarefada, marcamos de conversar mais tarde. Aproveitei o tempo livre para conversar com Célia, ela faz parte do projeto “Mulheres Indígenas”. Verifiquei com ela como posso ajudá-la, pois Sebastián havia enviado um e-mail relatando sua preocupação em relação à produção do conteúdo para a

---

<sup>46</sup>Download gratuito do livro disponível em: < <http://www.thydewa.org/downloads1/> > acesso em 11 de maio de 2015.

<sup>47</sup>GESAC: Trata-se do programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) que oferece de forma gratuita conexão à internet em banda larga – por via terrestre e satélite – a telecentros, escolas, unidades de saúde, aldeias indígenas, postos de fronteira e quilombos. Fonte: <<http://www.mc.gov.br/gesac>> acessado em 13/05/2015 às 20h09> acesso em 10 de junho de 2015.

publicação do livro: *Pelas Mulheres Indígenas*. Combinei de reencontrá-la amanhã pela manhã para tirarmos algumas fotos e colher depoimentos das mulheres da comunidade.

11 de agosto

Olhando nesse momento a casa de Potyra, lembrei quando cheguei aqui na sexta à noite. A percepção, o conforto, enfim, não sei explicar. Mas meu olhar de estranhamento já foi transformado e agora me sinto em um ambiente familiar.

Logo cedo Célia veio me acordar para que pudesse orientá-la em relação às tarefas para a confecção do livro. Sua tarefa era relatar o sonho das mulheres de sua aldeia e registrar imagens do cotidiano delas. Percebi que Célia estava um pouco insegura para realizar suas atividades, então fui a campo junto com ela. Encontramos poucas mulheres pela aldeia. Conseguimos tirar fotos e colher depoimentos de três.

Conhecemos a dona Idalina (fig. 24) que estava carpindo. Registramos a cena e também colhemos o depoimento dela baseando-nos em algumas perguntas: 1) Qual era o sonho dela; 2) Qual o sonho que ela tem para a comunidade; 3) Qual era o sonho dela para o mundo; 4) Qual era o sonho dela em relação a atividade que ela estava exercendo.

Figura 23 - Dona Idalina Tupinambá carpindo seu roçado



Fonte: autor

Em seguida visitamos a casa de farinha. Ali estava outra senhora Tupinambá e seu filho. Simpática e ao mesmo tempo dando sinais de timidez, ela disse que não gostava de tirar fotos e nem dar entrevistas. Mesmo assim, Célia insistiu de forma descontraída e propôs que ela compartilhasse um pouco dos seus sonhos conosco. E assim, Célia tirou as fotos (fig. 25).

Figura 24 - Casa de farinha Tupinambá



Fonte: autor.

Depois disso encontramos a Maila, uma das bolsistas do PCI que trabalha junto com Murilo e Ayla. Convidamos ela para nos ajudar e a mesma aceitou rapidamente. Prosseguimos a caminhada e conheci a Gisele. Ela é mãe de quatro filhos e cheia de sonhos. Enquanto Gisele falava, gravávamos a conversa. O sonho individual dela estava voltado para seus filhos: “Quero que meus filhos se formem e prossigam na vida...”.

Antes de começarmos a gravar, ensinei a Célia, de forma lúdica, como conseguir que as pessoas fiquem mais tranquilas para falar. Primeiro pedi para Célia explicar à Gisele o que era o projeto *Pelas Mulheres Indígenas*. Em seguida perguntei à Célia qual era o sonho dela, para que ela o compartilhasse com Gisele. Depois de seu depoimento deixei que ela continuasse a conversa. De forma natural as duas falaram sobre seus sonhos e conseguimos uma bela história para o livro.

Depois do almoço resolvi deixar Célia e Maila irem fazer as entrevistas sozinhas. Elas queriam que eu as acompanhasse e insistiu falando sobre suas

dificuldades. Disse a elas que daria tudo certo e deveriam apenas conversar com as mulheres enquanto Maila providenciaria a gravação, assim como fizemos com Gisele.

Às 15h, Célia e Maila retornam sorridentes. Ansiosas para que eu ouvisse a gravação. Parabenizei as duas pelo trabalho e união, pois nessa ação enxergávamos o PCI (Maila) ajudando as Mulheres Indígenas, ou seja, o PCI de fato está realizando seu papel como Ponto de Cultura e apoio as atividades da comunidade.

Ressalto que o objetivo principal de minha intervenção nas comunidades indígenas é auxiliar os bolsistas do PCI, juntamente com a comunidade, a construir, segundo suas necessidades locais, seus *Planos de Trabalho* para os próximos meses. Entretanto, Sebastián havia mencionado a necessidade de intervir em outros projetos ligados a Thydêwá. Intervenções que não prejudicassem a autonomia e protagonismo das comunidades, mas as auxiliassem ao se deparar com algumas dificuldades. Exatamente o que busquei fazer com Célia, deixando-a livre para executar suas atividades de forma autônoma, provocando nela a percepção de o quanto ela é capaz de realizar suas atividades, projetos e sonhos.

Um tempo após o retorno de Célia e Maila, Murilo, filho de Célia e também bolsista do PCI, apareceu. Aproveitei o momento para saber como estava a construção do Plano de Trabalho para o PCI da comunidade indígena de Itapuã. Infelizmente, eles não haviam programado nada. Aproveitei a ocasião e reforcei a importância da construção do Plano de Trabalho, segundo a necessidade da comunidade local, e pedi para eles pensarem em uma data para se reunir e começar a construção.

À noite Sebastián chegou com Potyra e ofereci a eles uma graviola (fig. 26 que tirei do pé que há na casa de Potyra e falei sobre a ação realizada na comunidade. Sebastián passou os recursos para eu visitar as outras comunidades e pegou o número da minha conta para depositar o restante. Fui alertado sobre a falta de caixas eletrônicos no percurso e reforçaram os cuidados que devo ter durante a viagem. Sebastián e eu saímos da casa de Potyra e fomos a sua casa, pois no dia seguinte eu deveria pegar o ônibus das 5h30min da manhã para visitar a segunda aldeia, Barra Velha.

Figura 25 - Fruta graviola



Fonte: autor.

## 2.4 Aldeia Barra Velha – Porto Seguro - BA

12 de agosto

Levantei no horário previsto, porém perdi o ônibus das 5h30, mas consegui pegar o das 6h que partia de Olivença em direção à rodoviária de Ilhéus, no centro. De lá peguei outro ônibus para Eunápolis. Sai de Ilhéus no ônibus das 7h20 e cheguei a Eunápolis às 12h05. Ali fui ao mercado que está ao lado do terminal rodoviário e comprei mantimentos para levar à casa de Joel Braz e Marlene Braz. Eles são casados. Joel é bolsista e coordenador do PCI da comunidade indígena de Barra Velha e Marlene faz parte do projeto “Mulheres Indígenas”.

Sai de Eunápolis às 14h e cheguei a Barra Velha às 17h30. O caminho de Barra Velha até Eunápolis trouxe-me muitas lembranças de minha infância, o caminho é muito parecido com o da casa da minha avó, na aldeia Tracoeira. Através da janela do ônibus vi algumas crianças indo à escola de bicicleta e, apesar de não ter feito isso com frequência, senti saudades, pois quando estudava na Paraíba, por volta dos meus cinco, seis anos, esse era o meu transporte também.

Ao chegar à aldeia Barra Velha, para minha surpresa, não havia ninguém me esperando no ponto final do ônibus. Perguntei a uma menina, que passava por ali, se ela conhecia a Joel Braz; ela me indicou a direção. Mas, para ter certeza que estava no caminho correto, perguntei em outra casa a direção da casa do Joel. A senhora que me atendeu disse que não conhecia ninguém com este nome. Lembrei que Sebastián havia me alertado que isso ocorreria, pois por um tempo, Joel Braz participou ativamente em retomadas indígenas e por não se deixar corromper, muitos buscavam tirar sua vida. Em busca de não colocar em risco a vida de Joel e sua família, a comunidade nega conhecê-lo.

Minha sorte foi que Joel já havia falado com o filho dessa senhora, então ele me acompanhou até a casa de Joel. No meio do caminho encontramos a Marlene. Joel não estava em casa. Aproveitei para verificar com Marlene o andamento da produção de imagem e conteúdo do livro *Pelas Mulheres Indígenas*. Ela informou que falta apenas algumas mulheres assinar a autorização de direito de imagem e propriedade intelectual. Já aproveitei a ocasião e pedi para ela assinar a minha autorização (apêndice I) para poder publicar as informações fornecidas por ela e também sua imagem na minha pesquisa.

Passados 30 minutos, Joel chegou. Gravei um pouco de nossa conversa em relação ao Plano de Trabalho. E decidimos esperar John Lenon, um dos bolsistas do PCI da aldeia Barra Velha, para ver como construir o plano de trabalho usando a ferramenta *Dragon Dreaming*.

13 de agosto

Durante o café da manhã, por volta das 9h, John Lenon - também conhecido como Thixi (pronuncia-se Tirri), seu nome indígena – chegou. Ele já veio trazendo notícias da comunidade Curumbalzinho, a qual ele estava. Aliás, as coisas estão tensas, pois um pistoleiro havia sido morto por lá e os indígenas estavam evitando sair com medo de serem mortos pelos capangas dos fazendeiros.

Conversamos um pouco sobre como deveria ser nossa ação para reunir a comunidade e construir o Plano de Trabalho do PCI. Joel expôs alguns problemas que são comuns entre as aldeias, pelo que pude perceber, por meio de relatos feitos pelos bolsistas dos PCI, durante nossa oficina de introdução ao *Dragon Dreaming*,

na sede da Thydêwá. Os problemas, no geral, estão relacionados à influência do capitalismo nas comunidades. Pelo que tomei conhecimento, boa parte das comunidades pensam que os projetos trazidos de fora visam ao enriquecimento das pessoas envolvidas. Por isso, Joel aconselhou a não utilizarmos a palavra “projeto” durante nossa intervenção.

Como era a primeira vez que eu iria utilizar o *Dragon Dreaming* para construir um *Plano de Trabalho* colaborativo, fizemos um roteiro das ações que precisavam ser executadas antes da oficina, conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 1 - Roteiro Ações Inicial.	
Atividades	Data de execução
Reunir os envolvidos no projeto	
Eleger a data do curso	Domingo
Conhecer o ambiente de aplicação da Oficina	Escola Indígena
Eleger um nome para o treinamento	Tornando sonhos individuais em sonhos coletivos
Fonte: Autor.	

Fizemos também uma seleção de palavras que deveriam ser evitadas, pois segundo Joel, essas palavras poderiam ser vistas de forma negativa pelos participantes. E uma lista de palavras que poderiam ser usadas, conforme apresentado na tabela 2.

Tabela 2 - Lista de Palavras que podem e não ser utilizadas	
Palavras que podem ser usadas	Palavras que não podem ser usadas
Convidar	Discutir
Participar	Curso
Sonhar	Projeto
	Reunião
Fonte: Autor.	

Criamos o roteiro dos recursos do *Dragon Dreaming* que utilizaríamos no dia da oficina de criação do Plano de Trabalho (tabela 3).

Tabela 3 - Roteiro oficina Dragon Dreaming - Aldeia Barra Velha	
1	Fazer os combinados;
2	Falar sobre o PINAKARY;
3	Círculo dos Sonhos;
4	Explicar como funciona o processo de tornar o sonho individual em um sonho coletivo;
5	Falar sobre os princípios do <i>Dragon Dreaming</i> ;
6	Falar sobre o que pode ajudar e o que pode atrapalhar na execução de um planejamento;
7	Falar sobre os sonhos que deram certo e o que aprendemos com os que não deram.
Fonte: Autor.	

Após o planejamento fomos ao posto da FUNAI que há na aldeia, ali, conheci o Marcus, chefe do Posto Indígena de Barra Velha.

Como queria acessar a internet e fazer contato com o pessoal fora da aldeia, Joel e eu fomos à casa de um rapaz chamado Fabiano. Ele é o responsável por abrir e fechar um telecentro que foi criado por meio da cooperativa dos pescadores em parceria com a GESAC. Infelizmente Fabiano não estava em casa, pois segundo ouvimos de alguns moradores, ele trabalha em outras duas cidades vizinhas de Barra Velha. Enfim, a população tem um telecentro, com acesso à internet e computadores, porém fechado.

Joel, Thixi e eu fomos à casa de Adalto – uma liderança local –, pois um parente seu havia falecido recentemente. Explicamos a Adalto como funciona o PCI e o convidamos para participar no domingo da oficina e juntos tornarmos “os sonhos individuais em sonhos coletivos”. Além disso, Joel também expôs para o nosso convidado sua dificuldade em utilizar o telentro e ele respondeu que já havia sugerido que a chave do espaço ficasse na responsabilidade de outra pessoa, mas infelizmente isso ainda não ocorreu.

Thixi precisa voltar a aldeia Curumbalzinho, pois sua esposa havia ficado ali. Eu não sabia, mas Txihi é casado com a filha de Joel. Adalto informou que um rapaz poderia levá-lo. Passamos na casa desse rapaz e ele nos informou que amanhã o

levaria. Seguimos caminho e chegamos a uma escola, creio que municipal, a qual tem um laboratório de informática. Não sei se esse funciona, mas ao menos se sabe que ali há internet. Como Joel conhece a todos na comunidade, foi fácil conseguir uma sala com um cabo de conexão e acesso à internet. Consegui, depois de algumas tentativas, acessar meu e-mail e enviar um sinal de fumaça a minha família e ao pessoal da ONG. Consegui também cumprimentar dois amigos que estavam completando ano neste dia. À noite nos reunimos com Marlene e passamos para ela a programação de domingo, pois ela nos ajudará.

14 de agosto de 2014

Às 16h Joel e eu fomos a FUNAI para entrevistar Marcus. Gravei a entrevista e fiz algumas anotações. Marcus relatou que vários benefícios tecnológicos chegaram à aldeia de Barra Velha desde sua infância, por exemplo: o acesso a comunidade por meio da construção de estradas, a chegada da eletricidade por meio do projeto “Luz para Todos<sup>48</sup>” e a chegada da internet via satélite no posto da FUNAI, na cooperativa e na escola. Ele também percebeu uma grande mudança na rotina dos membros da comunidade que antes se reunia com maior frequência em volta das fogueiras para conversar e hoje esse costume vem se perdendo. Enquanto o entrevistava, Joel encontrou o rapaz do telecentro e acertou com o rapaz para usarmos o espaço e acessar a internet às 18h.

Depois da entrevista fomos à escola para falar com a Rose, eventual da diretora. Pedimos a ela uma sala para realizar a oficina e ela cedeu para nós uma sala da escola e a utilizaremos no domingo (dia 17 de agosto).

A princípio, deixamos combinado o seguinte: pela manhã abordaremos os sonhos individuais e como transformá-los em sonhos coletivos. À tarde, aprenderíamos na prática a realizar nossos sonhos por meio da construção do Plano de trabalho do PCI. Rose demonstrou interesse no tema abordado, creio que ela

---

<sup>48</sup> Luz para todos: trata-se do projeto pertencente ao governo federal que institui por meio da lei 11.11.2003 o Programa Nacional de Universalização do acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos). [...] o programa prioriza comunidades inseridas em programas sociais federais, assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas, comunidades localizadas em reservas extrativistas ou em áreas de empreendimentos de geração ou transmissão de energia elétrica, cuja responsabilidade não seja do respectivo concessionário, além de escolas, postos de saúde e poços de água comunitários. Fonte: < <http://www.eletronbras.com/elb/data/Pages/LUMIS32AB99AAPTBRIE.htm> > acesso em 25 de dezembro de 2015.

será uma das participantes. A noite chegou e fomos ao telecentro, ali respondi alguns e-mails e também recebi algumas orientações de Sebastian, que estava ansioso para saber se iríamos aplicar o *Dragon Dreaming* na comunidade indígena de Barra Velha.

15 de agosto

Hoje precisamos rever o planejamento e os detalhes da oficina, que a princípio, ficou definido da seguinte forma:

- 1) Joel abrirá o treinamento explicando o que é o PCI – Pois muitos membros da comunidade de Barra Velha ainda não conhecem muito bem o projeto;
- 2) Explicaremos juntos o que é o *Dragon Dreaming* e seus princípios para a construção de projetos colaborativos;
- 3) Falaremos sobre a curva do esquecimento;
- 4) Pediremos para as pessoas se apresentarem - nome, etnia e o que sonham aprender até o término do curso, para ao final da oficina darmos o *feedback*.
- 5) Verificar com os participantes, quais deles se lembram do sonho da noite passada;
- 6) Refletir sobre: como nasce um sonho;
- 7) Falar sobre os princípios do *Dragon Dreaming*.
- 8) Combinados e regras.
- 9) Aplicar os recursos e criar o Plano de Trabalho para os próximos 6 meses.

Durante toda manhã lemos o material sobre o *Dragon Dreaming*. Pela tarde fui ajudar Marlene e sua filha com as fotos e autorizações das mulheres para colocar suas histórias e imagens no livro. Foi uma caminhada boa pela comunidade de Barra Velha.

A primeira casa em que fomos foi a da parteira dona Roxa, a qual, depois de muito esforço nosso, permitiu que tirássemos uma foto dela. Brincando, ela falou que da próxima vez daria entrevista e deixaria que tirássemos fotos apenas se pagássemos a ela.

Depois dessa visita, Marlene e sua filha foram para suas casas e eu fui encontrar Joel no telecentro. Chegando lá, Joel ainda não se encontrava, mas Fabiano, o rapaz que cuida do espaço, estava ali. Não tardou muito e Joel chegou, em seguida Marlene. Ela trazia as autorizações de uso de imagem e propriedade intelectual de algumas indígenas que entrevistamos juntos e outras que ela já havia entrevistado, tanto para a minha pesquisa, como para a publicação do livro das mulheres. Digitalizei as autorizações e enviei por e-mail para a Thydêwá. Ao sair fomos à escola para entrevistar um professor e saber a opinião dele em relação ao acesso à internet e seu uso nas escolas indígenas e nos PCI. Infelizmente, ele não havia ido para a escola naquela noite. Como ainda eram 19h imaginamos que ele ainda estava jantando e mais tarde poderia aparecer na escola, por volta das 20h voltamos ali, porém não obtivemos sucesso.

16 de agosto

Pela manhã começamos a preparar o material para o treinamento. As filhas de Joel ajudaram na confecção do material a ser utilizado. Joel e Marlene têm quatorze filhos, dez mulheres e quatro homens.

Confesso que estou preocupado com algumas coisas em relação à palestra de amanhã. Preciso repassar algumas coisas para o Txihi, porém ele ainda está em Curumbalzinho e para chegar lá tarda de 4h a 5h a pé.

17 de agosto de 2014

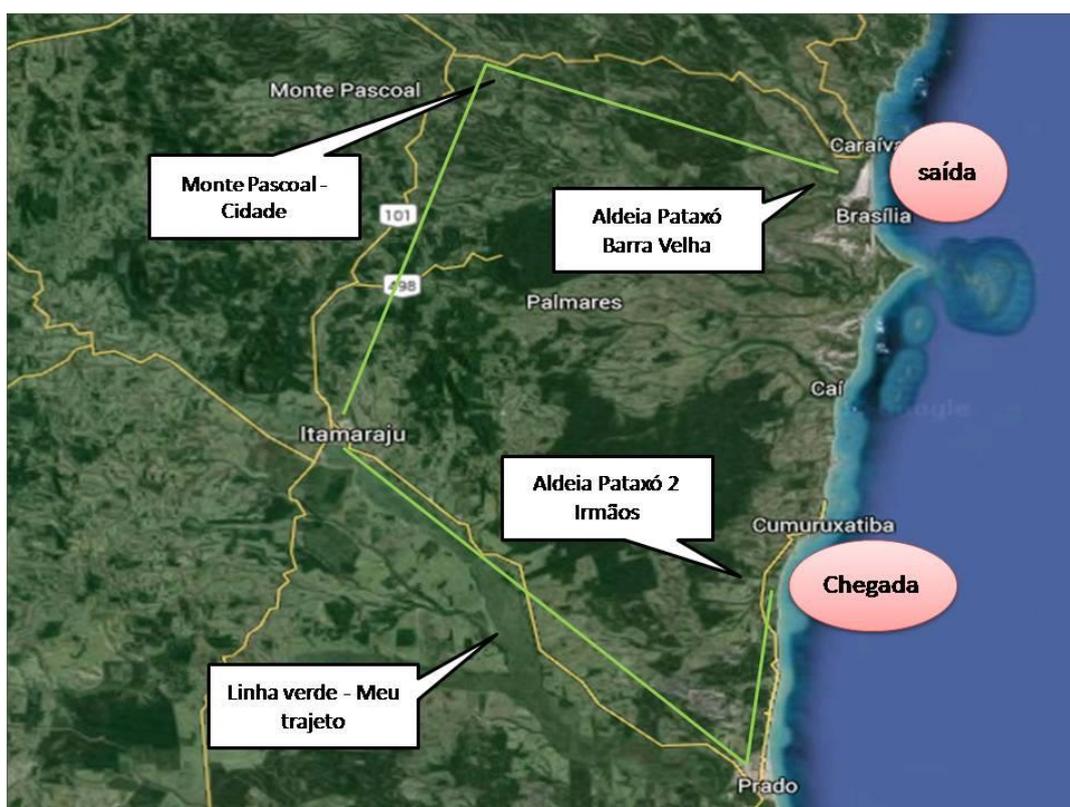
Logo cedo fomos à escola. A oficina começou às 9h com a participação de oito pessoas. Conseguimos falar sobre a essência do *Dragon Dreaming* e trabalhar os sonhos. Pela tarde fizemos o *Karabirrdt* – teia de aranha –, no qual todos colocaram as atividades que desejam para o PCI e quais dessas devem ser realizadas nos próximos meses, ou seja, realizamos o Plano de Trabalho do PCI da comunidade indígena de Barra Velha. Esse foi o primeiro, ainda faltam 7, celebremos!

18 de agosto

Hoje tive que levantar às 4h da manhã, pois iria à aldeia Dois Irmãos em Cumuruxatiba. A cacique da aldeia se chama Maria D’Juda. Seu filho, juntamente com sua nora, Jossiane, são bolsistas e monitores do PCI. Não lembro se mencionei antes, mas na realidade, todos os bolsistas também são monitores, pois eles são os responsáveis em multiplicar o conhecimento adquirido nas oficinas que ocorrem nos encontros e também por zelar do espaço e equipamentos do PCI.

Para chegar à aldeia Dois Irmãos, desde Barra Velha, é necessário pegar um ônibus até Monte Pascoal, dali outro até Itamaraju, depois outro até Prado e ali pegar um até Cumuruxatiba (fig. 27). Quando eu estiver no ônibus para Cumuruxatiba, devo pedir ao motorista que me deixe na parada da praia Dois Irmãos, na qual está a aldeia Dois Irmãos (risos). Marlene e sua filha foram comigo até Itamaraju, pois elas também tinham seus afazeres na cidade.

**Figura 26 - Mapa do trajeto percorrido**



Fonte: readaptação do autor retirada do site [www.google.com/maps](http://www.google.com/maps).

Enquanto fazíamos o trajeto de Monte Pascoal até Itamaraju, olhei através da janela do ônibus e comecei a admirar aquela paisagem verde. Vinha na mente a

conversa que tive ontem à noite com Marlene e Joel. Na qual eles relataram as retomadas que vem ocorrendo nesses dias. Mencionaram também, que ouviram falar, sobre o desaparecimento de um fazendeiro que “invadiu” uma área indígena em uma região próxima à aldeia. E o que os deixavam mais revoltados: “*é que essas guerras todas ainda ocorrem por culpa do governo que não demarcam logo a nossa terra e fica ai esperando morrer várias gente em conflito para depois começar a agir*”, eles diziam. Também falaram de muitas coisas a qual não podem provar, mas que boa parte da comunidade indígena sabia que aconteceu, ou ainda acontece, como por exemplo, o desvio de verbas voltadas a projetos que deveriam beneficiar a população local. Por motivos de segurança e prevenção deles, não relatarei os detalhes da conversa.

Joel relatou o uso das novas tecnologias a favor dos grupos étnicos e populações nas quais a comunicação é de difícil acesso. Ele disse que certa vez recebeu um e-mail da FUNAI de Eunápolis, informando que sua passagem aérea para Brasília já estava comprada. Ele questionou o órgão, por que em nenhum momento ele solicitou essa passagem, ou seja, alguém solicitou uma passagem em seu nome para outra pessoa utilizar. Até hoje, ninguém da FUNAI se manifestou sobre o caso, segundo ele relatou.

A visão que eu tinha sobre as comunidades indígenas do Brasil era que todas eram “tranquilas” e sem “grandes confusões”, porém essa visão era de um menino que após partir para São Paulo, ia visitar os avôs, tios e primos uma vez a cada um ou dois anos em uma aldeia em outra região do país. Hoje, graças a essa força maior que me impulsionou a investigar o uso das novas tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) em comunidades indígenas, descubro, cada vez mais, a verdadeira realidade dos povos indígenas no Brasil e em outros países da América Latina também.

Durante essa semana que estive com a família de Joel e Marlene, percebi que suas histórias dariam um livro bem emocionante. Joel é um lutador da causa indígena e também um grande organizador de retomadas. Segundo ele relatou, por não se corromper, e como ele mesmo diz: “*não se deixar dobrar e aceitar as vantagens tentadoras de pessoas corruptas*” foi acusado injustamente por crimes que não cometeu. Durante 11 anos ficou sem poder sair do país e de sua aldeia, pois foi condenado a prisão domiciliar. Hoje falta apenas o julgamento de um dos

crimes que o acusaram, pois nas demais acusações ele foi inocentado. O mais interessante, é que Marlene, uma mulher analfabeta, percorreu várias cidades em busca dos documentos que o inocentava, ia a Brasília, pegava avião, ônibus, enfim, enfrentou sem medo e sozinha – pois não havia quem pudesse acompanhá-la – essa situação, segundo relatado por ambos.

Ao chegar ao Monte Pascoal, Marlene, sua filha e eu tomamos café em uma padaria que há ali e em seguida pegamos o ônibus para Itamaraju por volta das 7h30. Na cidade de Itamaraju encontrei uma *lan house* para adiantar o trabalho das mulheres indígenas. Peguei as fotos que Marlene tirou e enviei à Thydewa. Sebastian logo tentou entrar em contato comigo, pois a resolução das fotos estava baixa, o que prejudicaria a reprodução da imagem nos livros, na verdade. Esse fato provocou uma mudança no cronograma proposto e alterou o destino da minha viagem. Em vez de ir para a aldeia Dois Irmãos, tive que voltar à Barra Velha e tirar novas fotos. Não lamentei por ser necessário que eu voltasse à Barra Velha para tirar novas fotos, pois acredito que tudo tem um propósito e, se devo voltar, algo ainda havia que aprender ou fazer ali.

19 de agosto

Bem cedo combinei com Marlene para irmos tirar as fotos à tarde. Primeiro fomos à casa de Maria, a filha de Marlene. Ali tomei um cauim<sup>49</sup> e depois tirei as fotos de Maria (filha de Marlene) e sua avó, Maria Braz, mãe de Joel Braz (fig. 28).

Saindo da casa de Maria fomos à casa de dona Joana, uma parteira já de idade avançada. Fomos bem recebidos por ela que estava apenas com um de seus filhos. Falamos da importância do projeto das Mulheres Indígenas e o motivo de nossa visita: tirar novas fotos para o livro. Durante a conversa, dona Joana foi bem sincera e falou que aceitaria tirar as fotos desde que ela ganhasse algo, ou seja, algum dinheiro, pois já estava cansada de perder seu tempo contando sua história de vida para outras pessoas registrarem. Pessoas que, na visão dela, ganhavam dinheiro com isso e nunca mais apareciam por lá. Expliquei a ela que o projeto não possuía fins lucrativos e que o livro não poderia ser comercializado. Destaquei a importância do projeto e como esse funcionava. Também lhe disse que estava ali

---

<sup>49</sup> Cauim, bebida feita com mandioca.

como estudante e ao mesmo tempo como voluntário, porém a ONG estava arcando com os meus custos de transporte e hospedagem. Marlene também lhe explicou como funcionava a questão financeira para as bolsistas do projeto: Mulheres Indígenas. Ao perceber a seriedade do projeto e seus idealizadores, ela aceitou tirar as fotos, pois a entrevista ela já havia consentido.

Figura 27 - Foto Maria (filha), Marlene e Maria Braz



Fonte: Autor.

À noite, após a janta, fiz uma pequena entrevista com Joel e Marlene sobre o PCI e depois fui assistir a um filme juntamente com seus filhos que passei a considerar como meus irmãos, pois fui bem recebido por todos. Depois do filme fui organizar minhas coisas, afinal iria levantar às 4h da manhã no dia seguinte para pegar o ônibus das 5h e realizar mais uma etapa da minha missão na aldeia Dois Irmãos em Cumuruxatiba.

## 2.5 Aldeia Dois Irmãos – Cumuruxatiba - BA

20 de agosto

Minha jornada começou logo cedo. Após sair de Barra Velha, às 5h da manhã, cheguei a Itamaraju às 8h30min e fui até uma *lan house* e ali passei as fotos para o pessoal da Thydêwá. Fiquei na *lan house* das 9h às 13h, pois a conexão não era muito boa. Foi um processo lento, mas os resultados foram satisfatórios. Consegui enviar as fotos dentro do padrão de qualidade exigida pela gráfica para a impressão do livro. Enquanto esperava o *upload* das fotos, fiz amizade com o dono da *lan house* e descobri que ele era americano, morava em Las Vegas e agora vive nesta cidade com sua esposa brasileira.

Ao pegar o ônibus de Itamaraju para a aldeia Dois Irmãos, expliquei ao motorista que queria descer na entrada da praia Dois Irmãos. Ele não sabia onde era, mas fui orientado por D’Juda a dizer que havia uma placa indicando a entrada da praia. De fato encontramos o local e D’Juda, a cacique, juntamente com Jossiane, estavam me esperando. Fui bem recebido por elas. Caminhamos até a casa de Jossiane cerca de 5 a 8 minutos. Já no cominho, D’Juda mostrou o local em que o PCI vem sendo construído – como o projeto do PCI está no primeiro ano, em algumas das aldeias foi necessário construir o espaço físico no qual ocorrerão as atividades regulares, já em outras aldeias, havia casas desocupadas ou algum membro da comunidade cedeu um espaço já construído, segundo relatado por alguns bolsistas durante a oficina de introdução ao *Dragon Dreaming* lá na sede da Thydêwá. D’Juda disponibilizou a sua casa para a realização das atividades do PCI até que a construção esteja concluída.

Por volta das 17h Joelson chegou do trabalho e me levou até a cidade de Cumuruxatiba. Demoramos cerca de 10 minutos de moto para chegar lá. Em Cumuruxatiba vivem dois filhos de D’Juda e também os pais dela. Compramos alguns mantimentos e depois tomei banho na casa na qual moram os dois filhos de D’Juda que vivem em Cumuruxatiba, pois já era noite e não dava para descer para o rio que há na aldeia Dois Irmãos e lá ainda não há alga encanada. Ao retornar para a aldeia, jantamos e conversamos um pouco sobre o que faríamos na noite de hoje e qual seria a programação para os outros dias porque, para a minha surpresa,

D’Juda já havia marcado um encontro com o pessoal para esta noite começarmos a construção do Plano de Trabalho.

Ao terminar o jantar, todos os participantes já estavam no PCI. Pensei comigo: “e agora?”. Eu não havia me preparado para aplicar o treinamento assim que eu chegasse. Então iniciei com eles o círculo dos sonhos, no qual cada um contava seu sonho individual e depois contava seu sonho coletivo e seu sonho para o PCI. Como já era tarde, combinamos de continuar com a oficina no dia seguinte.

Antes de dormir, fiz uma análise dos pontos positivos e os pontos críticos da minha experiência em Barra Velha. Confesso que fiquei decepcionado com algumas situações que ocorreram lá, como a desunião, a corrupção e o pensamento capitalista que há por parte de alguns membros. Vi também a dificuldade que Joel e Marlene têm em concretizar as atividades dos projetos relacionados com a Thydêwá devido à falta de acesso à internet. Por mais que tenha conexão de internet na escola, é difícil eles disponibilizarem e, além disso, o pacote de dados é baixíssimo. Outra dificuldade para eles é o transporte. De segunda a sábado, às 5h da manhã, sai um ônibus da aldeia em direção à Eunápolis e, este ônibus, além de passar por Monte Pascoal, ainda passam por outros povoados que nem sequer sei informar seus nomes. O ônibus sai às 5h e chega a Eunápolis por volta das 9h. Às 14h ele retornar em direção a Barra Velha e chega na aldeia por volta das 17h ou 18h. O custo da tarifa desse ônibus é de R\$20,00 para ir e R\$20,00 para voltar. Caso alguém precise sair da aldeia após às 5h da manhã, terá que alugar um bug<sup>50</sup> ou uma moto taxi. Para esses serviços o preço pode variar de R\$50,00 a R\$250,00, dependendo da cidade de destino. Vivenciei essa realidade e comprovei o quanto é difícil viver em algumas comunidades indígenas quando se é necessário sair dessa para resolver alguns assuntos na cidade.

21 de agosto

Pela manhã, após o café, demos continuidade a nossa oficina para criar o Plano de Trabalho do PCI da aldeia Dois Irmãos. Ao saber da forma que chamamos a oficina na aldeia Barra Velha, D’Juda optou por chamá-la de: “Realizando Sonhos”. Pedi para todos dizerem seus sonhos outra vez e comecei a falar sobre os três

---

<sup>50</sup> Carro de passeio utilizado geralmente em praias.

princípios do *Dragon Dreaming*. Em seguida montei a mandala (fig. 29) e expliquei de forma lúdica como nasce um projeto. Durante a explicação, quando percebi que o pessoal estava um pouco disperso, falei sobre o Pinakari e o utilizamos. Depois do almoço definimos os objetivos específicos para o PCI. Encerramos a oficina às 15h e combinamos de nos encontrar no dia seguinte pela manhã, pois os participantes tinham muitos afazeres, afinal quase todos precisam cuidar da terra para tirar seu mantimento. Além disso, após o treinamento ajudei D'Juda com o material para o livro: *Pelas Mulheres Indígenas*.

Figura 28 - Mandala *Dragon Dreaming* aldeia Dois Irmãos-BA



Fonte: Autor.

Para acessar a internet era necessário ir a uma *lan house* que há em Cumuruxatiba. D'Juda e eu aproveitamos que a van escolar iria para a cidade buscar os professores do período da noite e fomos à Cumuruxatiba. Chegamos em 15 minutos. Ao chegar à *lan house* fiquei surpreso com o preço cobrado para usar a internet: R\$ 3,00 trinta minutos. Sendo que próximo a minha casa em São Paulo,

custa R\$ 1,50 uma hora. Mas são realidades diferentes. Assim que liguei o computador, percebi que era necessário fazer muitas coisas *offline* nos arquivos. Então, como não compensava pagar para usar a internet naquele momento, decidimos primeiro terminar os textos e também diminuir a qualidade das fotos<sup>51</sup> para facilitar o envio dessas para o pessoal organizá-las no livro, já que a internet ali também era de baixa qualidade.

Fomos até a casa onde vivem os dois filhos de D’Juda em Cumuruxatiba. Levamos de 2h a 3h para organizarmos o material. Às 19h pegamos o carro da escola para retornar a aldeia Dois Irmãos. Jantamos e depois fomos dormir.

22 de agosto

Hoje acordei com o barulho da chuva, havia combinado com os participantes que iríamos começar a oficina às 7h30, porém chovia, houve um atraso. Na aldeia as estradas não são asfaltadas, pois estamos em uma região de roça, então, quando chove, algumas pessoas nem sequer saem de casa. Imagine aquele monte de lama nas estradas, imaginou? Triplique.

Aproveitei as primeiras horas livre para tirar algumas fotos de uma senhora indígena que vende legumes na feira, no centro de Cumuruxatiba. Quando retornei, todos os participantes já estavam lá. Nesse dia D’Juda estava dando aula de cultura indígena para as crianças. Ela ensinava o toré e algumas palavras em patxôhã, língua falada pelo povo pataxó (fig. 30 e 31).

---

<sup>51</sup> Quando estão em baixa qualidade, o upload das fotos e seu envio são mais rápido do que as fotos na qualidade original, pois os dados da imagem tornam-se menores.

Figura 29 - Aula de Cultura - Aldeia Dois Irmãos - BA



Fonte: Autor.

Figura 30 - Aula de Cultura - Aldeia Dois Irmãos - BA



Fonte: Autor

Nossa oficina começou com o ritual de compartilhar os sonhos da noite anterior. Em seguida, pedi para cada grupo reler o círculo dos sonhos feito para os próximos três anos e depois pedi para refazerem o círculo pensando no que era possível realizar nos próximos seis meses. Esse momento foi mais trabalhoso, pois ao pedir para eles projetarem o sonho para seis meses, eles confundiram o sonhar com realizar tarefas. Por exemplo, em vez de informar o desejo deles para o PCI daqui a seis meses, elas já colocavam uma tarefa como, realizar um torneio de futebol para arrecadar fundos. Expliquei novamente que o momento era sonhar os próximos 6 meses e informar quais atividades eles gostariam que tivesse no PCI. O que eles gostariam que estivesse funcionando daqui a seis meses neste espaço.

Após a conclusão dos sonhos, escrevemos os objetivos específicos. Dividimos os objetivos que surgiram em oito colunas, construímos a síntese dos objetivos similares e depois fizemos a eleição do objetivo que se iniciando, os outros seriam realizados e com isso 100% do nosso sonho também.

Após elegermos as tarefas mais importantes, na visão dos participantes, iniciamos a dinâmica do guarda-chuva para criar a missão do PCI de Cumuruxatiba. Em seguida definimos as tarefas, construímos o *kararbirrdt* e cada participante escreveu seu nome em uma das tarefas informando o que iria fazer.

Encerramos a oficina com o Plano de Trabalho para os próximos 6 meses concluído, conforme consta no anexo III.

Realizamos um almoço de celebração pela etapa concluída e a tarde fui com D'Juda a Cumuruxatiba para passar as fotos do livro *Pelas Mulheres Indígenas* ao pessoal da Thydêwá. Antes, tivemos que passar na casa de Jacialva, uma das bolsistas do projeto "Mulheres Indígenas", para pegar e corrigir alguns textos com ela antes de enviá-los ao pessoal da ONG. Jacialva contou sobre a violência doméstica que sofreu quando se casou. Sua história está registrada no livro *Pelas Mulheres Indígenas*. À noite dei uma passada rápida no bar da Jacialva para conhecer o espaço e depois fui dormir.

23 de agosto

No sábado não tínhamos programado nenhuma atividade no PCI, porém iria ter uma palestra em uma escola de Cumuruxatiba e fomos convidados a participar.

Pela noite fui com D’Juda ver um festival de música que uma escola local iria fazer e um dos filhos de D’Juda iria tocar lá.

24 de agosto

No domingo pela manhã precisei usar a internet, lembrei que Jean, um conhecido de D’Juda, falou que em frente a uma pousada havia internet “livre” e com uma velocidade razoável. Fui ali e consegui deixar meus e-mails em dia. Às 9h voltei para a aldeia Dois Irmãos para “embarrar” uma casa construída de taipa<sup>52</sup>. Em algumas aldeias muitas casas ainda são feitas de taipa. Primeiro levanta-se a estrutura da casa, o esqueleto com varas (madeira) retiradas da mata. Com a estrutura já pronta, tira-se o barro da terra e mistura-o com água até a massa ficar pastosa, como uma argila. Coloca-se a massa entre as varas até cobri-las (fig. 32, 33 e 34).

Figura 31 - Construção da casa do Zé - Aldeia Dois Irmãos-BA



Fonte: autor

---

<sup>52</sup> Casa de taipa ou de pau-a-pique: é uma casa feita de madeira e barro.

Figura 32 - Construção da casa do Zé - Aldeia Dois Irmãos-BA



Fonte: autor

Figura 33 - Construção da casa do Zé - Aldeia Dois Irmãos - BA



Fonte: Autor.

Foi muito divertido e prazeroso ver todos os novos moradores da aldeia Dois Irmãos e aqueles que ainda vão morar lá participando do embarreio da casa do Zé, motorista da van escolar. Eu coloquei, literalmente, a mão na massa e ajudei o

pessoal. Enquanto isso, D’Juda registrava tudo com a câmera fotográfica que veio no kit multimídia do PCI.

A tarde foi de descanso, então fui pedalar até uma comunidade vizinha. Jean e seu amigo Messias foram comigo. Eles correram 16 quilômetros e eu pedalando os acompanhava. Saímos de Cumuruxatiba e fomos até uma comunidade chamada Guedes.

À noite, precisava acessar a internet, então Jean, Ilauro (filho de D’Juda) e eu fomos para a frente da pousada na qual há Wi-Fi “livre”. A pousada fica na frente de um mirante, a vista ali é linda. Como o Wi-Fi da pousada é “livre”, parte dos jovens que vivem na cidade vai utilizá-lo também. Tenho minhas dúvidas se é de conhecimento dos donos da pousada que muitas pessoas vão ali para usufruir da internet.

25 de agosto

Levantei logo cedo para sair de Cumuruxatiba e ir à aldeia Dois Irmãos, pois amanhã às 5h50 da manhã pegarei o ônibus para voltar à ONG em Olivença-Ilhéus. Jacivalda havia me convidado para almoçar em sua casa e ali fui. Pela noite ensinei Joelson, Jossiane e Didi, outro bolsista do PCI, a ligar o projetor, passar filmes e desligá-lo. Pode parecer uma coisa simples para muitos que estão acostumados com o uso das tecnologias digitais, mas para eles que são de outra realidade e não têm familiaridade com esses equipamentos, certas ações não são simples. Após comer um bom camarão no alho e óleo na casa de Jacialva fui dormir para começar a jornada amanhã.

## **2.6 Retorno a Aldeia Tupinambá – Ilhéus - BA**

26 de agosto

Levantei às 5h e fui ver se no balde havia água fria. Ufa, havia e tomei um bom banho gelado que me ajudou a despertar. Comi um pedaço de pão com um copo de café com leite e fui com Joelson para o ponto de ônibus que há na estrada próxima a aldeia. Pensei que não iria me despedir de D’Juda, pois ela havia ido à

cidade de Teixeira de Freitas ontem para uma reunião e dormiu em Cumuruxatiba, eu dormi na aldeia Dois Irmãos porque havia dado o treinamento para os monitores. De repente, passa um carro e para minha surpresa, D’Juda estava nele e pude me despedir dela. Em seguida passa um taxi<sup>53</sup> que me levou até Itamaraju. Conversando com o motorista fico sabendo que ele é pernambucano e morou em São Paulo por 26 anos e depois veio viver em Cumuruxatiba.

Em Itamaraju, enquanto aguardava o ônibus que sairia às 9h20min com destino a Ilhéus, falei com meus pais por telefone. Informei que estava bem e como vem sendo minhas aventuras. Hoje, os recursos digitais de comunicação nos permitem está mais presente na vida das pessoas que amamos, mesmo estando longe fisicamente.

Meu ônibus atrasou durante o trajeto e cheguei a Ilhéus por volta das 17h. Luis foi me buscar. Ao chegar aproveitei que as lembranças estavam frescas e preferi fazer uma pequena reunião com Sebastian e Potyra. relatei um pouco sobre minha jornada, facilidades, dificuldades... Depois informei como foi a aplicação do *Dragon Dreaming* nas duas comunidades. Ao final, combinamos de realizar uma oficina juntos, na sexta, na aldeia Itapuã. Dessa forma iríamos alinhar a aplicação do *Dragon Dreaming* nas comunidades, afinal, eu havia passado apenas por uma oficina na primeira semana de agosto e já estava aplicando a ferramenta, já Sebastian possui mais experiência do que eu.

27 de agosto

Demos continuidade à reunião de ontem, pontuamos e ajustamos algumas informações.

28 de agosto

Hoje Sebastián, Potyra e eu fomos à comunidade Itapuã para criar o Plano de Trabalho junto com a comunidade e ao mesmo tempo alinharmos os recursos e aplicação do *Dragon Dreaming* – é importante deixar claro que o “alinhar” que me refiro é: rever e realizar pequenos ajustes na forma que os recursos da

---

<sup>53</sup> Nas cidades do interior é comum pegar taxi coletivo (dividir o taxi com outras pessoas), onde se paga quase o mesmo valor de uma passagem cobrada no ônibus.

ferramenta/método são aplicados no decorrer das oficinas, junto às aldeias, com intuito de obter no final dessas a construção do Plano de Trabalho para que esse seja utilizado pelo PCI. As mesmas dinâmicas (recursos) aplicadas nas aldeias pelas quais passei, foram realizadas e utilizadas aqui em Itapuã, porém ao invés de fazer o Plano de Trabalho para seis meses, o grupo optou por três. Como não tínhamos tempo para aplicar todo o processo do *Dragon Dreaming* hoje, criamos apenas os objetivos e a missão. Amanhã vamos dar continuidade com a criação do *Karabirdt* e em seguida o cronograma.

29 de agosto

Voltamos a Itapuã e finalizamos a oficina. Tenho percebido que nas três comunidades que passei a questão das retomadas é bem forte. Esses povos têm batalhado muito pela demarcação de suas terras. Constatei, com base no que venho presenciando, que a questão da não demarcação das terras indígenas vem sendo um dos grandes fatores provocador de conflitos entre indígenas e fazendeiros. Nessa guerra, histórias de vidas foram interrompidas deixando um grande vazio no coração de muitos, sejam indígenas ou não indígenas. Tomei conhecimento que um dos meios de comunicação que traz esses tipos de notícias a população baiana é o jornal *Tribuna*<sup>54</sup>.

Lembro-me de que em uma das conversas que tive com D'Juda, referente a esse tema, ela me aconselhou a evitar dizer para todo mundo, durante minhas viagens, que sou ou que estou realizando um projeto com as comunidades indígenas, pois isso era para a minha própria segurança. O fato é que nessas três aldeias que passei, os indígenas estão a lutar pelos seus direitos em relação à posse da terra. Mas também encontro membros que não querem mais lutar, pois temem por suas vidas.

Ontem alguns indígenas da aldeia Itapuã, em Ilhéus, relataram que havia duas viaturas da polícia na estrada que dá acesso a aldeia. Essa estrada dá acesso a BA 001, porém as viaturas não estavam paradas na BA para fazerem a segurança da região, mas sim na estrada que dá acesso a aldeia e os policiais abordavam

---

<sup>54</sup>Jornal regional que também está disponível no meio eletrônico em: <http://www.tribunadabahia.com.br/>

apenas os indígenas. Segundo relatado pelos moradores da comunidade, isso vem ocorrendo com frequência.

O dia hoje foi bem corrido e cheio de planejamentos, pois amanhã vou para a aldeia Milagrosa que está próxima a cidade de Pau Brasil, ainda no estado da Bahia. Ali está o povo Pataxó Hãhãhãe. Como Sebastián e Potyra já realizaram a construção do Plano de Trabalho do PCI ali, enquanto eu estava na comunidade Dois Irmãos, irei para lá realizar outras ações relacionadas ao PCI.

## **2.7 Aldeia Milagrosa – Pau Brasil - BA**

30 de agosto

Hoje levantei às 5h, e às 5h30 Luis e Margaret levaram-me à Itabuna. Ali peguei o ônibus das 7h15min com destino a Pau Brasil. Na cidade de Pau Brasil encontrei a Maya (Maria Muniz) e fomos juntos a aldeia Milagrosa. À tarde fizemos uma oficina de informática, na qual passei para os participantes uma introdução ao uso dos computadores. A oficina ocorreu no espaço reservado para o PCI. Maya havia disponibilizado em sua própria casa um quarto para o funcionamento do PCI até que o espaço do mesmo seja construído. Participaram do treinamento os monitores da aldeia Milagrosa que são bastante atentos e aprendem com facilidade.

31 de agosto

Amanheceu chovendo, porém pensei que mesmo assim Fátima e outras duas meninas que fazem parte do projeto “Mulheres Indígenas” iriam vir até milagrosa, pois aqui também irei dá uma ajuda ao pessoal com o material para publicação do livro. Mas, infelizmente, elas não puderam vir. Então combinei com Maya que amanhã vamos à comunidade de Rio Vermelho, na qual Fátima e as outras meninas vivem.

Aproveitei a tarde para ensinar mais recursos informáticos no modo *off-line*, pois o MinC ainda não instalou a antena que dá acesso à internet na comunidade. Também realizamos nesse dia um cineclube - a finalidade do PCI não é apenas

utilizar o computador e acessar a internet, mas sim promover o acesso e fortalecimento à cultura por meio de atividades culturais.

01 de setembro

Hoje começa um novo mês. Este ano é de eleição para a Presidência da República, foi neste ano que em 13 de agosto morreu o candidato à presidência Eduardo Campos do PSB. Marina Silva, sua vice, agora é a atual candidata que disputa a eleição com a atual presidente, Dilma Vana Rousseff, e outros candidatos.

Voltando ao nosso objetivo, levantei às 6h, porque às 7h passa o ônibus que leva os alunos à escola e irá passar por Pau Brasil. Antes de sair, Maya fez um chocolate quente para mim. Sem misturas químicas, já que a região é rica no plantio do cacau. Em Pau Brasil, Maya chamou um taxi para nos levar até Ourinhos, uma área que foi retomada pelos Pataxós nos anos 1990 e que pertence a região de Lagoa Vermelha. Em Ourinhos tiramos fotos de três mulheres que em 2001 sofreram uma intimidação dos capangas de um fazendeiro da região. A história delas estará registrada no livro.

À tarde fui a uma *lan house* na cidade de Pau Brasil para passar as fotos em baixa qualidade. À noite, antes do jantar, o filho de Maya e sua esposa foram lhe visitar. Ele é pai de Alan e Railan, os dois netos de Maya que vivem com ela. Este relatou que, certa vez, teve que realizar uma prova no DETRAN a qual exigiria dele conhecimentos básicos em informática. Como ele não possuía, foi lamentável para ele. A partir desse momento, ele percebeu a importância da chegada de um PCI em sua comunidade.

02 de setembro

Hoje levantei às 6h para sair da aldeia Milagrosa a Pau Brasil, pois tinha que passar as fotos do livro para o pessoal da ONG ir adiantando o trabalho. Peguei carona com o chefe da FUNAI que havia ido à casa de Maya para resolver alguns assuntos. Chegando à cidade, fui logo à *lan house*. Fiquei ali até 11h.

À tarde fui à casa do cacique Nairton, irmão de manhã. Ele é casado com dona Mocinha, uma parteira a qual o pessoal da ONG pediu para tirar algumas fotos,

pois sua história seria registrada no livro. Fui bem recebido e almocei com eles. Comi uma carne fresca de boi, ou seja, haviam matado o boi um dia antes de eu chegar ali. Após o almoço fiquei com muito sono. Dormi das 13h30 às 16h.

Quando acordei fiz uma entrevista com dona Mocinha e seu Nairton. Tirei algumas fotos deles e aproveitei para passar as fotos da máquina para o computador “rapidinho”, pois assim que a noite caísse, toda família iria se reunir para começarmos um ritual. Por respeito aos membros da comunidade Pataxó Hãhãhãe que me receberam de forma carinhosa e permitiram a minha presença no ritual, não relatarei os detalhes dessa cerimônia.

Por volta das 21h voltamos para a casa de Maya. Antes de dormirmos, Maya contou um pouco da relação dos Pataxós Hãhãhãe com a Thydêwá. Em 2004 eles fizeram parte do projeto *Índios Online*; em 2007 participaram do projeto Arco Digital e agora estavam participando do projeto *Mensagens da Terra*. Essa entrevista foi bastante importante, porque Maya também falou sobre o processo de chegada da internet em algumas comunidades da região, além disso, tomei conhecimento que ela também é funcionária da FUNAI, responsável por fiscalizar a educação indígena nas comunidades.

03 de setembro

Hoje tive que ir, como nos outros dias, ao centro de Pau Brasil, acessar a internet e enviar o áudio da entrevista de dona Mocinha. Ao chegar à cidade, vejo um carro de som passar anunciando o falecimento de um membro da cidade. Esse fato chamou minha atenção devido ao meio utilizado para informar aos amigos e parentes tal acontecimento. Meio que é comum em cidades pequenas do interior para avisar a cidade sobre alguns acontecimentos específicos.

Por volta das 15h chega um vereador indígena a casa de Maya. Queria apresentar seu candidato e pedir votos. Enquanto ele falava, Tainan, uma das monitoras do PCI, chegou. Pedimos licença e fomos iniciar as atividades do PCI. Fizemos uma introdução de como utilizar o computador para alguns frequentadores do PCI (fig. 35).

Figura 34 - Oficina de informática PCI Milagrosa-BA



Fonte: autor.

É difícil imaginar, mas geralmente, quem vive longe e desconhece a realidade dessas comunidades, chega a crer que em nosso país não há analfabetos digitais ou até mesmo da escrita manual; que há pessoas que muitas vezes não sabem nem sequer ligar um computador; percebi a necessidade de realizarmos oficinas informáticas *off-line* nas quatro comunidades que passei.

À noite liguei para Sebastián, pois como já finalizei as tarefas, queria passar em Ilhéus antes de partir para a próxima comunidade indígena.

04 de setembro

Levantei às 5h da manhã, Maya preparou um chocolate quente e tomei. Em seguida, peguei um ônibus com destino à Itabuna que passa na porta da casa de Maya. Às 10h30 peguei outro ônibus que sai de Itabuna e vai até Olivença. Cheguei na ONG às 12h. Almocei na casa do Sebastián e me preparei para a noite viajar para Aracaju e de lá ir para a aldeia Kariri-Xocó, em Alagoas, mas ocorreu um imprevisto com o meu computador. Tive que formatá-lo e adiar a viagem para

amanhã. Por uma parte foi bom, pois assim iria descansar melhor, antes de seguir para a próxima aventura e, como diz minha mãe, Deus sabe de tudo.

05 de setembro

Terminei de formatar meu notebook e depois, durante o dia, ajudava o pessoal com a seleção de fotos para o livro.

Às 17h30 Luis e Margarete foram me levar à Itabuna. Às 20h meu ônibus sai de Itabuna com destino a Aracaju.

## **2.8 Aldeia Kariri-Xocó – Porto Real do Colégio - AL**

06 de setembro

Cheguei a Aracaju às 6h da manhã. De lá peguei uma van para a cidade de Própria, em Sergipe. Em Própria peguei outro transporte com destino à cidade de São Brás. Porém a comunidade dos Kariri-Xocó fica antes da cidade de São Brás, bem próximo da cidade de Porto Real do Colégio, próximo a BR101 e ao lado do Rio São Francisco.

Chegando à aldeia, sou recebido pelo Carrinho (Carlos) e Laura. Eu já havia conhecido Carrinho na oficina de introdução ao *Dragon Dreaming* na primeira semana de agosto, já a Laura, conheci agora. Ela faz parte do projeto “Mulheres Indígenas”.

Antes do almoço, nadei no Rio São Francisco, na parte que fica em frente à aldeia. À tarde conheci Nhenety, um dos sócios da Thydêwá. Não o conheci assim que cheguei porque ele estava em um ritual, em uma parte reservada da aldeia na qual também estava a presidente da FUNAI, Maria Augusta. Infelizmente não tive a oportunidade de conhecê-la, quem sabe em breve.

Nhenety, Carrinho e eu combinamos de fazer a construção do Plano de Trabalho dos Kariri-Xocó hoje, às 19h, pois no próximo fim de semana a aldeia estará em ritual juntamente com os Karapoto-plakio, outra comunidade que tenho que visitar. Sendo assim, buscamos realizar a oficina o mais rápido possível nas

duas comunidades. Depois de acertarmos tudo, fui com Carrinho compra mantimentos para sua mãe fazer nosso jantar e café da manhã. Pela noite, realizamos a oficina. Gostei muito da participação do grupo. Apliquei os recursos da ferramenta como fiz nas outras comunidades, mas como cada comunidade tem necessidades diferentes, percebi a necessidade de falar um pouco mais sobre a criação de projetos e realização dos sonhos, e assim o fiz.

Constatee que em relação às outras comunidades, os Kariri-Xocó já possuem uma facilidade e autonomia para buscar editais e realizar projetos sustentáveis em conjunto com a comunidade. Pouco tempo depois, eles mesmos relataram isso, confirmando minha análise.

Nhenety, o coordenador do PCI, passou o endereço eletrônico de um Blog<sup>55</sup> que a comunidade criou como ferramenta de auxílio e divulgação da cultura e ações que envolvem o PCI na comunidade.

## **2.9 Aldeia Karapotó Plaki-ô - AL**

07 de setembro

No domingo, tomei café na casa de Carrinho, sua mãe é uma pessoa muito simpática e receptiva, assim como seus irmãos e irmãs. Por volta das 10h Laura e eu fomos a praça de Porto Real do Colégio para pegar uma van em direção à aldeia Karapotó Plaki-ô. Wilma, uma das participantes do projeto “Mulheres Indígenas” e filha do cacique, também nos acompanhou nessa viagem. Chegando à casa dos pais de Wilma, conheci seus irmãos e irmãs. Wilma e Laura disseram que naquele momento a aldeia estava vazia por conta do ritual que ocorria em um local sagrado, próximo dali. Apenas os membros da comunidade podem participar. Há alguns rituais que são abertos, porém durante minha estadia nas comunidades Kariri-Xocó e Karapotó Plaki-ô não tive a oportunidade de participar desses.

Wilma e Laura reuniram todos que estavam envolvidos com o PCI e só iriam para o ritual na parte da noite. Às 14h demos início à construção do Plano de Trabalho para os próximos três meses, período elegido pela comunidade.

---

<sup>55</sup><http://kxnhenety.blogspot.com.br/>

Uma das coisas que mais me chamou atenção foi o relato de um dos irmãos de Wilma, Marcelo. Ele relatou que desejava a criação daquele PCI para que as crianças e jovens da região utilizassem a internet e começassem a postar logo notícias sobre a aldeia no portal web *Índios Online*. Infelizmente, o PCI da comunidade Karapoto Plaki-ô ainda não possui internet. O desejo para que a antena chegue logo é imensurável. Falei para eles que a internet é importante, mas também se pode trabalhar de forma *off-line*, afinal eles já têm um kit multimídia e podem utilizá-lo para criar matérias e registrar os fatos da aldeia. Por enquanto, para publicar as matérias nos *Índios Online*, eles terão que ir a cidade mais próxima e passar algumas horas na *lan house* – os bolsistas do PCI têm algumas atividades regulares que devem ser cumpridas todos os meses, algumas dessas são: enviar um relatório mensal com as atividades realizadas pelo PCI à Thydêwá e postar no portal *Índios Online* uma matéria de algo que esteja ocorrendo na comunidade indígena.

Às vezes pode ocorrer de um dos povos serem citados em mais de um projeto de inclusão digital. Quando isso ocorrer, é importante se atentar ao local, a região, ao nome da etnia e aldeia apresentada, pois a mesma etnia pode estar presente no mesmo estado ou em estados diferentes, com sua população repartida por aldeias. Aldeias que às vezes estão de 30min a 8h de distância uma das outras, seja o trajeto realizado de carro ou a pé.

08 de setembro

Como ontem finalizamos o Plano de Trabalho na comunidade Karapoto Plaki-ô, ontem mesmo voltei à comunidade Kariri-Xocó. Daqui é mais fácil encontrar transporte para ir à comunidade Pankararu no Pernambuco ou Xokó em Sergipe.

Entrei em contato com o pessoal da Thydêwá para decidirmos em conjunto para qual comunidade eu iria. Decidimos que melhor seria eu ir a Pankararu, no Pernambuco e, depois, ir para a comunidade Xokó, em Sergipe.

Durante o resto do dia conversei bastante com a mãe de Carrinho e me dei conta que aqui ainda é bem forte a questão da mulher fazer todas as tarefas domésticas. Desde que cheguei, após comer, sempre deixamos a louça em cima da mesa para as mulheres da casa recolher e lavar. Busquei fazer a diferença, mas

todos disseram que não o fizesse. É perceptivo que elas gostam de fazer as tarefas domésticas.

À noite, depois do jantar, fui à casa de Vandea, uma senhora da etnia Pankararu que se casou com um senhor da etnia Kariri-Xocó – aqui já tem pano para mais uma pesquisa, a mistura dos povos indígenas do nordeste. Ela explicou como faço para chegar à comunidade Pankararu que se encontra no Brejo dos Padres, próximo a cidade de Paulo Afonso. Ela e seu esposo, Caco, foram super receptivos comigo. Conversamos um bom tempo, como se a gente já se conhecesse há anos. Confesso que estava com saudades dessa vivência boa do nordeste, na qual as pessoas são bem acolhedoras. Completamente o inverso de boa parte da população das capitais do sudeste. Comprovo isso por experiência própria.

## **2.10 Aldeia Pankararu – Jatobá - PE**

09 de setembro

Levantei às 5h, e às 5h30 saí do PCI Kariri-Xocó (fig. 36), no qual estava hospedado e desde ali fui para o ponto das vans que fica em Porto Real do Colégio. A van que deveria ter saído às 6h com destino a Arapiraca, chegou apenas às 7h. Lá se foi a minha programação de chegar às 11h da manhã na comunidade Pankararu. As vans que saem de uma cidade a outra possuem horários de saída definido, se você perde alguma por atrasar-se, possa ser que a próxima saia dentro de 2h, 3h, 4h ou até mesmo nem saia mais naquele dia. E minha preocupação era essa, pois iria chegar fora do horário previsto nas outras cidades que preciso fazer baldeação.

Figura 35 - PCI Kariri-Xocó em Alagoas

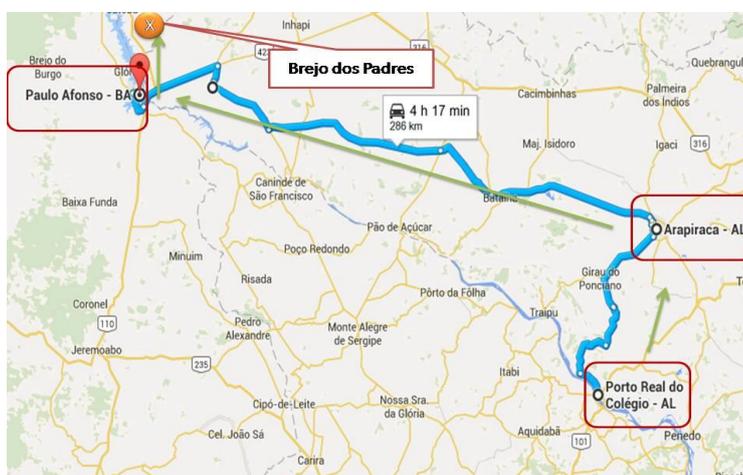


Fonte: autor

Cheguei à Arapiraca às 10h. De ali fui até o ponto das vans que iria para a cidade de Delmiro, tive que pegar uma moto taxi. A van, para Delmiro, só iria sair às 12h. Às 8h já havia saído uma.

Ao chegar a Delmiro, peguei outra van com destino a Paulo Afonso, porém descii em um trevo que dá acesso ao município de Itaparica. Peguei outra van em direção a Itaparica e descii na cidade de Jatobá, ali peguei uma moto taxi até a comunidade Pankararu que se localiza no Brejo dos Padres. Cheguei no Brejo dos Padres por volta das 16h. O trajeto que fiz da aldeia Kariri-Xocó à aldeia Pankararu é apresentado na figura 37.

Figura 36 - Trajeto da aldeia Kariri-Xocó-AL à aldeia Pankararu-PE



Fonte: readaptação do autor retirada do site [www.google.com/maps](http://www.google.com/maps).

Lá fui para a casa de Dôra, a parteira. Ela é mãe de Luciano, um dos bolsistas do PCI da comunidade indígena Pankararu. Luciano é esposo de Luciane, uma das bolsistas do projeto “Mulheres Indígenas”. Como Luciano ainda não havia chegado do trabalho, eu fui visitar a outra Dôra, que conheci por meio do Programa Pindorama na PUC-SP. Encontrei Dôra em um dos rituais Pankararu que é aberto à comunidade e visitantes, pois eles também têm rituais nos quais apenas membros da comunidade podem participar. Fiquei feliz em saber que ela havia voltado para a aldeia há nove meses e estava compartilhando seus conhecimentos com a comunidade. Combinei de passar em outro momento em sua casa para conversarmos melhor.

Voltei para a casa de Dôra parteira e, após o jantar, Luciano chegou e tive o prazer de conhecer mais um dos monitores do PCI. Fui com ele até a casa em que ficarei hospedado. Combinamos de nos encontrar amanhã pela manhã. A casa a qual estou pertence ao filho de uma senhora chamada Maria Mutuca. Antes de dormir, recebi a visita de Arian (Arian é seu nome indígena e Fernando seu nome de batismo), pajé dos Pankararus que eu já o havia conhecido na primeira semana de agosto.

10 de setembro

Fernandão, como a maioria do pessoal o chama por aqui, foi comigo até a escola, pois ali havia internet e eu precisava utilizá-la. Lá conheci Felícia, professora responsável pela sala de leitura. Ela me ajudou bastante durante o tempo que passei na comunidade.

Ao acessar meus e-mails, vi que a equipe da Thydêwá havia pedido para eu rever um projeto que eles haviam inscrito para concorrer ao prêmio FINEP<sup>56</sup> no ano passado. Infelizmente, o projeto não foi selecionado, por isso eles queriam tentar enviar outra vez neste ano. Dei uma olhada no projeto, fiz algumas correções e como eles haviam me dado total autonomia, enviei o projeto para concorrer ao prêmio FINEP.

---

<sup>56</sup>O Prêmio Finep de Inovação foi criado em 1998 para reconhecer e divulgar esforços inovadores realizados por empresas, instituições sem fins lucrativos e pessoas físicas, desenvolvidos no Brasil e já inseridos no mercado interno ou externo, a fim de tornar o País competitivo e plenamente desenvolvido por meio da inovação. <<http://premio.finep.gov.br/o-que-e-o-premio>> acessado em 19/05/2015.

11 de setembro

Hoje pela manhã estava chovendo, e para completar, faltou eletricidade. Quando a eletricidade foi reestabelecida, fui à escola para acessar a internet e finalizar alguns detalhes do projeto que enviei à FINEP. Dei uma olhada no site do *Dragon Dreaming* para estudar alguns recursos que, não nos foram apresentados na oficina, mas a ferramenta oferece.

Pela noite passei na casa de Luciano e Luciene para convidá-los a participar da construção do Plano de Trabalho do PCI para os próximos três meses. A oficina Será amanhã às 9h.

12 de setembro

Pela manhã realizamos o *Dragon Dreaming* em uma sala da escola indígena Pankararu, cedida pela diretora. Infelizmente, após a construção do Plano de Trabalho, tomamos conhecimento do falecimento de umas das professoras. O enterro será amanhã.

Sete pessoas estavam presentes na construção do Plano de Trabalho. Fizemos a introdução do *Dragon Dreaming*, definimos os objetivos específicos, criamos a frase guarda-chuva e montamos o *Karabirdt*. Três participantes precisaram se ausentar antes de definirmos as cores das canetas. Então, ficaram apenas três participantes para concluir o Plano de Trabalho. Percebi uma pequena resistência por parte deles em querer assumir o compromisso de realizar as tarefas. De repente, Fernandão retornou e juntamente com ele falamos sobre a importância de alguém assumir as tarefas, mas também reforçamos que ninguém era obrigado a fazer o que não queria. Depois disso, eles se escreveram para realizar algumas tarefas. Confesso que nesse momento, vejo que não deveríamos ter falado sobre a importância dos participantes assumirem algumas tarefas, pois segundo os conceitos do *Dragon Dreaming*, os quais aprendemos durante a oficina, se a pessoa não deseja fazer alguma atividade, ou até mesmo participar de alguma ação, não devemos pressioná-la, pois a energia tem que ser espontânea para que o sonho para o projeto torne-se realidade.

13 de setembro

O Sábado chegou. Pensei em ir a Paulo Afonso para conhecer a cidade, porém não consegui. Fui à casa de Dôra – a que conheci em São Paulo e também havia me orientado a fazer o vestibular na PUC-SP, em 2008. Conversamos bastante.

À tarde, após o almoço, o filho e a filha de Maria Mutuca, foram comigo até uma bica que há na comunidade. Antes de chegar lá, passamos na casa dos avôs de um menino que irá realizar o ritual do Menino do Rancho amanhã<sup>57</sup>.

14 de setembro

Hoje levantei às 7h. Eu não sabia, mas aos domingos há uma feira aqui no Brejo dos Padres. A feira é armada na frente da casa do filho de Maria Mutuca, na qual estou hospedado. Por volta das 9h fui com Naldo (outro filho de Maria Mutuca) ao local em que seria realizado o ritual do “Menino do Rancho”.

Chegando lá, encontrei os praiás<sup>58</sup> dançando e Fernandão cantando juntamente com eles. Às 9h30 houve um intervalo para tomarmos café. Comemos arroz, pirão e carne de boi e de bode servidos dentro de um prato de barro. Utilizamos a mão para comer, não havia talheres, pois comer com a mão fazia parte do ritual.

Pela tarde tentei fazer contato com os representantes das escolas E.E. Dr. Carlos Estevão e E.E. Ezequiel Pankararu para saber um pouco mais sobre a intervenção do projeto UCA<sup>59</sup>, apenas por curiosidade de pesquisador. Infelizmente não consegui falar com nenhum representante, mas o tempo que passei pela

---

<sup>57</sup> Ritual Pankararu para os membros do sexo masculino, porém toda a comunidade e visitantes podem participar de alguns momentos do ritual.

<sup>58</sup> Membros da comunidade do sexo masculino que vestem um traje especial para o ritual do Menino do Rancho. Não dar para saber quem está por trás do traje. Cada praia representa um “encantado”, espécie de protetor pertencente a natureza.

<sup>59</sup> O Projeto Um Computador por Aluno (UCA) foi implantado com o objetivo de intensificar as tecnologias da informação e da comunicação (TIC) nas escolas, por meio da distribuição de computadores portáteis aos alunos da rede pública de ensino. Foi um projeto que complementou as ações do MEC referentes a tecnologias na educação, em especial os laboratórios de informática, produção e disponibilização de objetivos educacionais na internet dentro do ProInfo Integrado que promove o uso pedagógico da informática na rede pública de ensino fundamental e médio.

Fonte: <<http://www.fnnde.gov.br/programas/programa-nacional-de-tecnologia-educacional-proinfo/proinfo-projeto-um-computador-por-aluno-uca>> acessado em 12 de outubro de 2015.

comunidade, utilizando o espaço da escola, foi válido para observar algumas situações relacionadas a esse projeto.

Tomei conhecimento que as escolas foram contempladas com o projeto UCA e os alunos do ensino médio receberam os tablets e computadores, porém era comum ver os alunos durante os intervalos, ou até mesmo no período de aula, utilizando o equipamento nos corredores e no pátio da escola. Vi que A E.E Ezequiel não vê problemas em liberar a senha do Wi-Fi para os alunos usar. Já a escola E.E. Dr. Carlos Estevão não disponibiliza a senha. Alegam o uso indevido da internet por parte de alguns alunos. A situação descrita já dá pano para outras investigações. É nítido o não uso dos recursos tecnológicos digitais nessas escolas por parte do corpo docente. A princípio, os professores não possuem o conhecimento (prática/manuseio) necessário com os recursos disponibilizados. Não há um projeto que incentive o uso do equipamento e, se há, não é de conhecimento do corpo docente, ao menos dessas escolas que citei. A mesma situação está presente na cidade de Baía da Traição, no estado da Paraíba. Conforme relatado pela Secretária da educação em outubro de 2013 quando a entrevistei nesse período.

Por volta das 15h fui ao terreiro em que estavam comemorando a segunda parte do ritual do menino do Rancho. Assisti um pouco à cerimônia e voltei antes que essa terminasse. Após o jantar organizei minhas coisas, pois amanhã viajarei para a aldeia Xokó.

Uma das coisas que acredito ser positiva na comunidade Pankararu, em relação ao PCI, é que nas escolas já há internet e em algumas casas também, além disso, a escola vem demonstrando interesse em participar mais do PCI, pelo que pude perceber durante esses dias que estive aqui. Também há a necessidade de trabalhar outros itens, como: a comunicação entre os membros do PCI, conselho, e outros projetos que tenham ou não relação com Thydêwá para que um possa apoiar a ação do outro. Pois tomei conhecimento que parte do conselho não sabia da criação do Plano de Trabalho e por isso não compareceu a oficina.

15 de setembro – Pausa para descanso

Levantei às 5h, tomei um bom banho e como as malas já estavam prontas, fui ao mercado ao lado da casa de Maria Mutuca. Ali comprei dois pacotes de fumo

para ela, pois ela havia me pedido com seu jeito simpático. Às 7h peguei a van para ir a Paulo Afonso e de lá peguei outra para Delmiro Gouveia, de Delmiro Gouveia fui à Arapiraca. Durante a viagem de Delmiro Gouveia à Arapiraca tive um contratempo, pois algumas vans clandestinas fecharam o acesso à cidade em forma de protesto, mas a situação foi logo resolvida e cheguei às 12h30 na cidade. Como tinha que resolver alguns assuntos no banco, fiquei na cidade até o dia seguinte, em um hotel na avenida Rio Branco.

## **2.11 Aldeia Xokó – Ilha de São Pedro - SE**

16 de setembro

Após um bom descanso dessa correria de viagens e trabalho, levantei bem disposto, peguei minha bagagem e fui ao ponto das vans que sai para a cidade de Pão de Açúcar. Chegando lá, não havia vans para a cidade, pois o motorista que faz o trajeto não foi trabalhar. Acredito que seja por causa do feriado estadual, aqui em Alagoas. Fui orientado a ir a outro ponto de vans e pagar uma com destino à Olho D'Água das Flores e dessa cidade pegar outra até Pão de Açúcar.

Chegando à cidade de Pão de Açúcar, em Alagoas, fui até a beira do rio São Francisco e lá peguei uma lancha para atravessar o rio até Niterói, em Sergipe. A parte do rio em que eu estava é divisa entre Alagoas e Sergipe.

Em Niterói encontrei Fernando, irmão de Franklin, um dos monitores do PCI da comunidade indígena Xokó. Tivemos um pequeno contra tempo para ir até a Ilha de São Pedro, onde se encontra a comunidade indígena Xokó, pois a moto de Fernando não estava ligando. Empurramos a moto até debaixo de uma árvore e esperamos o motor da moto esfriar. Depois de uns 30 minutos, conseguimos ligá-la e seguimos nosso destino.

Descobri que há duas formas de chegar à Ilha de São Pedro, uma é descendo o rio de barco desde Pão de Açúcar ou Niterói. A outra é pela BR por onde fui de moto com Fernando. Ele disse que Franklin não havia ido me buscar devido seu barco estar em manutenção.

Chegando a Ilha de São Pedro, fui bem recebido por Yatan e sua família. Conheci a Ítala, irmã de Yatan e monitora do PCI. Almocei com eles. O pai deles, Apolonio, está em Aracaju. Depois do almoço fui à casa de Franklin, porém ele estava trabalhando no roçado. Yatan pegou a chave do PCI que estava com Karine, esposa de Franklin e bolsista das “Mulheres Indígenas”. Em seguida fomos ao PCI. Conheci o espaço e vi que eles já estão utilizando o espaço para realizar atividades junto à comunidade. Havia organizando uma exposição de fotos feitas pelos membros da comunidade, conforme consta na figura 38.

Figura 37 - Exposição de fotos PCI Xokó-SE



Fonte: Autor.

À noite Franklin chegou do roçado e juntamente com Yatan, rimos muito. Lembramo-nos dos fatos ocorridos na primeira semana de agosto, quando nos conhecemos na oficina de Introdução *Dragon Dreaming*, lá na sede da ONG Thydêwá. Perguntei para Franklin e Yatan se eles conseguiram construir o Plano de Trabalho para o PCI. Eles informaram que não. Perguntei se eles conseguiam utilizar a ferramenta *Dragon Dreaming* sozinhos e construir o Plano de Trabalho com a comunidade e responderam que não, mas pelo que percebi deles, eles conseguiriam sim.

Fiquei hospedado na casa de Franklin. Fui jantar na casa de Elisama, outra bolsista do PCI. Conversamos sobre a participação dela em outro projeto da ONG que é direcionado para os Jovens Indígenas. Após o jantar, combinamos que iríamos fazer a oficina do *Dragon Dreaming* para construir o Plano de Trabalho do PCI Xokó nos próximos três dias, 2h por dia, e iniciaremos amanhã à noite.

17 de setembro

Conheci a roça de Franklin. Lá ele cria gado de uma forma sustentável e também cultiva uma horta diversificada. Para criar o gado dele, ele não precisou desmatar nem uma área de vegetação. Ele usa a vegetação natural para alimentar o gado e complementa com milho e ração. Ele também está com planos de construir um fogão que utilizará o estrumo da vaca para produzir o gás.

18 de setembro

Hoje o dia foi bem agitado. Pela manhã fomos à cidade de Nossa Senhora da Glória participar de uma reunião de associações que Franklin e Karine fazem parte. Havíamos saído às 6h30 da Ilha de São Pedro e retornamos apenas às 20h. Estamos muito cansados, mas não esquecemos que deveríamos começar a construção do Plano de Trabalho hoje, pois ontem, dia 17, não foi possível iniciarmos e hoje também não seria.

Pude comprovar pessoalmente como o transporte nessas regiões do país é precário e caro. Sendo mais específico, saímos de Glória às 14h em uma van com destino à cidade de Vaca Cerrada, próximo a um trevo que está após a cidade de Monte Alegre. Ficamos ali até às 17h esperando um ônibus em direção a Niterói. Quando pegamos o transporte, deveríamos descer em um ponto antes da cidade e pegar outro transporte, mas como chovia muito, tivemos que descer em Niterói mesmo, na esperança de encontrar um barco que fosse descer o rio até a Ilha de São Pedro. Chegando lá, não havia barco. Então pegamos um ônibus até um povoado vizinho e de lá, fomos à casa de um conhecido de Franklin que nos levou até a Ilha de São Pedro de Barco, pelo Rio São Francisco.

A emoção de navegar pelas águas de um dos rios que é um dos grandes ícones do nosso país é imensurável. Ainda mais pela noite, apenas com a luz das estrelas e é claro, uma lanterna iluminando as águas do rio e nos mostrando a direção a ser seguida. Sinceramente, gostei mais desse passeio do que o que fiz no rio Sena, em Paris, na França. Eu estava ali, no meio do rio que é de grande importância para a região nordeste do Brasil e, nesse momento, corre um grande risco de desaparecer devido a obras e o mau uso dos recursos naturais por parte de homens que não têm o compromisso com o meio ambiente, que não pensam na vida, mas sim em acumular riquezas e poder.

19 de setembro

Hoje após o café fui à casa de Yatan e Ítala para usar a internet, pois a antena da GSAC ainda não chegou à aldeia Xokó também, porém há internet na casa deles via rádio. Esse sistema chegou à aldeia Xokó por meio de um rapaz que vive na região e vem vendendo e instalando o serviço. Respondi alguns e-mails e, enquanto estava lá, tomei conhecimento que Yatan ainda não possui muita familiaridade com o computador, já Ítala sim. Apesar de Yatan já ter uma conta de e-mail há alguns meses, apenas hoje, ele mandou o primeiro e-mail de sua vida. Ele tem 27 anos e vem demonstrando bastante interesse de aprender e repassar o conhecimento à sua comunidade.

À noite realizamos o *Dragon Dreaming*. Participaram: Yatan, Franklin, Karine, Elisangela e Ítala. Fiz a introdução aos conceitos do *Dragon Dreaming*. Discutimos os sonhos e o ciclo de realização e criação de um projeto. No começo senti que o pessoal estava meio disperso, mas depois do Pinakari isso mudou. Combinamos de fazer a oficina hoje, amanhã e domingo, das 19h30min às 21h.

20 de setembro

Como hoje chegaram duas pessoas novas, Felipe e Henrique, pedi para o pessoal relembrar o que foi feito no primeiro dia e passar para eles. Isso estenderia mais o tempo da oficina, mas era necessário para que todos os participantes compreendessem os conceitos do *Dragon Dreaming* na construção de projetos colaborativos. Em seguida criamos os objetivos específicos e depois dividimos os

objetivos em oito colunas e construimos as sínteses e elegemos o objetivo que deveria ser cumprido primeiro. Deixamos para fazer a criação das tarefas e o *Karabirrdt*, no domingo.

21 de setembro

Havíamos combinado de fazer um almoço hoje para todos os participantes na casa do Franklin. Marcamos o almoço às 12h, porém já eram 12h30min e o pessoal ainda não havia chego. Karine, Franklin e eu estávamos com muita fome e começamos a comer uma deliciosa lasanha que Karine havia preparado. A sobremesa era brigadeiro, eu preparei. Quando terminamos de comer, apareceram Yatan, Ítala e Elisama. Começamos a rir, porque eles haviam se atrasado e havíamos comido, mas deixamos comida para eles. Como Franklin necessitava ir ao roçado ver o gado o acompanhei e deixamos o pessoal almoçando com Karine.

O roçado fica ao lado do rio, assim como a casa de Franklin. Da janela do quarto em que fiquei hospedado dá para ver o rio (fig. 39). Após ajudar Franklin a alimentar o gado, eu fui nadar no rio. No roçado também estava o pai de Franklin e seus três amigos. Eles haviam caçado codornas e pescado pela manhã. Agora estavam preparando o que caçaram para comer. Após nadar, ajudei Franklin a colher algumas verduras, pois amanhã ele as venderá na feira que há Pão de Açúcar. Após colher e lavar as verduras no rio voltamos para casa.

Figura 38 - Janela do quarto em que fiquei hospedado na aldeia Xokó-SE



Fonte: autor

Às 19h fomos ao PCI para fazer o *Karabirdt*, ou seja, criar as ações que deveriam ser realizadas para que os objetivos definidos pelo grupo sejam alcançados. Esse grupo é bastante agitado e se dispersa com facilidade, por isso, o uso do *Pinakari* é frequente durante a construção do Plano de Trabalho. Infelizmente Felipe e Henrique não puderam participar hoje, pois tiveram que viajar, mas a contribuição deles permanece. Não foi possível concluir hoje, ficou faltando apenas distribuir as tarefas por meio da dinâmica das canetas e cores.

## 22 de setembro

Hoje o dia foi cheio de atividades. Franklin tinha que ir a Fera para vender as verduras, Karine precisava ir à Aracaju e eu precisava resolver algumas coisas no banco. Então fui com Karine à Aracaju. Voltamos à Ilha de São Pedro às 19h. Como estávamos cansados, e os demais participantes também, pois as segundas para o pessoal aqui são bem agitadas, deixamos para concluir o Plano de Trabalho amanhã.

## 23 de setembro

Hoje pela manhã saí com Franklin até o roçado porque ali havia um senhor que estava concertando o motor da máquina de moer capim. Retornamos às 12h para almoçar e depois Franklin voltou para o roçado sozinho e eu fui à casa de Yatan e Ítala para ensiná-los algumas coisas de informática.

Pela noite concluímos o Plano de Trabalho. Infelizmente, Elisama não pôde participar, pois teve que ir a Pão de Açúcar resolver alguns assuntos pessoais. Como faltava apenas definir o que cada participante iria fazer por meio da dinâmica das canetas, concluímos rápido.

Os Xokó, pelo que pude observar, estão em um nível de autonomia semelhante aos Kariri-Xocó e aos Karapotó-Plakio. Porém, a visão do Xokó em beneficiar o coletivo é mais presente e perceptível. Um dos fatores que, segundo minha percepção, pode contribuir para esse comportamento é o fato da comunidade Xokó possuir cerca de noventa e cinco famílias, enquanto as outras possuem um

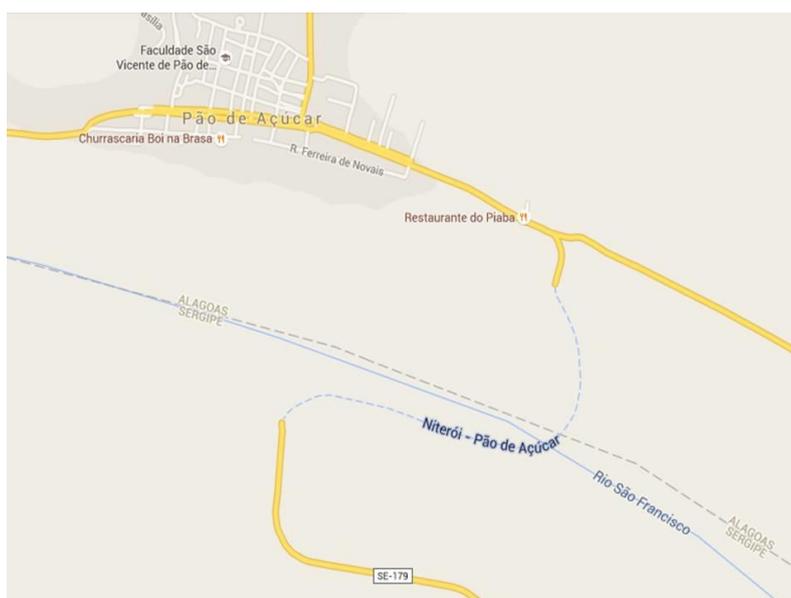
número de famílias bem acima desse. Enquanto há na comunidade indígena Xokó trezentos e noventa e cinco membros, nas outras comunidades há mais de oito mil.

## 2.12 Lançamento do Livro Pelas Mulheres Indígenas

24 de setembro

Hoje é dia de viagem! Volto para a ONG Thydêwá em Olivença/Ilhéus. Levantei às 7h, tomei banho, café e fui arrumar minhas coisas, pois vou pegar o ônibus que sai às 11h40 de Niterói (fig. 40). Às 10h Franklin levou sua Irmã, Cristina, e eu de barco para Niterói.

Figura 39 - Mapa da divisa entre Niterói-SE e Pão de Açúcar-AL



Fonte: readaptação do autor retirada do site [www.google.com/maps](http://www.google.com/maps).

Às 11h40 peguei o ônibus com destino a Aracaju. O ônibus passa pela cidade de Nossa Senhora da Glória, onde Cristina desceu. Prossegui para Aracaju. Durante o caminho fiquei pensando na revolta que Franklin manifestou após ter tomado conhecimento da notícia que a nascente do Rio São Francisco em Minas Gerais havia secado. Na reportagem apresentada no Jornal Nacional, da TV Globo, na noite passada, o jornalista informou que a nascente secou, porém, segundo os especialistas, não havia problemas. Tal colocação deixou Franklin bastante bravo,

“como a nascente de um rio seca; o coração do rio morre. E o jornal diz que não há problemas? ”, disse Franklin.

Essa situação também me deixou pensativo. A ganância e busca do poder dos homens vêm, cada vez mais, explorando e destruindo os recursos naturais e, conseqüentemente, a vida na Terra. O resultado disso é a escassez dos recursos naturais essenciais para a sobrevivência. Isso já vem ocorrendo em São Paulo. O desmatamento das áreas verdes e poluição dos rios contribuíram para que hoje a metrópole esteja em estado de alerta com a falta de água e carência de chuva em seus reservatórios.

25 de setembro

Cheguei à ONG às 9h. Dei um “oi” a todos e após o café, tomei um banho para renovar as energias. Pensei que após o banho já iria começar a trabalhar e adiantar várias coisas, mas de repente, meu cérebro e corpo pediram um descanso. Dormir até 12h, quando Margareth avisou que o almoço já estava pronto.

Maria D’Juda e Marlene Braz estavam na Thydêwá também. Elas vieram para o pré-lançamento do livro: *Pelas Mulheres Indígenas*. Marlene foi a primeira a chegar. Fiquei muito feliz em revê-la. Em seguida, chega D’Juda e, para minha surpresa, à noite, chega Maya (Maria Muniz). Foi um reencontro maravilhoso. Abraçamo-nos e lhes contei um pouco sobre minha jornada e elas contaram o que vem ocorrendo em suas comunidades depois que passei por lá.

26 de setembro

Hoje à tarde houve um encontro de Mulheres na praça principal de Olivença. Esse encontro está relacionado ao projeto “Mulheres Indígenas” e conta com o apoio da Secretária da Mulher da Bahia, a qual disponibilizou um ônibus de unidade móvel de acolhimento à mulher da Bahia, que oferece atendimento social, psicológico e orientação sobre os direitos das mulheres e a quem elas podem recorrer em caso de violência.

27 de setembro

O domingo chegou. Todo o último domingo do mês de setembro o povo Tupinambá de Olivença faz uma caminhada em memória do Índio Marcelino e as vítimas do massacre do Rio Cururupe em 1559. Foi a primeira vez que participei dessa caminhada.

A caminhada começa na praia do Cururupe e termina na praça principal de Olivença. Pela tarde, o pessoal da Thydêwá, a equipe do ônibus da secretária da Mulher e eu fomos à aldeia Itapuã. Lá foi feito um trabalho com as mulheres e depois lançamos a versão beta do livro: *Pelas Mulheres Indígenas*<sup>60</sup>.

15 de outubro

Voltei de Olivença no dia 12 de outubro e acredito que esse foi apenas o início das minhas investigações relacionadas à cultura indígena e as TIC. Enquanto registrava essa memória, o telefone toca. Ao atender, uma moça pergunta por mim. Ao respondê-la e me identificar, ela diz que trabalha na FINEP. Adivinha? Mencionei que quando estava na comunidade Pankararu o pessoal da ONG pediu para que eu realizasse a inscrição de um projeto no prêmio FINEP. E para minha surpresa, GANHAMOS!

FIM

---

<sup>60</sup> Livro disponível para download em: <http://www.thydewa.org/wp-content/uploads/2015/03/pelas-mulheres-indigenas-web.pdf>

## Capítulo 3 - Olhar e análise do facilitador/formador

No decorrer da minha trajetória como formador junto às comunidades indígenas, desenvolvi a função de facilitador no encaminhamento de atividades grupais com a finalidade de orientar a construção dos *Planos de Trabalho* dessas comunidades.

O relato dessa experiência foi apresentado no capítulo anterior. O objetivo deste capítulo é refletir sobre alguns aspectos dessa formação à luz de um referencial teórico que abordei no primeiro capítulo. Na reflexão que segue, agrupei alguns tópicos da experiência, que são percebidos como similares, tais como Aspectos técnicos das oficinas, Aprendizagem lúdica, Metamorfose, Preconceito, Retomadas, As TIC nas mãos dos indígenas, Acesso às TIC, Significados e Meio ambiente.

Além das análises percebidas e apresentadas aqui, outras podem surgir e possibilitar o nascimento de novas interpretações a partir dos diferentes olhares que tiverem contato com esta pesquisa.

### 3.1 Aspectos técnicos das oficinas

O resultado das oficinas feitas nas oito comunidades indígenas que fazem parte do projeto *Mensagens da Terra* foi a construção dos *Planos de Trabalho* para cada uma delas, os quais podem ser consultados no anexo III. Cada comunidade definiu o seu plano contendo a missão, os objetivos específicos, as tarefas a serem realizadas e o cronograma das atividades do PCI. Também foram criados o orçamento e calendário de execução das tarefas, ou seja, os custos de manutenção, recursos humanos disponíveis e os ainda necessários a ser viabilizados. Foi conversado igualmente sobre parcerias, gestão, prestação de contas, relatórios, captação de recursos e ainda sobre empreendedorismo. Aproveitei essa ida às comunidades para tirar dúvidas relacionadas a outros projetos que a ONG vem desenvolvendo junto a estas, ou seja, foram realizadas outras atividades e interações que não são foco dessa pesquisa, entretanto, essas atividades dão margem à realização de novas investigações.

Algumas dificuldades foram enfrentadas e encontradas no decorrer do percurso, são essas:

- a) Conciliar a agenda segundo a disponibilidade da comunidade a ser visitada;
- b) A falta de instalação das antenas via satélite, as quais devem conectar as comunidades ao ciberespaço. Fator que prejudica os trabalhos dos PCI, bem como a inter-relação entre estes e a Rede<sup>61</sup>;
- c) A falta de execução de algumas atividades do projeto *Mensagens da Terra*, por exemplo, a realização da comunicação direta e constante por meio do espaço virtual, além da construção de uma comunidade colaborativa de aprendizagem, as quais não são possíveis executar enquanto não houver acesso à internet;
- d) Atrasos, por parte do governo, na execução e cumprimento do calendário proposto pelo mesmo. O edital previa o início das atividades dos PCI em 2010, porém, apenas no final de 2013, os recursos financeiros foram liberados para o primeiro ano do projeto.
- e) Orçamento defasado em três anos;
- f) Fragilidade na realização do projeto, provocada, provavelmente, pelas falhas e atrasos na execução do calendário do projeto por parte do MinC.

O último item das dificuldades encontradas parece ser comum em outros projetos que envolve a iniciativa governamental. No documentário *Tupinambá Digital*, disponível no Youtube<sup>62</sup>, uma indígena relata a falta de continuidade em programas sociais.

Alguns programas sociais às vezes vêm para a gente, mas não conseguem ser concretizados, por falta de vontade. Porque as pessoas têm poder de decidir, mas não decidem porque elas não estão nem aí com a gente, elas não passam pelo o que a

---

<sup>61</sup> Rede: aqui se trata da rede de pontos de cultura ligados ao governo, seja os pontos indígenas ou não, todos fazem parte desta rede que tem o apoio do Ministério da Cultura.

<sup>62</sup> Youtube: site de vídeos.

gente passa, só nós sabemos e só nós podemos falar o que a gente passa (YOUTUBE, 2013).

A falta de continuidade de projetos sociais pode fragilizar a confiabilidade, provocar a desconfiança e incentivar a não credibilidade nos órgãos e entidades responsáveis por estes. Mas, o mais grave, é a frustração e desmotivação que essa situação também pode provocar no público alvo, que em sua grande maioria veem no projeto uma oportunidade de melhorar sua condição social.

Uma das dificuldades que mais pode prejudicar o sucesso do projeto *Mensagens da Terra* é a falta de acesso à internet, além do atraso dos recursos financeiros. Segundo informado pelos representantes da ONG Thydêwá, eles já vêm reforçando junto ao Ministério das Comunicações esta demanda desde a aprovação do projeto e, em resposta, o GESAC havia previsto conectar 06 PCI que estão *off-line* até agosto de 2014, promessa que até a conclusão desta pesquisa não foi desempenhada (janeiro de 2016). Por exemplo, o que acontece com os Xokó que vivem na Ilha de São Pedro, às margens do rio São Francisco, que ainda esperam pela conexão e buscam, apesar de tudo, participar da melhor forma possível. Eles precisam pegar um barco e mais um transporte terrestre para chegar a *lan house* mais próxima, e assim, conseguir enviar os relatórios mensais das atividades do PCI e interagir com a Rede. Situação essa que já vem apresentando sinais de desmotivação nas comunidades participantes do projeto, a qual é ocasionada devido ao atraso na instalação das antenas.

Os oito PCI já possuem computadores e estrutura para receber a antena da GESAC, porém, até o momento as antenas não foram instaladas em nenhum dos PCI que fazem parte do projeto *Mensagens da Terra*. Ao escrever o projeto, a GESAC deixou claro que sua execução seria de forma *Online*, porém os PCI vêm trabalhando desde dezembro de 2013 de forma *off line*. Tal situação tem preocupado bastante os envolvidos no projeto, pois há metas estabelecidas na proposta que, devido a esse fator, estão impedidas de serem executadas, além de outras atividades. Estas atividades estão amarradas ao projeto e devem ser executadas com o auxílio do acesso à internet dentro das comunidades.

### 3.2 Aprendizagem lúdica

A utilização do *Dragon Dreaming* pôde facilitar a criação do plano de trabalho elaborado pelos próprios indígenas, que, diferente dos métodos tradicionais, usa o lúdico para que o indivíduo exponha seu sonho, planeje-o, realize-o, e o celebre. O lúdico envolve todo o grupo e permite a integração e a troca entre elementos da comunidade. Isso pode facilitar o fortalecimento da identidade indígena e permitir a inclusão e organização das diversas opiniões complexas na construção de projetos, assim como ocorreu nas oficinas.

A aprendizagem lúdica sempre esteve presente no universo indígena. As letras de canções presentes em seus rituais, em sua grande maioria, narram fatos de sua história. Uma junção da oralidade e movimentos corporais, ferramentas utilizadas por milênios, que preservaram costumes e histórias antigas.

Usou-se bastante a espiritualidade do grupo, antes e após cada etapa do projeto. O toré, ritual praticado pelos indígenas nos momentos de preparação para uma batalha e também utilizado em celebrações, trouxe, o que acreditamos ser, a “energia”, a “força”, que um grupo deve utilizar para concretizar a totalidade do projeto. É importante recordar que, no início da oficina de *Dragon Dreaming*, são registradas todas as expectativas dos participantes em relação ao que eles esperam possuir ou aprender ao terminá-la; e tal ação pode ser estendida para um tempo determinado do projeto. Isso possibilitou que, ao final da oficina, fosse realizado um *feedback* para cada participante, além de possibilitar, em um projeto, um retorno sobre os desejos apresentados no início que, após certo tempo, determinado por todos, foram realizados.

O Pinakari também foi essencial para manter a concentração do grupo. Tanto, que este foi utilizado em todas as ações de facilitação e me ajudou no resgate e canalização da “energia” e para amenizar minha ansiedade em certos momentos.

A possibilidade de incluir a participação de pessoas que têm domínio da leitura e escrita, assim como as que não as têm, deve ser observada e pontuada como positiva, juntamente com os momentos de imersão, que permitiu a todos se imaginarem dentro do projeto realizado a longo e curto prazo. Esses momentos, em

especial a imersão dentro de um curto prazo, foram inspiradores para a criação das atividades, as quais deveriam ser executadas com a finalidade de motivar a colheita de resultados rápidos e a continuidade, ou, caso seja necessário, a manutenção do projeto.

### *3.4 Metamorfose*

A história, conforme parte dela apresentada no primeiro capítulo dessa dissertação, traz fatos que nos ajudam a compreender quem são os indígenas contemporâneos, em especial, os que vivem no Nordeste do Brasil. Esses podem ser categorizados como fruto de transformações biológicas e culturais impostas a eles de forma agressiva. Além disso, os indígenas do Nordeste, não tiveram uma parte significativa de suas histórias registradas por falta de interesse de pesquisadores de séculos passados (OLIVEIRA, 1995, p.32-33), e por outros fatores, que dificultam a identificação dos costumes praticados por seus ancestres antes e, também, no início do período colonial. Tais situações podem ter colaborado para a existência de discriminação ao se dizer que, membros dos grupos indígenas existentes na região nordestina, não têm “cara de índio” e, além disso, praticam costumes diferentes de outros grupos, como os que vivem em regiões mais isoladas, por exemplo, os indígenas do Amazonas ou Pará.

Maturana e Pörksen (2004, p.84-85), ao abordarem a organização e estrutura de sistemas, dizem que “la distinción entre estructura y organización de sistema permite distinguir con mayor exactitud cómo cambia un sistema”. Eles trazem como exemplo uma mesa e diz que se uma mesa é serrada nas pontas, sua estrutura foi modificada, porém continua sendo mesa; se por acaso os pés desta forem cortados pela metade, esta recebeu uma nova modificação, porém, continua sendo mesa. Mas se a serramos no meio e tirarmos as quatro pernas e deixamos essas peças separadas, ela deixa de ser mesa, pois não está mais organizada como tal e não tem mais a utilidade de uma mesa como conhecemos.

A estratégia de modificar a estrutura e a forma de organização dos indígenas foi utilizada para fazer com que esses deixassem de ser reconhecidos como originários. Os grupos indígenas já vinham sofrendo modificação desde a

colonização, mas não deixavam de ser considerados como índios, segundo os olhos da sociedade, porque ainda mantinham sua organização, a qual foi sendo desfeita no decorrer dos séculos.

Diferente de uma mesa, que é um objeto aparentemente sem vida, estático, o indígena pode ter passado por transformações estruturais e até mesmo organizacional, sendo separado de sua aldeia, vivendo na cidade, ou até mesmo ter crescido sem saber suas origens. Porém, este nunca deixará de fazer parte dos povos originários do Brasil, pois seus laços de parentesco, ou seja, o sangue que corre por suas veias, confirma sua identidade étnica (CARVALHO, 2007, p. 6-7).

A estratégia de modificar a estrutura e modo de organização dos grupos indígenas, também foi adotada pelo SPILTIN, e se deu da seguinte forma:

Conforme as instruções internas dos SPILTIN/1910, nas povoações indígenas seriam reunidos os índios das mais distintas tribos, e nos centros agrícolas, assentados os trabalhadores nacionais – pequenos produtores rurais destituídos de terra. Seriam enviados também aos centros agrícolas os índios integrados à sociedade nacional. Em ambos os casos o SPILTIN visava modificar as formas *tradicionais* de organização e valorização do espaço praticadas por estas populações por outras mais *racionais* e *modernas*, cujo intento era torná-los construtores da evolução, sob a gerência do Estado, quando então integrariam os centros agrícolas. Este tipo de unidade administrativa corresponderia a um patamar superior na trilha da inserção programada dos índios à sociedade nacional (OLIVEIRA, 1995, p.46).

Ressalto que, as transformações sofridas pelos povos indígenas não foram apenas no âmbito organizacional, enquanto estrutura social, mas também em seu aspecto físico. Então, assim como hoje temos um país onde não se sabe qual é a “cara” do brasileiro, também não se sabe qual é a “cara” do índio. Fato que precisa ser de conhecimento da população nacional, a qual vive dentro de uma diversidade cultural e aparentemente não sabe.

A cultura representa os costumes e características de uma sociedade. Ela é condicionada ao indivíduo quando este é inserido no grupo social. Entretanto, não podemos definir se um indivíduo pertence ou não a um grupo social tendo como base apenas seus costumes culturais.

Quando um emigrante italiano, alemão ou de qualquer outro país do continente europeu, asiático ou da América Latina sai de seu território – onde vive seu grupo social – por qualquer que seja o motivo, ao habitar outro país, por

exemplo, o Brasil, ali irá constituir família e estabelecer moradia. Em alguns casos, parte da cultura será repassada aos seus filhos, netos e bisnetos, como ocorre nas colônias alemãs que há no Sul do Brasil. Em alguns dos países citados, supondo que, os filhos ou netos do imigrante queiram voltar ao país de origem – seja para estabelecer moradia ou apenas passar uma temporada – esses têm direito a requisitar a dupla nacionalidade que os tornarão indivíduos pertencentes a dois grupos sociais, por exemplo, serão cidadãos alemães e brasileiros. Sendo assim, o que define o pertencimento ou não de um indivíduo a um grupo social?

No decorrer da viagem, pela qual pude reencontrar outros *parentes*<sup>63</sup>, conheci os Pataxó Hãhãhãe, que segundo informação por eles dadas, Hãhãhãe significa mistura de povos, pois esse grupo é composto por indígenas de diferentes etnias. Tal situação vem ao encontro com a colocação de Oliveira (1995, p31-32) quando cita o surgimento de novos grupos indígenas, os quais são resultados de viagens feitas por seus líderes que lutaram pelo o direito de serem reconhecidos como originários. Mas o surgimento de novos grupos também pode dar-se por meio de casamento entre etnias e a junção entre dois povos ou mais, por exemplo os Kariri-Xocó. Vemos presente no nome dessa etnia a junção de dois nomes, de dois povos, os quais se juntaram em um determinado período do século passado, conforme relato de um dos membros da comunidade, e que foi citado no primeiro capítulo desta pesquisa. Isso nos mostra que a aliança, seja por meio do casamento, ou a favor de uma causa, que acarreta a junção de diferentes culturas, é uma prática adotada por diversas sociedades desde tempos remotos, conforme nos apresenta o Gênesis. Logo, tais alianças tendem a continuar ocorrendo, pois tendem a resultar em transformações no modo de vida desses. Além disso, as interações entre sistemas vivos fechados provocam transformações nas características culturais de ambos. Tais transformações, com o passar do tempo, podem resultar em grandes mudanças, sejam no aspecto físico ou comportamental, a tal ponto que levam outros sistemas vivos a não reconhecer que esses sistemas fazem parte, ou antecedem, de seu reprodutor originário. Justificando que as características atuais do sistema (que foram transformadas por meio da interação com outros sistemas vivos e fechados) são bem diferentes das características desse sistema em tempos passados.

---

<sup>63</sup> Nesse caso trata-se de uma forma amigável, carinhosa, amistosa pela qual um indígena de uma etnia chama o indígena de outra etnia.

### 3.5 Preconceito

Segundo o dicionário Michaelis, preconceito é:

*1 Conceito ou opinião formados antes de ter os conhecimentos adequados. 2 Opinião ou sentimento desfavorável, concebido antecipadamente ou independente de experiência ou razão. 3 Superstição que obriga a certos atos ou impede que eles se pratiquem. 4 Sociol Atitude emocionalmente condicionada, baseada em crença, opinião ou generalização, determinando simpatia ou antipatia para com indivíduos ou grupos. P. de classe: atitudes discriminatórias incondicionadas contra pessoas de outra classe social. P. racial: manifestação hostil ou desprezo contra indivíduos ou povos de outras raças. P. religioso: intolerância manifesta contra indivíduos ou grupos que seguem outras religiões.*

Quando estive em campo, presenciei situações que se enquadram na categoria preconceito. Algumas vieram em forma de aviso e de cuidados que eu deveria ter ao chegar ou sair de algum lugar; outras, eram percebidas na expressão de pessoas que encontrei no caminho ao perguntar sobre como chegar a alguma aldeia e outras mais. E até fui alertado para não me identificar como indígena para não sofrer nem um tipo de violência que poderia ser gerada pelo preconceito aos indígenas que há na região que, provavelmente, vem acompanhado de outros sentimentos e interesses fundiários.

Também, tive um maior contato com o preconceito contra as mulheres, que talvez, não seja de conhecimento de todos, mas que as indígenas também o sofrem. E este, em sua grande maioria, vem acompanhado de atos de violência doméstica ou não. Tal afirmação pode ser comprovada por meio dos registros presentes no livro *Pelas Mulheres Indígenas*. Publicado por estas com a finalidade de alerta as mulheres, sejam indígenas ou não, sobre a quem elas devem recorrer para dar um basta nessa situação. Nele estão presentes histórias de vidas sofridas e também de superação e exemplos que podem ser seguidos.

Percebe-se então o preconceito presente em diferentes níveis dentro do universo indígena. Para saber como essas situações preconceituosas foram

geradas, se há providências sendo articuladas e se há, quais ferramentas, digitais ou não, os indígenas vêm utilizando para amenizar tais situações e/ou outras questões relacionadas a esse tema, é necessário investir em novas investigações.

### 3.6 Retomadas

*Toda terra indígena tem uma delimitação com todas as coordenadas geográficas dizendo onde está o perímetro e qual é o formato que essa terra indígena possui dentro dessa área. A escolha das terras a serem retomadas, pelos Tupinambá, se dão a partir das áreas que estão dentro desse perímetro, que está dentro de um relatório chamado Relatório de Delimitação, o qual foi elaborado pela FUNAI.*

*Potyra Tê, Tupinambá*

Na primeira semana de oficina de introdução ao *Dragon Dreaming*, na sede da ONG, houve um dia em que tomamos conhecimento que os Tupinambá estavam retomando uma área que, segundo eles, está dentro do relatório de delimitação da terra, elaborado pela FUNAI, que ainda não havia sido homologada.

A questão que permeia a existência das retomadas é complexa, pois esta está relacionada ao território nacional, reforma agrária, latifúndio, conflito de interesses, terras griladas, posse de terra, corrupção, troca de favores etc. Entretanto nesta questão não avancei neste estudo para não me desviar da temática desta pesquisa. Por isso, irei apenas comentar algumas situações que tomei conhecimento durante a jornada e com o pouco que li, ao comparar a leitura realizada com a grande quantidade de material existente sobre este tema. Creio que, a retomada, pode ser vista como uma estratégia utilizada pelos indígenas para pressionar o poder público a agilizar o processo de demarcação das terras indígena.

A constituição prevê a demarcação de terras indígena, e que já deveria ter sido concluída. Percebe-se que a paralisação dessa, e a continuação morosa em

algumas regiões do Brasil, está relacionada, a grosso modo, ao conflito de interesse de grandes empresários e ruralistas que vêm nas terras indígenas oportunidade de negócios lucrativos. A exemplo dessa colocação citarei duas situações que vêm ao encontro desse pensamento:

1. A construção de hotéis, resorts e até condomínios próximos a comunidades indígenas, como o *Resort e Hotel Tororomba* e outras pousadas construídas no litoral sul da Bahia, a mais ou menos vinte quilômetros de Ilhéus. Esses estabelecimentos estão localizados bem perto a aldeias habitada pelos Tupinambá que segundo narrado por Prezias (2016, p. 38-40, no prelo), habitavam aquela região desde o período colonial. Segundo consta na convenção 169 sobre os povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT (Organização Internacional do Trabalho), a qual o Brasil faz parte, no parágrafo primeiro do artigo 14, está previsto que “os direitos de propriedade e posse de terras tradicionalmente ocupadas pelos povos” originários deverão ser reconhecidos e, além disso, “medidas deverão ser tomadas para salvaguardar o direito dos povos interessados de usar terras não exclusivamente ocupadas por eles às quais tenham tido acesso tradicionalmente para desenvolver atividades tradicionais e de subsistência”. Direito esse que, diante da situação em que se encontra os Tupinambá da região citada, aparentemente, vem sendo desrespeitado;
2. A apropriação dos títulos de posse e de terras demarcadas para os índios Potiguara, os quais foram parar nas mãos do grupo Lundgren, que construiu ali a fábrica de tecidos Rio Tinto. Terras essas que, segundo a lei de terras indígenas, não poderiam ser vendidas e nem ocupadas por terceiros. Porém, há relatos que mencionam a possibilidade de compra de terras indígenas em outras regiões do Brasil e de forma regularizada pelo SPI. Caso que, segundo Oliveira (1999, p. 51), ocorreu no Posto indígena de Marliére a partir da criação de um guia de condições impostas a trabalhadores nacionais<sup>64</sup> para exercerem suas funções ali.

---

<sup>64</sup> Trabalhadores nacionais: eram descendentes de colonos ou emigrantes europeus e de outros países que iriam, ou já trabalhavam, no campo.

O item 15 do regulamento, que disciplina a colonização em terras indígenas, acena com a possibilidade futura de compra do lote pelo colono. Sendo assim, os postos ou povoações indígenas funcionariam com verdadeiros centros agrícolas, que também expressavam est projeto de criação de um *campesinato tutelado*. Portanto intrusos eram aqueles que não estivessem enquadrados nos regulamentos condicionantes da permanência de colonos nas terras do posto (OLIVEIRA, 1999, p.53).

Marlene e Joel Braz conhecem bem as consequências penosas que a falta da demarcação acarreta na vida dos indígenas. Marlene teve que buscar meios de defender seu esposo por questões relacionadas a terra, conforme citado no capítulo anterior. Os Tupinambás sofreram repressões por parte da polícia no período em que estive no Sul da Bahia. Situação similar as que ocorriam no período do SPI, conforme apresentado por Oliveira (1995, p. 48), no qual autoridades locais impunham seus interesses por aplicação da violência física contra índios. Situações de violência que se repetem, pois no primeiro semestre de 2015 tive a oportunidade de voltar a Olivença e durante esse período, assassinaram um indígena, ali na região, dentro da área em que este estava morando. O motivo era a posse da terra. Ele vivia, junto com sua família, numa área de retomada a qual ainda não foi homologada pelo governo federal; sua esposa, só sobreviveu porque ao tomar um tiro, fingiu-se de morta. Uma homenagem a ele foi disponibilizada na página do portal web *Índios Online*<sup>65</sup>.

### 3.7 As TIC nas mãos dos indígenas

Na primeira semana, enquanto estava na aldeia Itapuã, onde vive parte dos índios Tupinambá, a cacique pediu para que fosse gravado um vídeo e postado no portal web *Índios Online* com o propósito de denunciar e mostrar à parcela da sociedade, que acessa ao portal, o que vem ocorrendo ali. Marcelo, indígena da etnia Karapotó Plaki-ó, informou que seu desejo era ver os mais jovens e as crianças fazendo uso do PCI, em especial a internet, para postar no ciberespaço as notícias da comunidade.

---

<sup>6565</sup> Disponível em: < <http://www.indiosonline.net/pinduca-vive-em-nos/> > acesso em 14 de janeiro de 2016.

Percebe-se nesse contexto o indígena como produtor das informações referente a ele mesmo e a apropriação de diferentes meios na construção deste produto informacional que parte do olhar do próprio membro da comunidade. A utilização da escrita e do vídeo, utilizada outrora por pesquisadores, agora é utilizada pelo indígena, dando a esses a oportunidade de se auto descrever, permitindo o nascimento de uma nova perspectiva, conforme registrado por Lazaneo (2012).

Antigamente nossa cultura foi registrada pelo trabalho de não índios. Eles fizeram muitas filmagens, fotografias e livros a partir de sua visão e interpretação que conseguiram dar com base em suas pesquisas, e foi com essa visão que fizeram divulgação de nossas práticas culturais. Atualmente isso mudou. Somos nós os Bororos que estamos atuando nesse trabalho, apresentando uma versão a partir de quem vive na prática a cultura tradicional. Parte dessa cultura vamos mostrar nesse vídeo. Paulinho EceraeKadojeba, Hipermídia BoeKurireu, (2009) (5).

Com a narrativa identificada acima, originalmente em língua bororo e com legendas em português, Paulinho EceraeKadojeba, introduz o espectador em sua própria versão do ritual fúnebre Bororo, evento de extrema importância para a etnia. (In: LAZANEO, 2012. p. 52)

A divulgação de imagens obtidas a partir do olhar de fora para dentro e sem um diálogo respeitoso com o objeto analisado, pode ferir e denegrir sua crença e outros valores culturais. Foi o que ocorreu em 2003 quando a emissora de televisão Rede Globo apresentou em seu programa Fantástico o ritual fúnebre dos Bororos, no qual havia cenas do ritual que, conforme os costumes do grupo, as mulheres são proibidas de ver. Após esse infeliz episódio, um novo olhar do ritual é criado a partir do olhar respeitoso do próprio objeto conforme relatado a seguir.

“Paulinho utiliza uma metodologia que amplamente alicerçou o modelo de representação dos não indígenas: a entrevista e a voz off. Até certo ponto, utiliza o mesmo método narrativo de seus “detratores”, embora tomando o cuidado ético necessário em determinadas etapas do ritual. De modo distinto do filme televisivo, que exibiu em cadeia nacional imagens proibidas de serem vistas pelas mulheres”. (In: LAZANEO, 2012, p. 53)

A USP por meio do *Centro de Comunicação Digital e Pesquisa Partilhada*, que está sob a coordenação do professor e Dr. Sérgio Bairon, vem desenvolvendo projetos seguindo os conceitos de aprendizagem compartilhada junto a comunidades indígenas. Uma das ações vinculadas a essa linha de pesquisa é capacitar os membros das comunidades a utilizar a hipermídia, mais

especificamente o vídeo, permitindo que os próprios indígenas registrem o seu dia-a-dia a partir do olhar deles.

Com base nas informações coletadas e experiências apresentadas da utilização dos meios de comunicação digitais por comunidades indígenas, percebe-se a importância de utilizar, além do olhar externo, o olhar de dentro, ou seja, o olhar do objeto a ser analisado. Pode-se dizer que o portal web *Índios Online* é utilizado pelos indígenas como uma ferramenta de afirmação de identidade, existência e comunicação intercultural. Um meio de divulgar a todos os problemas enfrentados pelos povos indígenas dentro do ciberespaço. O acesso à internet proporcionou a essas comunidades – e também a outras comunidades que vivem às margens da sociedade e que têm, em sua grande maioria, a voz sufocada – um espaço dentro do ciberespaço no qual os membros da sociedade física, que têm acesso às redes digitais, podem tomar conhecimento (de forma verbal, sonora e visual) detalhado da realidade vivida por essas comunidades. Não por meio da visão de um observador externo que, às vezes, sem dar-se conta pode ofender e desrespeitar uma ou mais culturas, mas, a partir do olhar de um observador interno, o qual faz parte do objeto. O que antes era analisado passa a se autoanalisar e perceber as mudanças. Marcus, o chefe do posto da FUNAI na aldeia Barra Velha, fala sobre os câmbios sociais que ele percebeu com a chegada das tecnologias. Entre eles está o acesso a aldeia que antes era precário; a chegada da eletricidade por meio do programa Luz para Todos, que contribuiu para a troca da luz do candeeiro para a luz elétrica; a chegada da televisão, que deixou o pessoal dentro das casas pela noite e contribuiu para a diminuição do número de fogueiras que eram acendidas a noite e faziam o pessoal se reunir para conversar.

### 3.8 O acesso às TIC

As comunidades indígenas participantes do projeto *Mensagens da Terra*, tiveram acesso as TIC por meio de iniciativas governamentais; o lançamento do edital do Ministério da Cultura é uma destas. Mas outras iniciativas, anteriores a esta, também possibilitaram o acesso as TIC.

A chegada da escola na comunidade, que hoje já possui um currículo criado por professores indígenas, em parte dessas, pode ser comparada a chegada e criação de um polo de acesso à informação. Os conhecimentos externos e internos passam ali. Com o passar do tempo, a eletricidade é instalada em algumas aldeias o que facilitou o envio de computadores a estas por meio de projetos de inclusão digital nas escolas públicas que também incluem o acesso à internet. O projeto UCA, também chegou em algumas comunidades indígenas, mas pelas escolas indígenas que passei e busquei saber como essas ferramentas vinham sendo utilizadas, por exemplo, as escolas das aldeias Pataxó de Barra Velha e Pankararu, no Brejo dos Padres, percebi que ainda há uma resistência na utilização desses recursos de produção e acesso às mídias digitais. A falta de profissionais da área de informática, ou áreas similares, a falta de interesse, a resistência ao novo e o analfabetismo digital podem ser fatores que contribuem para a não utilização dessas ferramentas por parte da docência. E quando os jovens estudantes indígenas trazem seus celulares com acesso à internet, e até mesmo os *tablets* que ganharam através do projeto UCA para a escola, com a finalidade acessar o ciberespaço, são impedidos pela própria direção que alega o uso indevido do ambiente virtual.

A carência de iniciativas que incentive e conscientize o uso das TIC nessas escolas e em outras é perceptível. Cabe ressaltar que há escolas que nem sequer distribuíram os equipamentos do projeto UCA para os alunos e que também há as que possuem um laboratório de informática, mas esse não é utilizado. Situação que muito me preocupa, pois em visita a cidade de Bahia da Traição em 2013, ao conversar com secretária de educação da época, o quadro era similar.

### *3.9 Significados*

Na comunicação verbal, “a interação das palavras constrói redes de significados transitórios na mente de um ouvinte” (Levy, 1993, 23). Uma palavra pode ativar imediatamente uma rede de outras palavras que estejam associadas a essas. Mas apenas os nós selecionados pelo contexto serão ativados com força suficiente para emergir em nossa consciência (Levy, 1993, p.23).

Durante minha passagem e facilitação do *Dragon Dreaming* na aldeia de Barra Velha, Joel alertou-me sobre os tipos de palavras que deveriam e não serem utilizadas, o que nos leva a crer que as palavras, que segundo ele, não deveriam ser utilizadas, pois, provavelmente, caíram na redundância e/ou já estão inseridas numa rede de outras palavras que remetem significados negativos ligados ao capital e até mesmo a formas de corrupção.

Creio que esse não é um fenômeno particular dessa comunidade, mas sim, um reflexo da realidade presente na administração do Brasil que vem se respingando em todos os níveis sociais. Nos dias atuais, é comum a apresentação de manchetes de jornais que vêm mostrando diversas situações ocorridas em contextos políticos que contribuem para a perda do significado de palavras importantes do nosso vocabulário e as associam a outros significados. A palavra “ética” que representa uma conduta, a qual deveria estar presente no poder público, em especial no senado, câmara legislativa, Palácio do Planalto e outros setores da gestão pública e legislativa, praticamente perdeu seu significado em meio a tantas trocas de favores e impunidade relacionadas a corrupção. E, infelizmente, provavelmente, devido a experiências passadas, as palavras que Joel pediu para que fossem evitadas, despertam nos membros da comunidade de Barra Velha determinados nós, que emergem na consciência significados que não são favoráveis, dependendo da situação.

Não só a interação das palavras, mas também os símbolos, podem construir uma rede de significados transitórios na mente do ouvinte, ou melhor, como a semiótica o chama, intérprete. O intérprete pode olhar para o indígena, por exemplo, e afirmar que este não faz parte dos povos originários, pois não possui os traços físicos e nem faz uso dos adornos utilizados por seus ancestres. Além disso, este indígena se vale de tecnologias que segundo consta na memória cognitiva do interprete, não condiz com o indígena apresentado a ele.

### *3.10 Meio ambiente*

Na aldeia Dois Irmãos, presenciei o coletivo unido a favor da construção da casa do Zé, onde foram utilizados recursos presentes na natureza para construir sua

casa de taipa, de forma que não trouxe grandes prejuízos ao meio ambiente. Técnica antiga entre o povo daquela região que é utilizada até hoje. Há casas feitas desse material que já completaram mais de trinta anos, segundo informado pelos donos de algumas delas.

Os recursos naturais facilitam a existência da vida em abundância nos rios e terras próximas a esses. Recursos que fazem parte do nosso eco sistema composto de sistemas vivos. Maturana (2004, p. 114) diz que os sistemas vivos produzem a si mesmo dentro de sua dinâmica fechada e têm em comum a sua forma de organização autopoética. A autopoiese, termo criado pelo autor para tratar de sistemas vivos, que produzem a si mesmo, vem sendo aplicado na tentativa de ilustrar a lógica do funcionamento de alguns fenômenos, por exemplo, a sociedade.

Nossa sociedade pode ter algumas características que estão presentes na autopoiese, porém, aparentemente, ela não pode ser considerada autopoética por destruir seus semelhantes, o que pode levá-la a se enquadrar como uma sociedade automultiladora, segundo Mariotti (1999, p.6).

Enquanto descartar seus pares, aparentemente, a sociedade humana não poderá ser vista como autopoética.

Sabemos que um sistema autopoietico se autoproduz utilizando para isso recursos do ambiente. Para dar continuidade a esse processo, um organismo humano, por exemplo, vai descartando suas células mortas à medida em que se renova, isto é, à medida em que continua o seu processo de autopoiese. Enquanto estiver vivo, porém, nenhuma unidade autopoietica descarta quaisquer de seus componentes vivos: não há partes prescindíveis em sistemas dessa natureza” (MARIOTTI, 1999, p.6).

Além disso, os recursos do ambiente, os quais deveriam ser utilizados para a sociedade se autoproduzir, vêm sendo modificados e destruídos por parte de seus membros. Na comunidade Xokó, por exemplo, a preocupação de Franklin com a morte de uma das nascentes do Rio São Francisco, os desvios que vem sendo feito nele, que provocaram a diminuição do seu nível e o desaparecimento de algumas espécies, vem ao encontro de uma sociedade automultiladora. Também, pode-se destacar o rompimento de uma das barragens da empresa Samarco, no dia 5 de novembro de 2015, em Mariana (MG), que dizimou populações e praticamente

matou rios da região que são fontes de alimentação de diversas comunidades que ali vivem.

Creio que diante das colocações entre sociedade autopoética e automutiladora, pode-se dizer, na atualidade, que há membros e partes da sociedade – incluo aqui as indígenas e não indígenas –, que estão enquadrados em cada termo e podem também estar presentes em ambos. Ao mesmo tempo que vemos parte da sociedade querendo investir em ações que destrói o meio ambiente, cortando árvores, extraindo minérios do solo e realizando construções em área de preservação, entre outras ações de má fé, também há a parcela que luta pela preservação de áreas verdes, pelo direito e respeito ao próximo e buscam promover ações que conscientizem a população.

## Conclusão

No decorrer do meu processo de formação no meio acadêmico, pude participar de dois momentos que permitiram a minha imersão em diferentes culturas, os quais contribuíram para aprimorar o meu olhar em relação ao mundo, provocando, além disso, transformações na forma de me relacionar com o ambiente em que estou inserido.

O primeiro momento me levou ao continente europeu, no último ano da graduação, ali aprendi um novo idioma e tive contato com pessoas que falavam outras línguas e tinham costumes diferentes. O segundo momento de imersão foi proporcionado no mestrado, momento em que tive a oportunidade de elaborar esse projeto, o qual é fruto da trajetória que permitiu o meu reencontro com minha identidade étnica. Por meio dessa experiência pude compreender melhor o processo de transformações presentes nas sociedades, além de poder registrar como parte destas funcionam e retratam a realidade de alguns povos indígenas do Nordeste do Brasil.

Diante dessa rica vivência e análise dos dados colhidos, percebo que, o acesso e uso dos recursos tecnológicos utilizados por essas comunidades, não desfigura sua identidade étnica e nem provoca sua extinção, mas as auxiliam a preservar parte de seus costumes, a reafirmarem sua existência e origens, a lutar e reivindicar seus direitos, a solicitar ajuda quando necessário e se organizarem politicamente.

A troca de conhecimento e técnicas estão presentes na história da humanidade desde tempos remotos, e o que provocou o desaparecimento de muitos povos, sejam indígenas ou não, não foi o acesso às essas técnicas, mas a escolha de como essas deveriam ser utilizadas. Assim como uma faca é uma tecnologia a qual pode ser utilizada para facilitar o preparo dos alimentos, os quais serão utilizados para saciar a fome e auxiliar na preservação do funcionamento do corpo, ela também pode ser utilizada para ferir este corpo levando-o a óbito. Criando nele ferimentos que podem romper seus vasos sanguíneos, deixando correr e secar o rio vermelho que auxilia na preservação e manutenção da vida deste corpo. O acesso às tecnologias e as formas de utilizá-las podem facilitar a execução de atividades

que atendam a necessidade humana como também provocar o inverso, mas o que determinará o resultado positivo ou negativo deste acesso e uso, será a forma como o indivíduo decide utilizá-la.

### *Reflexões sobre o processo de formação*

Ao refletir sobre a investigação percebi que o contato com as comunidades e a intervenção para construir os *Planos de Trabalho* com a utilização da ferramenta *Dragon Dreaming* teve uma eficácia positiva. Afinal, todas as comunidades construíram seus planos, nos quais constam atividades propostas pelos próprios membros. E eu, na posição de facilitador/formador, tive a oportunidade de aperfeiçoar o uso da ferramenta/método a cada aplicação. Mas, as minhas reflexões, vão além dessa situação.

Ao chegar em cada aldeia, levava esquematizado na mente os pontos que deveriam ser observados, porém, no decorrer do dia, percebia a necessidade de olhar outros fenômenos que também faziam parte destes. Sendo assim, ao sair da aldeia, minha mente e esquemas de observações já ganhavam uma nova forma. Durante o contato com o objeto de pesquisa, pude identificar alguns aspectos que emergem, por exemplo, o desejo e anseio dos grupos indígenas de preservar os símbolos, que ao serem utilizados por estes, os colocam em contato com costumes que eram praticados por seus ancestrais. Costumes que eles buscam preservar e se preocupam em mantê-los vivos para repassar às gerações futuras.

Nos *Planos de Trabalho*, no item *missão*, há algumas palavras que se repetem no discurso das comunidades, como, *fortalecimento, cultura, resgate, preservar*. Palavras que ao serem analisadas no contexto em que elas foram inseridas, demonstram a preocupação desses grupos em manter vivo o pouco da identidade étnica que lhes restaram.

Analisando o item *objetivos específicos* pude identificar que os membros das comunidades que participam de forma direta do PCI, já iniciam uma compreensão e entendimento em relação ao acesso às tecnologias. Verificando fragmentos das frases criadas por estes, para descrever os *objetivos específicos*, podemos encontrar sinais que comprovam a compreensão e entendimento dessa relação.

*Construir uma comunidade mais consciente, utilizar o espaço do PCI para aprender, ensinar, trocar experiência com outras culturas, realizar ações sustentáveis, divulgar nossas ações no portal web Índios Oline, fazer oficinas de diversos temas, fazer roda de conversa com os anciões para preservar a memória,* são alguns dos itens que foram destacados e demonstram uma compreensão da necessidade de utilizar os recursos digitais no processo de resgate, preservação, divulgação e, quem sabe, manutenção da cultura.

Alguns dos aspectos que identifiquei, presentes na identidade desses povos, são seus rituais, secretos ou não, sua dança, seu canto, a fabricação de artesanatos, adornos, sua relação com a terra e animais e suas histórias e as dos que já viveram ali. Símbolos e ícones que os mantem em contato com seus antepassados. Algumas de suas histórias que, outrora não eram registradas no papel, mas na memória dos indivíduos e repassadas para a comunidade através de cantos ou contadas nas rodas de conversas, as quais eram comuns de se fazer junto a fogueira, hoje, graças ao acesso às tecnologias da comunicação e informação, analógicas ou digitais, já se encontram registradas em livros, blogs, sites e aplicativos, ou seja, em diferentes mídias.

Nesse processo aprendi o quanto é importante valorizar nossas raízes, quem somos e o que somos capazes de construir juntos; elaborar projetos colaborativos e sustentáveis com a participação de todos os envolvidos; direcionar a motivação de um coletivo para a construção de planos de trabalho; continuar utilizando o meu lado espiritual nas minhas decisões, além de passar a valorizar ainda mais o ser humano. Também houve momentos em que me deparei com diversos “eus”, o eu indígena, o eu facilitador, o eu formador e o eu pesquisador. A organização e o trabalho harmônico entre os diversos “eus” também aprendi a administrar durante esse processo.

### *A escolha do título*

Uma frase bem conhecida pelos praticantes do cristianismo é a que se encontra no livro de São João capítulo primeiro e o verso primeiro que diz: “No princípio, era o verbo, e o verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus”. Nessa frase

o autor apresenta Jesus Cristo como a palavra de Deus, a ação de Deus que estava no plano espiritual e se apresentou através de Cristo no plano material. Acredita-se que Cristo é uma fonte de sabedoria divina que trouxe muitos ensinamentos, por meio de suas parábolas e feitos, ou seja, suas ações no plano material. “E o verbo se fez digital”, foi eleito para este trabalho seguindo esse desfecho. Antes as ações eram executadas apenas no plano físico, material, mas hoje, praticamente todas essas já podem ser realizadas no plano digital, dentro do espaço virtual, do ciberespaço, através do caminho, ou melhor, através do acesso à internet.

Quero lembrar que, a presença da igreja, foi marcante durante as conquistas de novos espaços no decorrer dos séculos, principalmente, na história do Brasil, o que justifica, na minha percepção, que não há como tratar a temática *indígenas e tecnologias* sem mencionar a igreja e o simbolismo religioso utilizado pelo homem para influenciar e dominar e sociedades.

Agora, com o verbo digitalizado e o acesso direto, a um click, da fonte da sabedoria, acredito que as comunidades indígenas têm nas mãos uma grande ferramenta para reconstruir, preservar e divulgar sua identidade étnica e se afirmarem pelo que são, povos originários.

Nessa experiência, não foi realizada apenas uma intervenção com a finalidade de auxiliar um grupo de índios a construírem um plano de trabalho, mas sim, uma ação, a qual contribuiu para facilitar, formar e transformar vidas. Vidas que buscam conhecer, aprender, ensinar e lutar por seus direitos. Buscas que estão presentes nas linhas dessa dissertação, a qual trouxe a público, parte da realidade vivida pelos povos indígenas do Brasil. Este é verdadeiramente o sentido da formação humana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALMEIDA, Luiz Savio de; BARROS, Cristhiano. *Índios do Nordeste - Temas e Problemas* 4. Ed. Edufal. 2004
- BAIRON, Sérgio. *A hipermídia como comunicação integrada e a retomada da experiência estética na produção de conhecimento*. Tese de livre docência. Universidade de São Paulo, 2007.
- CARVALHO, Priscila Delgado de. *Viver na cidade grande não é abrir mão de ser indígena*. Brasília: Cimi, Porantim, n. 296, jun./jul., 2007, p.6-7.
- CASTELLS, Manuel. *A SOCIEDADE EM REDE - A ERA DA INFORMAÇÃO, ECONOMIA, SOCIEDADE E CULTURA*. v. 1, edição 6, ed. Paz e Terra, 2007.
- Delgadillo K, Gómez R, Stoll K, et al. *Telecentros Comunitários para o Desenvolvimento Humano – Lições sobre telecentros comunitários na América Latina e Caribe*. Ed. Rits, dez. 2003.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. *Trajatória de muitas perdas e poucos ganhos*. In: *Educação Escolar Indígena em Terra Brasilis - tempo de novo descobrimento*. Rio de Janeiro:Ibase, 2004. p. 11-31.
- GERLIC, Sebastián. *Coleção Índio na visão dos índios: Memória*. Salvador: Thydêwá, 2011. 63p.
- \_\_\_\_\_. *Cantando as Culturas Indígenas*. Coordenação Geral de educação Escolar Indígena, 2013. 44p (Coleção Índio na Visão dos Índio, v. 18).
- GERLIC, Sebastián; MELLO, Gabriela Saraiva de. *Memórias do Movimento Indígena do Nordeste*. 2015. 37p (Coleção Índio na Visão dos Índio, v. 23).
- GERLIC, Sebastián; ZOETTL, Peter Anton (orgs.). *Potiguara*. Salvador: Thydêwá, 2012. 63p edição 1 (Coleção Índio na Visão dos Índio, v. 17).
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.
- LATOURETTE, Bruno. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade a fora*; tradução de Ivone C. Benedetti; revisão de tradução Jesus de Paula Assis. São Paulo Ed. UNESP, 2000.
- LAZANEO, Caio, Salvi. *Produção Partilhada do Conhecimento: Uma experiência com as comunidades indígenas Xavantes e Karajá*. 2012. 155 f.. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação e Arte) – Universidade de São Paulo. 2012.
- LEVY, Pierre. *As Tecnologias da Inteligência - O Futuro do Pensamento na Era da Informática*. São Paulo Ed. 34,1993.
- MATURANA, Humberto; PORKSEN, Berhard. *DEL SER AL HACER, Los Orígenes de la Biología del Conocer*. Ed. Comunicaciones Noreste LTDA. Santiago, 2004.
- MURRAY, Janet H. *Hamlet no Holodeck, o futuro da narrativa no ciberespaço*. São Paulo: Itáu Cultural: Ed. Unesp, 2003.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *A viagem de volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Contra Capa Livraria Ltda. 1999.
- \_\_\_\_\_. *Políticas indígenas contemporâneas na Amazônia brasileira: território, modos de dominação e iniciativas indígenas*. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). *O Brasil não é mais aquele... mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo : Cortez Editora, 2001, p. 217-235.
- PREZIA, Benedito. *Os Potiguara entre a Bíblia e a espada*. Porantim, Brasília: Cimi, v. 314, abril, 2009, p. 16.
- \_\_\_\_\_. *A flecha contra o canhão*. 2016 No prelo.
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTAELLA, Lúcia. *Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura*. São Paulo: Paulus, 2003.
- SANTAELLA, Lucia. *Coleção, Primeiros Passos: O que é Semiótica*. Ed. Brasiliense, 2004.

TAVARES, Joana, Brandão. *Ciber-informações nativas: uma análise da circulação da informação dos cibermeios de autoria de povos indígenas residentes no território brasileiro* (2005-2012). 2013. 435 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal, Santa Catarina. 2013.

VALE, Eltern Campina. *Tecendo Fios, Fazendo História: A Atuação Operária na Cidade-Fábrica Rio Tinto* (Paraíba, 1959-1964). 2008. 221 f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará. 2008.

## EXPERIMENTO ONLINE:

ALVES MA, Diniz E, Oliveira LCP, et al. *Tecnologia da Informação e Comunicação como Instrumento Político: Um estudo sobre acesso à internet dos povos Indígena*. Fundação Getulio Vargas, 2014. < <http://aisel.aisnet.org/cgi/viewcontent.cgi?article=1671&context=amcis2014> > Acessado em 13 de setembro de 2015.

BRASIL, *Carta de Pero Vaz de Caminha*. Disponível em: <[http://educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/carta\\_caminha.htm](http://educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/carta_caminha.htm)> Acesso em 05 novembro de 2014.

ENGEL, Irineu Guido. **Pesquisa-ação**. Educa, Curitiba, n. 16, p. 181-191. 2000. Editora da UFPR. < [http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos\\_16/irineu\\_engel.pdf](http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos_16/irineu_engel.pdf) > Acessado em: 06 de maio de 2014.

FUNAI, 2015, *Serviço de Proteção aos Índios – SPI*. Disponível em: < [www.funai.gov.br/index.php/servico-de-protecao-aos-indios-spi](http://www.funai.gov.br/index.php/servico-de-protecao-aos-indios-spi) > acesso em 20 de dezembro de 2015.

IBGE, 2010. *O Brasil indígena*, <<http://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada>> acesso em 10 de Outubro de 2015.

ISA, 2015. *O Serviço de Proteção aos Índios*. Disponível em: <[http://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/o-servico-de-protecao-aos-indios-\(spi\)](http://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/o-servico-de-protecao-aos-indios-(spi)) > Acesso em 14 dezembro de 2015.

MARIOTTI, Humberto. *Autopóise, cultura e sociedade*. Disponível em < [http://www.humbertomariotti.com.br/imagens/trabalhosfoto/201999\\_autopoesse\\_port.pdf](http://www.humbertomariotti.com.br/imagens/trabalhosfoto/201999_autopoesse_port.pdf)> acesso em 05 de out. 2015.

MARTINS, Guilherme. *As tecnologias de comunicação e a construção do conhecimento em comunidades indígenas*. Saberes e práticas, 2008. Disponível em < <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4565526> > acesso em 17 dezembro de 2015.

NUNES, Eduardo Soares. *Aldeias Urbanas ou Cidades Indígenas? Reflexões sobre índios e cidades*. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 2010. < <http://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/issue/view/961>> Acesso em: 24 de agosto de 2015.

OLIVEIRA, João Pacheco & ROCHA FREIRE, Carlos Augusto da. 2006. *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. Brasília: SECAD/MEC; UNESCO; LACED/UF RJ. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154566por.pdf>> acesso em 30 de outubro de 2015

SECAD 2007, *Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola* <[http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib\\_cad3\\_ed\\_indi\\_div\\_esc.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_cad3_ed_indi_div_esc.pdf)> acesso em 08 de dezembro de 2015.

SILVA, Ligia Osório. *As Leis Agrárias e o Latifúndio Improdutivo*. Revista São Paulo em Perspectiva - v.11/nº.2/ Abr-Jun 1997. Disponível em:

<[http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02\\_02.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02_02.pdf) >

TRIP, David. *Pesquisa-ação: uma introdução metodológica*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n.3, p. 443-466, set./dez. 2005. < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf> > Acessado em: 20 de maio de 2014.

YOUTUBE. *Tupinambá Digital*. Publicado em Julho de 2013. Disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=7sqiwykkqsl> > acesso em 08 de janeiro de 2016.

## Apêndices

**APÊNDICE I**

Modelo de autorização de imagem e propriedade intelectual

## AUTORIZAÇÃO PARA O USO DE IMAGEM OU DE PRODUÇÃO INTELECTUAL

DADOS DO LICENCIANTE (ENTREVISTADO / FOTOGRAFADO)			
Nome			
CPF		RG	

DADOS DO PESQUISADOR (MESTRANDO / DOUTORANDO / INVESTIGADOR / ALUNO)			
Nome	Alexsandro Cosmo de Mesquita		
CPF		RG	

DADOS DA UNIVERSIDADE	
Nome	
Programa	

Pelo presente instrumento particular, o(a) pesquisador(a) e licenciante, têm entre si junto e acertadoo que segue:

1 – O licenciante autoriza ao pesquisador a utilizar sua imagem, vídeo, depoimento ou produção intelectual para publicação de seu projeto de pesquisa acadêmica a nível de mestrado/doutorado junto a universidade apresentada aqui neste documento.

2– As imagens, sons, depoimentos, nomes e dados biográficos, objetos da presente autorização, poderão ser disponibilizadas, a exclusivo critério da Thydêwá através da licença *Creative Commons* Atribuição-Uso Não Comercial-Compartilhamento pela mesma licença 2.5 Brasil, ficando certo que o presente documento autoriza essa forma de licenciamento.

3 – As imagens, sons, depoimentos, nomes e dados biográficos, objetos da presente autorização, poderão ser utilizados na publicação de artigos em revistas/jornais científicas, nacionais e internacionais.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

Pelo licenciante

\_\_\_\_\_  
Nome completo:

Pesquisador

\_\_\_\_\_  
Nome completo: Alexsandro Cosmo de Mesquita

## **APÊNDICE II**

Transcrição da entrevista com Sebastian Gerlic sobre o processo de criação dos Índios Online.

Sebastián Gerlic – Presidente e um dos fundadores da ONG Thydêwá

Até o ano de 1998 eu gostava muito de chamanismo, estudar os indígenas e tal. Era uma coisa de autoconhecimento, curiosidade. Meu trabalho era mais como comunicador, então eu decidir fazer um vídeo no ano 2000 e fui para a marcha dos 500 anos e foi no momento da marcha que os índio receberam as bombas do governo que no meio dessa fumaça, dessa confusão, dessa violência eu peguei meu cachimbo também acreditando no grande pai, pedindo proteção e ai eu percebi que de alguma forma eu não queria mais continuar o meu trabalho de comunicador publicitário de ideias que não eram minha. Nesse momento decidi colocar o meu conhecimento minha instrução para a luta dos indígenas.

Então no ano 2000, após aquelas bombas, tinha algumas pessoas que a gente ficou mais próximo, mais amigo, e especialmente eu vinha acompanhando os trabalhos de alguns indígenas que moravam em Salvador. E com eles decidimos fazer uma coleção de livros: Índios na Visão dos Índios. Depois a gente se institucionalizou em 2002, com essa ideia multiétnica de indígenas e não indígenas juntos formamos a Thydêwá e já estávamos fazendo outros livros e projetos como: Índio quer respeito, com o povo Tupinambá.

Depois das primeiras relações com os livros e campanhas de paz, cada vez que os indígenas vinham, no caso a Salvador, onde eu estava morando e trabalhamos juntos no computador, eles ficavam muito curioso com o computador, com aquela maquina e tudo que eles viam que dava para fazer com a maquina, que a gente fazia de alguma forma juntos, mas naquela época eles só ficavam observando. Até que nessas conversas, entre brincadeira, decidimos fazer um trabalho para eles serem protagonistas, para se apropriarem das ferramentas de comunicação digital. Então a gente pego os povos que estavam mais próximos, aqueles que estavam fazendo os livros e decidimos fazer um projeto, índios na visão dos índios, que era o projeto que sabíamos fazer, e acrescentamos o online. E ai colocamos o projeto no fundo de cultura da Bahia, na época era “Faz Cultura” e com o apoio do Bom Preço fizemos o primeiro projeto de inclusão digital indígena. Foi em abril de 2004 que as primeiras sete comunidades receberam um computador e uma câmera

fotográfica e no mesmo mês fizemos uma capacitação com 14 indígenas. 7 voltaram para a aldeia no dia 19 de abril e 7 ficaram e a gente lançou o projeto no ar com os que voltaram para a aldeia e já estavam conectados e esses ficaram em Salvador.

O financiamento do projeto veio através de uma lei de incentivo à cultura, então é descontado do imposto de renda e isso é uma coisa da secretária da fazenda do Estado, então tem um incentivo do estado, mas eu não sei, não é um incentivo que sai dinheiro, mas que libera o pagamento de impostos de uma empresa, no valor de 80% do imposto, 20% ela tinha que botar no bolso, mas é os mesmos 20% que a gente gasta em divulgação de imagem, então de alguma forma a empresa entende que o que ela está colocando do bolso retorna em imagem. E aí foi um projeto de aproximadamente R\$ 140 mil. E foi o bom preço que debateu do imposto via as leis de incentivo estadual da Bahia. Depois de um tempo, do projeto piloto, o dinheiro só deu para 6 meses, porque a gente pagou as conexões de internet via satélite na época com Star One<sup>66</sup>, que era muita cara. Então quando estava acabando o piloto que a gente gostou pra “caramba” e queria continuar, saiu a história dos Pontos de Cultura que era reconhecer quem já era. E a gente já era, já tínhamos 6 meses de experiência e então conseguimos nos conveniar no edital de 2004, mas os recursos só foram liberados em 2005.

O motivo principal que nos chamou a atenção naquela época, tinha muito haver tinha muito haver com que fazíamos com os livros e com as apresentações nas escolas através dos livros, então o motivo principal era cultural e desde o ponto de vista de fortalecer os indígenas para escreverem suas próprias histórias, resgatar suas memórias, manter viva as tradições, os conhecimentos, os saberes. Então o motivo fundamental tinha haver com essa salva guardas, com essa projeção, afirmação “identitária” cultural. O que a gente imaginou um pouquinho era que a ferramenta também iria trazer benefícios no nível dos direitos, mas a gente achava que era principalmente as reivindicações. Só quando instalamos os computadores, aí o que você queria saber (risos), foi através da apropriação dos próprios indígenas que a gente descobriu que o computador conectado nas aldeias, os índios não precisavam

---

<sup>66</sup> Satélite de conexão ofertado pela Embratel - [http://www.starone.com.br/internas/brasilsat\\_b4/](http://www.starone.com.br/internas/brasilsat_b4/)

mais de viajar para fazer um processo de aposentadoria, INSS, senso escolar. Muitas coisas que eram do nível básico da cidadania, de serviços que por ser indígenas, por estar longes e por serem excluídos, estavam mais excluído ainda, com a internet a gente fez um salto, um salto quântico no acesso a esses direitos básicos que outras pessoas numa metrópole têm com mais facilidade. A gente deu com a internet esse pulo. Então foram os indígenas que descobriram isso, nenhum de nós falou: “vai lá fazer sua inscrição do CPF”. Foram eles fuçando, buscando na demanda da própria comunidade, como o computador estava dentro da aldeia que fizeram esse atendimento assim. E aí a gente cresceu nessa dimensão que quando o Ponto de Cultura nasce, via Ministério da Cultura, já era proposta do Ministério que o computador seja para cultura e cidadania. Então a gente explodiu e fizemos muitos trabalhos em rede, não só dos 7 Pontos de Cultura Indígena que tínhamos, mas em rede com todos os outros pontos de Cultura que estavam nascendo. Então era rede com outros pontos, de cultura, de software livre, cultura digital, várias coisas. Índios e não índios, acesso a rede e também pessoas fora do Brasil.

A gente criou os Índios Online com uma perspectiva que ela viesse a torna-se uma rede autônoma. Então no início foi um processo de informação, empoderamento, de fortalecimento, mas a gente achava que em algum momento, a Thydêwá não precisaria mais ficar na coordenação. E foi assim que aos poucos os membros da rede foram avançando, empoderando, apropriando-se. E quando ganhamos o prêmio Mídia Livre em 2009, o dinheiro do prêmio, que na época foi de R\$ 120 mil, a gente disse então, como Thydêwá, a rede pode ficar com esse recurso e ela gerir esse recurso com autonomia plena e procure de aí para a frente se auto sustentar. Então a partir daí entendemos que já havíamos feito vários processos e não precisaríamos mais correr atrás do financiamento da rede e deu autonomia 100 por 100, digamos. E os indígenas que estavam na gestão da rede fizeram o seu próprio plano de trabalho, o seu planejamento e saíram fazendo oficinas, trabalho e foi muito legal, foi um ano cheio de publicações e entrando, mas depois eles não conseguiram fazer outras amarrações financeiras que permitissem a rede continuar aquela atividade forte que teve até esse ano. Então a rede continua

hoje, mas não teve mais ações financiada que mantivesse o nível de quantidade de publicações que estava tendo.

O sistema de postagem da rede Índios Online foi sempre igual. A gente sempre achou que deveria ter o mínimo de burocracia, técnica administrativa, então há muito liberdade e é muito descentralizado. Há muitos indígenas têm um login com autonomia de administração, que podem postar e criar outros logins, então há vários índios que estão postando com total liberdade, total protagonismo e permitindo que outras pessoas entrem na rede.

## Anexos

**Anexo I**

Objetivos específicos e justificativa do projeto *Mensagens da Terra*.

	<p>MINISTERIO DA CULTURA PORTAL DOS CONVÊNIOS SICONV - SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS</p>
---	---

<p><b>Nº / ANO DA PROPOSTA:</b> 060345/2011</p>
<p align="center"><b>DADOS DO CONCEDENTE</b></p>
<p><b>OBJETO:</b></p> <p>O programa Mensagens da Terra tem o seguinte objetivo Geral: Fortalecer Comunidades Indígenas para terem melhor visão crítica e melhor preparo para projetar seus futuros, com Protagonismo, Liberdade e Autonomia; dignificando a vida dos indígenas e assegurando a sustentabilidade de suas Culturas.</p> <p>Específicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implantar 08 Pontos de Cultura Indígena em 08 comunidades indígenas do Nordeste de etnias diferentes; sendo cada comunidade corresponsável do seu PCI.</li> <li>2. Implantar um Programa de FORMAÇÃO: Criar uma Rede Colaborativa de Formação continuada para 100 Agentes Indígenas de Cultura Viva e os PCIs; através da realização de 06 Encontros Multiétnicos Presenciais de Cruzamento de Saberes e Experiências e;</li> <li>07 Oficinas presenciais em cada um dos 08 PCI sobre: Diagnostico participativo; Registros (Memoria e Comunicação); Alfabetização Digital; Realização Audiovisual; Edição Audiovisual; Propriedade Intelectual, Direitos Indígenas e Direito Autoral; Gesto de Projetos e Gesto Compartilhada; e, via internet, apoio continuo através de portal específico.</li> <li>3. Apoiar a realização de projetos e produtos advindos de cada um dos 08 PCIs.</li> </ol>
<p><b>JUSTIFICATIVA:</b></p> <p>A THYDEWA quer a parceria da SID-MinC para implantar junto com 08 Comunidades Indígenas 08 Pontos de Cultura Indígena na Região do Nordeste, um programa que titulamos: MENSAGENS DA TERRA: Pataxo Hahahae; Pataxo; Tupinamba (BA); Pankararu; Truka (PE); Karapoto, Kariri-Xocó (AL) e Xokó (SE).</p> <p>A THYDEWA estará capacitando 100 Agentes Indígenas de Cultura Viva que se apropriarão das TICs em favor de suas Comunidades, terão domínio da internet e do audiovisual para fortalecerem suas culturas e também melhorarem a Educação, a Cidadania e a Sustentabilidade de suas Comunidades.</p> <p>A THYDEWA estará realizando uma formação continuada, presencial e a distancia. Realizando Oficinas dentro das 08 Comunidades participantes e 06 Encontros de Cruzamentos de Saberes e Práticas com a equipe técnica do programa e com representantes de cada uma das 08 comunidades. Contando também com um portal Rede Colaborativa de Formação Continuada. Teremos 100 agentes Indígenas formados e multiplicando os conhecimentos. Cada uma das 08 comunidades participantes terá autonomia para fazer a sua gestão de Ponto e terá o apoio da THYDEWA para buscar a continuidade e a sustentabilidade de seu Ponto. Cada PCI terá seus subprojetos e produtos (DVD, CD, Livros) decorrentes deste programa de formação. Cada comunidade terá mais visibilidade no contexto nacional e a divulgação estará orientada a valorização da diversidade, dos saberes tradicionais e da promoção da Cultura da Paz.</p> <p>Vários indígenas de várias etnias demandaram a THYDEWA por Programas de fortalecimento Cultural e por Programas de Capacitação. Muitos que conheciam os Programas da THYDEWA como ÍNDIOS NA VISÃO DOS ÍNDIOS, ÍNDIOS ONLINE, ARCO DIGITAL, CELULARES INDÍGENAS demandaram diretamente por qualificação em Comunicação e qualificação para se apropriar das novas tecnologias. Este edital casa perfeitamente com o desejo de próximo passo da ONG: Realizar um programa de EMPONDERAMENTO das comunidades indígenas para terem capacidade de fazer a GESTÃO de seus próprios PCIs; ao tempo que facilitarmos a criação (aliança) de uma Rede de PCIs - Uma Comunidade Colaborativa.</p> <p>Os indígenas querem ter seus próprios Pontos de Cultura, mas para isso necessário uma melhor qualificação dos mesmos.</p> <p>MENSAGENS DA TERRA é um programa de formação continuada com prática de co-gestão durante tres anos, emponderando assim as comunidades para sua autonomia no Ponto de Cultura e maior autonomia como comunidade mesmo.</p> <p>Para a ONG THYDEWA o Programa possibilita avanços significativos em muitos de seus objetivos estatuais, destacando a formação de indígenas através de Oficinas e Encontros de Cruzamento de Saberes, aumentando a consciência, a visão crítica e a articulação; aumentando a capacidade dos indígenas para serem sujeitos protagonistas de transformação social de suas próprias comunidades e do Planeta, de acordo aos anseios das próprias comunidades indígenas.</p> <p>O programa: MENSAGENS DA TERRA vem sendo construindo em RODAS de CONVERSA, há mais de dois anos, com vários indígenas que estarão participando do mesmo.</p>
<p><b>FUNDAMENTO LEGAL:</b> 6170/07</p>

**Anexo II**  
Edital 01/2010 Pontos de Cultura Indígena



## EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 133/2010

Nº Processo: 01430001027201019 - Objeto: Gláucia Maria Mollo - Colaborador - Pagamento Total de Itens Licitados: 00001 - Fundamento Legal: Artigo 25, Caput, da Lei 8.666/93. Justificativa: Contratação p/ curso de Formação de Mediadores de Leitura. Declaração de Inexigibilidade em 05/10/2010. CELIA PORTELLA - Diretora Executiva. Ratificação em 05/10/2010. MUNIZ SODRÉ - Presidente da FBN. Valor: R\$ 2.500,00. Contratada: GLAUCIA MARIA MOLLO - Valor: R\$ 2.500,00

(SIDEIC - 05/10/2010) 344042-34209-2010NE900031

## EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 134/2010

Nº Processo: 01430001026201058 - Objeto: Fábio Henrique Nunes Medeiros - colaborador pagamento Total de Itens Licitados: 00001 - Fundamento Legal: Artigo 25, Caput, da Lei 8.666/93. Justificativa: Curso de capacitação de recursos humanos na área do livro e da leitura voltado para Professores Declaração de Inexigibilidade em 05/10/2010. CELIA PORTELLA - Diretora Executiva. Ratificação em 05/10/2010. MUNIZ SODRÉ - Presidente da FBN. Valor: R\$ 2.500,00. Contratada: FABIO HENRIQUE NUNES MEDEIROS. Valor: R\$ 2.500,00

(SIDEIC - 05/10/2010) 344042-34209-2010NE900031

## EXTRATO DE RESCISÃO

CONTRATO Nº 16/2009

Nº Processo: 01430001547200971. Contratante: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL - CNPJ Contratado: 02449992018101. Contratado: VIVO S.A. - Objeto: Contratação de empresa para a prestação de Serviço de Telefonia Móvel, com fornecimento de 05 linhas digitais - GSM, em regime de comodato, para uso da FBN no Rio de Janeiro. Fundamento Legal: Art. 79, II, da Lei nº 8.666/1993. Data de Rescisão: 31/08/2010.

(SICON - 05/10/2010) 344042-34209-2010NE900042

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO  
E ADMINISTRAÇÃO

## EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 7/2010

Nº Processo: 01550000379201074 - Objeto: Contratação de show com músico Guinga ea cantora Mônica Salmaso, Dia da Cultura. Total de Itens Licitados: 00001 - Fundamento Legal: Artigo 25, inciso III, da Lei 8.666/93. Justificativa: Lei 5579, comemorado em todo o Brasil, em homenagem ao nascimento de Rui Barbosa, patrono da instituição Declaração de Inexigibilidade em 04/10/2010. CARLOS RENATO COSTA MARINHO - Coordenador Geral de Planej. e Administração. Ratificação em 04/10/2010. CARLOS RENATO COSTA MARINHO - Coordenador Geral de Planej. e Administração. Valor: R\$ 17.000,00. Contratada: ARTBRAZ PRODUÇÕES LTDA. Valor: R\$ 17.000,00

(SIDEIC - 05/10/2010) 344001-34201-2010NE900011

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO  
E ARTÍSTICO NACIONAL

## EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Processo: nº. 01450.00809/2009-07. Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº. 706387/09 - SICONV. CONCEDENTE: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. CNPJ: nº. 26.474.056/0001-71. UG: nº. 343026. GESTÃO: 40401. CONVENIENTE: Fundação de Arte de Ouro Preto. CNPJ: nº. 23.070.071/0001-66 OBJETO: Constitui o presente Termo Aditivo, a alteração do prazo de vigência do presente Convênio. VIGÊNCIA: será do dia 01 de outubro de 2010 a 15 de agosto de 2011. DATA E ASSINATURA: 30 de setembro de 2010. Luiz Fernando de Almeida - Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, CPF: 463.783.166-00, Ana Maria Pacheco - Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto, CPF: 245.477.436-49.

PROCESSO: nº. 01492.000404/2009-18. Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº. 713341/2009 - SICONV. CONCEDENTE: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. CNPJ: nº. 26.474.056/0001-71. UG: nº. 343026. GESTÃO: 40401. CONVENIENTE: Estado do Pará por intermédio de sua Secretaria de Estado de Cultura - SECULT. CNPJ: nº. 05.252.176/0001-54 OBJETO: Constitui o presente Termo Aditivo, a alteração do prazo de vigência do presente Convênio. VIGÊNCIA: será do dia 01 de outubro de 2010 a 09 de julho 2011. DATA DA ASSINATURA: 30 de setembro de 2010. Luiz Fernando de Almeida - Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, CPF: 463.783.166-00, Cincinato Marques de Souza Junior - Secretário de Estado de Cultura, CPF: 153.220.922-34.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/normas/diario>, pelo código 00032010100600012

DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO  
CENTRO CULTURAL PAÇO IMPERIALAVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº 3/2010

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de pessoa jurídica para serviços de apoio administrativo para atendimento das necessidades do Paço Imperial. Total de Itens Licitados: 00001 - Edital: 07/10/2010 de 10h00 às 12h00 e de 14h às 17h00 - ENDEREÇO: Praça XV de Novembro, 48 Centro - RIO DE JANEIRO - RJ. Entrega das Propostas: a partir de 07/10/2010 às 10h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 20/10/2010 às 11h00 site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Informações Gerais: Contratação de pessoa jurídica para serviços de apoio administrativo do Paço Imperial.

CHRISTIANE MARINHO DE LUCENA  
Pregoeira

(SIDEIC - 05/10/2010) 343026-40401-2010NE900036

## SUPERINTENDÊNCIA EM GOLÁS

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/2010

Nº Processo: 01516000831201014. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. CNPJ Contratado: 05426955000129. Contratado: ARTE BRASILIIS COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME. Objeto: Contrato de Prestação de Serviços de impressão e montagem do livro "Guia Sentimental da Cidade de Pirenópolis". Fundamento Legal: Lei 8.666/93 Vigência: 29/09/2010 a 29/10/2010. Valor Total: R\$28.740,00. Fonte: 100000000 - 2010NE900286. Data de Assinatura: 29/09/2010.

(SICON - 05/10/2010) 343026-40401-2010NE900088

## SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2010

Nº Processo: 01514002931201003. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. CNPJ Contratado: 04927623000165. Contratado: REDE CIDADE - DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LTDA. Objeto: Pesquisa e diagnóstico de bens culturais de natureza imaterial presentes em nove cidades mineiras integrantes da circuito Serra do Cipó. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e alterações. Vigência: 04/10/2010 a 01/08/2011. Valor Total: R\$61.500,00. Fonte: 100000000 - 2010NE900375. Data de Assinatura: 04/10/2010.

(SICON - 05/10/2010) 343026-40401-2010NE900088

## SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

RESULTADOS DE JULGAMENTOS  
CONVITE Nº 4/2010

A Comissão de Licitação do IPHAN-RJ torna público o resultado da Convite 04/2010, cujo objeto é a contratação de serviço técnico especializado, pessoa física, profissional com nível superior com experiência comprovada em inventário de acervo museológico para executar serviços de identificação para o inventário da Coleção da Casa Heloisa Alberto Torres, em Itaboraí (continuação), sendo a museóloga Nayara Cavallini de Souza, inscrita no CPF 116.904.357-71, a vencedora por apresentar proposta de menor preço, de acordo com os termos do projeto básico, no valor de R\$18.000,00(dezoito mil reais)

RENATO PINHEIRO DE MARIA  
Presidente de Comissão

(SIDEIC - 05/10/2010) 343026-40401-2010NE900088

## PREGÃO Nº 38/2010

O pregoeiro e sua equipe de apoio torna público o resultado do pregão eletrônico nº38/2010, cujo objeto é aquisição de material de consumo que teve como vencedor as empresas: CARTEL COM. DEP. E PAPELARIA, CNPJ 36220515000144 valor R\$28,80 01 Item, CINPEL COM. DE PAPEIS, CNPJ 02857215000159 valor R\$77,50 03 Item, MIRA FLTADA, CNPJ035614085000196, valor R\$271,00 04 Item, CHUS PAPELARI LTDA, CNPJ 28938421000187, valor R\$180,00 06 Item, VINIPEL COMERCIAL LTDA, CNPJ 32228694000105, valor R\$ 578,60, 05 Item/ VALOR GLOBALR\$ 1.635,90 (Um mil e seiscentos e trinta e cinco reais e noventa centavos).

MARCIO DE LIMA SILVA

(SIDEIC - 05/10/2010) 343026-40401-2010NE900088

## SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

RESULTADO DE JULGAMENTO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2010

A Superintendência do IPHAN em São Paulo comunica que a empresa CM Construção Civil e Planejamento LTDA, CNPJ 05.619.496/0001-08 foi a vencedora da Tomada de Preços nº. 03/2010 que trata das obras emergenciais na sede do IPHAN em São Paulo, com a proposta de R\$ 379.829,71 (Trezentos e setenta e nove mil, oitocentos e vinte e nove reais e setenta e um centavos).

RICARDO AUGUSTO DOS SANTOS REIS  
Presidente da CPL

(SIDEIC - 05/10/2010) 343026-40401-2010NE900088

SECRETARIA DA IDENTIDADE  
E DA DIVERSIDADE CULTURALAVISO DE RETIFICAÇÃO  
CONCORRÊNCIA Nº 1/2010

O Secretário da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, no uso de suas atribuições, com referência ao Edital de Concorrência Nº 1/2010 - Apoio a implantação dos Pontos de Cultura Indígena cuja formulação oriunda do programa Cultura Viva com suas metas estabelecidas no Programa Cultura Viva, publicado no Diário Oficial da União de 15 de setembro de 2010, seção 3, páginas 10 a 16, RESOLVE:

I - No item 1 - DO OBJETO - Subitem 1.1

Onde se lê:

"1.1. A presente Concorrência tem por objeto a seleção de, no mínimo, 06 (seis) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs para a implementação de 92 (noventa e dois) Pontos de Cultura Indígenas - PCI, conforme especificações constantes neste Edital e seus Anexos."

Leia-se:

1.1. A presente Concorrência tem por objeto a seleção de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs para a implementação de 92 (noventa e dois) Pontos de Cultura Indígenas - PCI, conforme especificações constantes neste Edital e seus Anexos

II - No item 3 - DA PROPOSTA TÉCNICA - Subitem 3.1.1.

Onde se lê:

"3.1.1. Cada OSCIP poderá apresentar a sua proposta de implantação dos Pontos de Cultura Indígena para o período de 03 (três) anos, em no máximo 2 (duas) regiões do Brasil."

Leia-se:

3.1.1. Cada OSCIP poderá apresentar a sua proposta de implantação dos Pontos de Cultura Indígena para o período de 03 (três) anos, para mais de uma região do Brasil. Para tanto, a OSCIP deverá encaminhar proposta técnica específica para cada região, enviada em envelopes separados (o envelope da habilitação da OSCIP poderá ser único).

III - No Anexo I - Termo de Referência

Onde se lê:

"As OSCIPs deverão elaborar as suas propostas de implantação dos Pontos de Cultura Indígena observando os agrupamentos das Terras Indígenas indicados no Anexo IV deste Edital. A proposta a ser apresentada por cada OSCIP, por sua vez, poderá contemplar apenas UM dos agrupamentos referidos. O plano de ação para a implantação dos 92 (noventa e dois) Pontos de Cultura Indígena deve ainda prever sua execução em três etapas. Ao término de cada etapa deverão ser entregues os produtos previstos por este Termo de Referência (item 8). O repasse dos recursos da segunda e da terceira parcelas instituídas pelo Termo de Referência para a OSCIP estará condicionado à entrega e aprovação destes produtos. Ao término da execução do projeto a OSCIP deverá fazer as entregas finais do projeto."

Leia-se:

"As OSCIPs deverão elaborar as suas propostas de implantação dos Pontos de Cultura Indígena observando os agrupamentos das Terras Indígenas indicados no Anexo IV deste Edital. A proposta a ser apresentada por cada OSCIP, por sua vez, poderá contemplar mais de UM dos agrupamentos referidos. O plano de ação para a implantação dos 92 (noventa e dois) Pontos de Cultura Indígena deve ainda prever sua execução em três etapas. Ao término de cada etapa deverão ser entregues os produtos previstos por este Termo de Referência (item 8). O repasse dos recursos da segunda e da terceira parcelas instituídas pelo Termo de Referência para a OSCIP estará condicionado à entrega e aprovação destes produtos. Ao término da execução do projeto a OSCIP deverá fazer as entregas finais do projeto."

AMÉRICO JOSÉ CÔRDULA TEIXEIRA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**Anexo III**  
Planos de Trabalho dos PCI

## PLANO DE TRABALHO PCI ALDEIA KARAPOTÓ PLAKI-O



### LOCAL

Comunidade Karapotó-Plaki-ô, São Sebastião - Alagoas

### PARTICIPANTES

Bruna Karapotó-Plaki-ô

Laura Karapotó-Plaki-ô

Marcelo Karapotó-Plaki-ô

Wilton Karapotó-Plaki-ô

Wilma Karapotó-Plaki-ô

MISSÃO Karapotó-Plaki-ô

### MISSÃO

Fazer do PCI um local de fortalecimento da nossa cultura.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Terminar as reformas que ainda existe no ponto;

- Programar reuniões para estabelecer as funções de cada membro do PCI;
- Estruturar o ponto com: ventiladores, computadores, câmeras, mesas, cadeiras, livros;
- Promover palestras e fazer cineclub para a comunidade;
- Reunir os jovens para fazer palestras e oficinas.

### TAREFAS:

Plano de Trabalho aldeia Karapotó-Plaki-ô					
Tarefas / executores	Bruna	Laura	Marcelo	Wilma	Wilton
Ensinar a comunidade a manusear os computadores - Bruna preta, Laura azul;	Preta	Azul			
Dar aulas de canto, toré e dança - Marcelo preta, Bruna azul, Laura vermelha;	Azul	Vermelha	Preta		
Buscar pessoas para fazer palestras - Laura e Bruna azul;	Azul	Azul			
Reunir a comunidade para dar aula de cultura - Marcelo e Wilton vermelho, Laura preta, Bruna azul;	Azul	Preta	Vermelha		Vermelha
Conseguir sementes para plantio - Willma, Wilton, Bruna (azul), Laura (vermelho);	Azul	Vermelha		Azul	Azul
Pintar o ponto - Laura, Bruna e Marcelo azul;	Azul	Azul	Azul		
Fazer cineclub - Laura, Bruna e Willma (azul);	Azul	Azul		Azul	
Fazer oficinas de cultura - Laura, Bruna (azul);	Azul	Azul			
Convidar a comunidade para reuniões - Marcelo, Willma e Wilton (Azul);			Azul	Azul	Azul
Dar Oficinas de artesanato - Laura, Bruna, Marcelo (vermelho) e Willma (azul).	Vermelha	Vermelha	Vermelha	Azul	

**CRONOGRAMA**

<b>Cronograma Plano de Trabalho Karapotó-Plaki-ô - 2014</b>												
<b>Mês</b>	<b>Outubro</b>				<b>Novembro</b>				<b>Dezembro</b>			
<b>Tarefas / Semana</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
Ensinar a comunidade a manusear os computadores - Bruna preta, Laura azul;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Dar aulas de canto, toré e dança - Marcelo preta, Bruna azul, Laura vermelha;		X	X			X	X			X	X	
Buscar pessoas para fazer palestras - Laura e Bruna azul;		X		X		X		X		X		X
Reunir a comunidade para dar aula de cultura - Marcelo e Wilton vermelho, Laura preta, Bruna azul;		X	X			X	X			X	X	
Conseguir sementes para plantio - Willma, Wilton, Bruna (azul), Laura (vermelho);			X				X				X	
Pintar o ponto - Laura, Bruna e Marcelo azul;								X				
Fazer cineclub - Laura, Bruna e Willma (azul);				X				X				X
Fazer oficinas de cultura - Laura, Bruna (azul);				X				X				X
Convidar a comunidade para reuniões - Marcelo, Willma e Wilton (Azul);		X				X			X			
Dar Oficinas de artesanato - Laura, Bruna, Marcelo (vermelho) e Willma (azul).							X				X	

**OBSERVAÇÕES**

Não há.

## PLANO DE TRABALHO PCI ALDEIA KARIRI-XOCÓ



### LOCAL

Comunidade Kariri-Xocó, Porto Real do Colégio - Alagoas

### PARTICIPANTES

Luziana Tononé

José Luiz Neto

Josemar Santos

Rubens Santos

Laura Kaiane

José Nunes de Oliveira Nhenety

Kelinha Nascimento

### MISSÃO

Fazer do PCI um ambiente onde a comunidade possa ensinar e aprender.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Reativar a língua indígena em oficinas;
- Reformar o Ponto conforme a Cultura Indígena e fazer uma festa de inauguração;
- Promover a participação da comunidade;
- Criar ações sustentáveis;
- Fazer parcerias com outros segmentos;
- Executar oficinas temáticas;
- Organizar o ambiente e seus horários de funcionamento, oficinas e limpeza.

## TAREFAS

Plano de Trabalho aldeia Kariri-Xocó							
Tarefas / executores	Luziana Tononé	José Luiz Neto	Josemar Santos Pires	Rubens Santos	Laura Kaiane	José Nunes de Oliveira Nhenety	Kelinha Nascimento
Unir os Jovens do PCI.				Azul	Azul	Azul	
Proteger nossa cultura.				Azul		Azul	
Fortalecer a cultura.		Azul		Azul	Azul	Preto	Azul
Organizar Decoração Indígena no ponto.	Vermelha	Vermelha	Vermelha	Azul			
Convidar pessoas da área indígena para realizar palestras.		Preta		Preta			
Convidar pessoas para organizar.		Azul			Azul		
Articular as ações da cultura.			Vermelha				Vermelha
Apoiar as atividades do Ponto.		Azul	Azul				Azul
Contribuir para organizar o Ponto.	Azul	Azul					Azul
Construir com palestras de conscientização.		Azul	Azul				Azul
Compartilhar as ações com os demais indígenas por meio oral ou digital.	Azul	Azul	Azul				Azul
Celebrar com Toré.		Azul	Azul	Azul		Azul	Azul

## CRONOGRAMA

Cronograma Plano de Trabalho Kariri Xocó – 2014												
Mês	Outubro				Novembro				Dezembro			
Tarefas / Semana	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Unir os Jovens do PCI	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Proteger nossa cultura	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Fortalecer a cultura	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Organizar Decoração Indígena no ponto			X				X				X	
Convidar pessoas da área indígena para realizar palestras		X				X				X		
Convidar pessoas para organizar eventos culturais		X				X				X		
Articular as ações da cultura	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Apoiar as atividades do Ponto	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Contribuir para organizar o Ponto	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Convidar as pessoas para uma palestra	X				X				X			
Convidar os jovens para pintar o muro do ponto conforme as características indígenas			X	X								
Plantar árvores ao redor do Ponto							X	X				
Construir palestras de conscientização		X				X				X		
Contribuir no que o ponto precisar	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Apoiar as iniciativas da comunidade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Ajudar na limpeza semanais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Dar palestras de conscientização				X				X				X
Compartilhar as ações com os demais indígenas por meio oral ou digital	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Celebrar com Toré	X			X	X			X	X			X

## OBSERVAÇÕES

Não há.

## PLANO DE TRABALHO PONTO DE CULTURA DA ALDEIA TUPINAMBA - ITAPOÃ



### LOCAL

Comunidade Tupinamba, Olivença – Ilhéus - Bahia

### PARTICIPANTES

Ayla Tupinambá

Valdelice Tupinambá

Maila Tupinambá

Murilo Tupinambá

Amaral Tupinambá

Gilvan Tupinambá

### MISSÃO

O Ponto de Cultura Indígena Raízes Tupinambá é um espaço de fortalecimento, resgate, preservação e divulgação da Cultura e Memória do Povo Tupinambá de Olivença.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Fazer um planejamento das atividades a serem realizadas e dividir tarefas entre os bolsistas e comunidade;
- Cuidar do ambiente físico do PCI (Segurança e limpeza) com responsabilidade, mantendo-o ativo e respeitando seus horários e atividades;
- Fazer reuniões gerais mostrando à comunidade a importância do PCI;
- Conversar com os anciões para registro da memória do Povo;
- Realizar oficinas de informática, fotografia e artesanato, com celebração no final de cada oficina;
- Reformar o PCI;
- Publicar matérias nos índios Online;
- Fazer a festa de inauguração do PCI e a cada nova conquista celebrar.

**TAREFAS:**

	Ayla	Valdelice	Maila	Murilo	Gilvan	Amaral
Reunir idosos para uma roda de conversa.		Azul		Vermelha		Azul
Colocar as tarefas no papel e cada dia fazer acontecer.	Azul	Azul	Azul	Azul		
Organizar os horários.	Azul					
Fechar a porta para dividir o PCI e o posto.	Azul			Azul		
Reformar o PCI						
Elaborar a placa do PCI.				Azul		Azul
Fazer entrevista do povo Tupinambá e outros povos.	Azul		Vermelha	Vermelha	Preta	
Derrubar a parede.	Azul			Azul		
Publicar 4 matérias por mês no índios online (uma por mês).	Azul				Preta	
Realizar 4 encontros com anciões sendo um a cada mês (set, out, nov, dez).	Vermelha		Vermelha	Vermelha		Verde

Realizar 3 cineclubes por mês (um com crianças, um com adultos e com os jovens).	Azul		Azul			
Fazer reuniões com professores e alunos para apresentação de filmes, palestras educativas saber a conviver na comunidade.	Vermelha	Preta	Vermelha			
Oferecer oficinas a comunidade/buscar pessoas.	Vermelha		Vermelha	Vermelha		
Realizar aulas de informática.	Vermelha		Azul	Vermelha		
Armar nas paredes tipo um balcão para os PCI.				Azul		
Realizar reuniões semanal ou mensal para discutir as atividades do PCI.	Azul	Azul	Azul	Azul		
Reunir os participantes do PCI para planejamento e avaliação semanalmente.						
Monitoramento dos PCI;						
Limpar o PCI.	Azul	Azul	Azul	Azul		
Fiscalização com equipamentos de trabalho.	Azul		Azul	Azul		
Dormir no PCI.						
Realizar reunião uma vez por mês para socializar as ações realizadas pelo o PCI.	Azul	Azul	Azul		Preta	
Compartilhar o andamento do PCI com a comunidade.						
Realizar uma reunião do conselho do PCI por mês.	Azul	Azul	Azul	Azul	Azul	Azul
Celebrar quando as atividades do mês já estiverem concluídas.	Azul	Azul	Azul	Vermelha		

## CRONOGRAMA

Cronograma Plano de Trabalho Xokó - 2014												
Mês	Outubro				Novembro				Dezembro			
Tarefas / Semana	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Reunir idosos para uma roda de conversa.			X				X				X	
Colocar as tarefas no papel e cada dia fazer acontecer.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Organizar os horários.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Fechar a porta para dividir o PCI e o posto.			X	X								
Reformar o PCI				X	X	X	X	X				
Elaborar a placa do PCI.							X	X				
Fazer entrevista do povo Tupinambá e outros povos.		X				X				X		
Derrubar a parede.				X								
Publicar 4 matérias por mês nos índios online (uma por mês).			X				X				X	
Realizar 4 encontros com anciões sendo um a cada mês (set, out, nov, dez).			X				X				X	
Realizar 3 cineclubes por mês (um com crianças, um com adultos e com os jovens).		X				X				X		
Fazer reuniões com professores e alunos para apresentação de filmes, palestras educativas saber a conviver na comunidade.		X				X				X		
Oferecer oficinas a comunidade/buscar pessoas.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Realizar aulas de informática.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Armar nas paredes tipo um balcão para os PCI.		X	X	X								
Realizar reuniões semanais ou mensais para discutir as atividades do PCI.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Reunir os participantes do PCI para planejamento e avaliação semanalmente.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Monitoramento dos PCI;				X				X				X
Limpar o PCI.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Fiscalização com equipamentos de trabalho.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Dormir no PCI.												
Realizar reunião uma vez por mês para socializar as ações realizadas pelo o PCI.			X				X				X	
Compartilhar o andamento do PCI com a comunidade.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Realizar uma reunião do conselho do PCI por mês.				X				X				X
Celebrar quando as atividades do mês já estiverem concluídas.				X				X				X

## OBSERVAÇÕES

Não há.

## PLANO DE TRABALHO ALDEIA PANKARARU



### LOCAL

Comunidade Pankararu - Pernambuco

### PARTICIPANTES

Fernando Monteiro dos Santos

Luciene Maria da Silva

Maria Nara dos Santos

Rafael Diogo Vieira dos Santos

Wilson Pereira dos Santos

### MISSÃO

#### OBJETIVOS ESPECIFICOS DO PCI

- Divulgar o PCI periodicamente para a comunidade Pankararu;
- Realizar oficinas para reafirmar, fortalecer a cultura;
- Realizar reuniões de planejamento duas vezes por mês com o conselho;
- Buscar parceiros para realizar as oficinas, palestras e cursos;
- Buscar recursos para o PCI por meio de parceiros;
- Promover a organização e funcionamento do PCI.

## TAREFAS

Plano de Trabalho Aldeia Pankararu					
Tarefas / Executores	Fernando Monteiro dos Santos	Luciene Maria da Silva	Maria Nara dos Santos	Raphael Diogo Vieira dos Santos	Wilson Pereira dos Santos
Buscar parceria com as escolas.	Preto				
Divulgar para a comunidade a comunidade as atividades do PCI para que essa fique por dentro do que vem ocorrendo e participe.		Azul		Vermelho	
Fazer parceria com a comunidade.	Azul				
Convidar pessoas que deem palestras sobre a cultura indígena.	Preto		Vermelho		
Fazer reuniões para realizar os projetos.				Azul	Vermelho
Criar modos chamativos de divulgação pela internet e físico também para chamar as pessoas de diferentes idades da comunidade.	Azul				
O presidente do conselho da uma palestra sobre o que é o PCI, qual é seu objetivo.	Azul				
Aplicar multicultural no PCI.				Azul	
Saber mais sobre a história e meios concretos do PCI.			Vermelho		
Tirar fotos de rituais, remédios e sua história.			Azul	Azul	
Fazer cartazes.			Azul		
O PCI promover oficinas no laboratório das escolas (parceria), enquanto não há internet no PCI.			Vermelho	Azul	
Promover eventos que interesse o público, de forma dinâmica e atrativa.			Vermelho		
Convidar um artesão, para ensinar a confeccionar artesanato, falar da importância desses objetos.					Azul
Vender artesanatos pela internet.	Azul		Vermelho		

## CRONOGRAMA

Cronograma Plano de Trabalho Pankararu - 2014												
Mês	Outubro				Novembro				Dezembro			
Tarefas / Semana	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Buscar parceria com as escolas.		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Divulgar para a comunidade a comunidade as atividades do PCI para que essa fique por dentro do que vem ocorrendo e participe.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Fazer parceria com a comunidade.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Convidar pessoas que deem palestras sobre a cultura indígena.	X				X				X			
Fazer reuniões para realizar os projetos.	X				X				X			
Criar modos chamativos de divulgação pela internet e físico também para chamar as pessoas de diferentes idades da comunidade.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
O presidente do conselho da uma palestra sobre o que é o PCI, qual é seu objetivo.		X				X				X		
Aplicar multiculturalidade no PCI.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Saber mais sobre a história e meios concretos do PCI.	X	X	X	X								
Tirar fotos de rituais, remédios e sua história.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Fazer cartazes.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
O PCI promover oficinas no laboratório das escolas (parceria), enquanto não há internet no PCI.			X	X		X	X					
Promover eventos que interesse o público, de forma dinâmica e atrativa.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Convidar um artesão, para ensinar a confeccionar artesanato, falar da importância desses objetos.		X		X		X		X		X		
Vender artesanatos pela internet.												

## OBSERVAÇÕES

Não há.

## PLANO DE TRABALHO ALDEIA MILAGROSA – PATAOXO HÃHÃHÃE



### LOCAL

Comunidade Pataxó Hãhãhãe – Milagrosa - Pau Brasil –Bahia

### PARTICIPANTES

Maria Muniz Pataxó Hãhãhãe

Fabinho Pataxó Hãhãhãe

Hemerson Pataxó Hãhãhãe

Maria Rita Pataxó Hãhãhãe

Rodrigo Pataxó Hãhãhãe

Ana Paula Pataxó Hãhãhãe

Eziene Pataxó Hãhãhãe

### MISSÃO DO PCI da Milagrosa:

“Uma Porta Aberta para o Povo Pataxó Hãhãhãe não perder a suas raízes, se fortalecer, trocar e aprender. ”.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Que o PCI seja utilizado pelos jovens e mais Velhos 5;
- Conseguir mais computadores para o PCI;
- Praticar, ensinar e realizar as comemorações com Tore 2;
- Pesquisar meios de trazer melhorias para a aldeia;



## Cronograma

Cronograma Plano de Trabalho Pataxó Hãhãhãe 2014																								
Mês	Outubro				Novembro				Dezembro				Janeiro				Fevereiro				Março			
Tarefas / Semana	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Fazer o regimento Interno.	X	X																						
Imprimir o Regimento na parede.		X																						
Organizar quem faz o que.	X				X				X				X				X				X			
Convidar pessoas para dar oficinas.		X				X				X				X				X				X		
Buscar parcerias: Secretaria de Educação e Projeto 3 Pedrinhas.		X				X				X				X				X						
Limpar o Ponto.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Pesquisar a Cultura de nossa Comunidade.			X				X				X								X				X	
História e vida de Antigamente.	X				X				X				X				X				X			
Fazer Fotos com a câmara do Ponto e Áudios com celulares.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Realizar as oficinas.			X				X				X				X				X				X	
Procurar mais equipamentos.									X	X	X													
Realizar Palestras, rodas de conversa com Jovens e Anciões.			X				X				X				X				X				X	
Fazer cineclube 1 vez a cada 15 dias com filmes culturais.			X				X				X				X				X				X	
Ensinar a outras pessoas.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Avaliar resultados.			X				X				X				X				X				X	
Compartilhar resultados com a comunidade.					X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Celebrar.			X								X				X				X				X	

## Observações

Não há.

## PLANO DE TRABALHO PCI ALDEIA XOKÓ



### LOCAL:

Comunidade Xokó, Ilha de São Pedro - Sergipe.

### PARTICIPANTES:

Yatan Lima dos Santos

Ítala Lima

Franklin Melo Freitas

Karine Santos

Elizama Xokó

### MISSÃO

“Afirmar e divulgar nossa cultura e identidade, mostrando aos mais novos da comunidade o verdadeiro valor de ser Xokó”.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Buscar novas formas e praticá-las em conjunto com o PCIX e a comunidade.
- Buscar parceria com ONGs e com a comunidade.

- Promover eventos culturais em conjunto com a comunidade Xokó, para fortalecer e afirmar nossas origens.
- Promover e manter a organização do PCIX.
- Convidar mais pessoas que possam contribuir para a organização e regularização do ponto.
- Promover eventos nos quais a comunidade possa está participando ativamente, contribuindo assim, para o crescimento e fortalecimento do ponto.
- Disponibilizar computadores com acesso à internet para divulgar na rede as boas novas da nossa comunidade.

## TAREFAS

Plano de Trabalho Aldeia Xokó					
Tarefas / executores	Elizama Santos Rosa	Franklin	Ítala Jaciara Apolônio Lima	Karine Santos	Yatan Lima dos Santos
Fazer reuniões para decidir quais atividades a realizar.			Azul		Azul
Criar um calendário para que tenhamos uma regularidade com nossos trabalhos.			Azul		Azul
Limpar o ponto de uma a duas vezes por semana.	Azul	Preta			
Transformar o ponto em um ambiente de cidadania.	Vermelha				Vermelha
Promover oficinas com práticas indígenas.			Vermelha		
Buscar eventos para o PCIX.				Azul	Vermelha

Sensibilizar a comunidade, para q possam nos apoiar no PCIX.	Azul		Azul		Vermelha
Montar oficinas para artesanato.	Vermelha				Vermelha
Entrar em contato com órgãos responsáveis que apoiam esses tipos de projetos.	Vermelha		Vermelha		Vermelha
Divulgar trabalhos realizados pelo ponto.		Vermelha	Azul		Azul
Fazer oficinas/palestras sobre saúde, cultura e outros assuntos interessantes para a comunidade.		Preta	Vermelha		Vermelha
Registrar as atividades do PCIX.		Vermelha			Azul
Fazer oficinas para ensinar as pessoas a usar computador.			Vermelha		Vermelha
Pintura do PCIX.					Azul
Fazer uma festa de inauguração.		Azul			

## CRONOGRAMA

Cronograma Plano de Trabalho Xokó - 2014																
Tarefas / Semana	Mês				Outubro				Novembro				Dezembro			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4				
Fazer reuniões para decidir quais atividades a realizar (Yatan e Ítala caneta azul).	X				X				X							
Criar um calendário para que tenhamos uma regularidade com nossos trabalhos (Yatan e Ítala caneta azul).	X															
Limpar o ponto de uma a duas vezes por semana (Yatan, Ítala e Elizama caneta azul. Franklin caneta preta).	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X				
Transformar o ponto em um ambiente de cidadania (Yatan e Elizama caneta vermelha)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X				

Promover oficinas com práticas indígenas (Ítala caneta <b>vermelha</b> )			X				X				X	
Buscar eventos para o PCIX (Karine caneta <b>azul</b> e Yatan caneta <b>vermelha</b> ).		X				X				X		
Sensibilizar a comunidade, para q possam nos apoiar no PCIX (Yatan caneta <b>vermelha</b> , Ítala e Elizama caneta <b>azul</b> ).	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Montar oficinas para artesanato (Yatan e Elizama caneta <b>vermelha</b> ).						X				X		
Entrar em contato com órgãos responsáveis que apoiam esses tipos de projetos (Yatan, Ítala e Elizama caneta <b>vermelha</b> ).							X	X	X	X	X	X
Divulgar trabalhos realizados pelo ponto (Yatan e Ítala caneta <b>azul</b> , Franklin caneta <b>vermelha</b> ).				X				X				X
Fazer oficinas/palestras sobre saúde, cultura e outros assuntos interessantes para a comunidade (Yatan e Ítala caneta <b>vermelha</b> , Franklin caneta preta).			X				X				X	
Registrar as atividades do PCIX (Yatan caneta <b>azul</b> , Franklin caneta <b>vermelha</b> ).	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Fazer oficinas para ensinar as pessoas a usar computador (Yatan e Ítala caneta <b>vermelha</b> ).							X	X	X	X	X	X
Pintura do PCIX (Yatan caneta <b>azul</b> ).									X			
Fazer uma festa de inauguração (Karine caneta <b>azul</b> ).										X		

## Observações

“O ponto de cultura é um fortalecimento a nossa cultura, por meio dele podemos fazer mais do que se pode pela nossa comunidade”.

“Nenhum trabalho de qualidade pode ser feito sem concentração e auto sacrifício, esforço e dúvida”. Que Deus ilumine nossa jornada para que possamos alcançar os objetivos almejados, contribuindo assim, para que a nossa cultura se fortaleça cada vez mais.

## PLANO DE TRABALHO PCI ALDEIA DOIS IRMÃOS



### LOCAL:

Comunidade Pataxó – Dois Irmãos – Cumuruxativa – Município de Prado – Bahia.

### PARTICIPANTES:

Maria D'juda

Jossiane Andrade Divino

Joelcio Santos da Cruz

Jacialva Maria dos Santos

Didi Pataxó

Nega Pataxó

Maria Aparecida

### MISSÃO

“Fazer do PCI um espaço onde toda a comunidade possa aprender, ensinar, criar e discutir soluções que tragam melhorias para todos nós”.

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Fortalecer nossa comunidade por meio de nossa cultura;
- Construir uma comunidade mais consciente;
- Usar a tecnologia a favor do nosso povo;

## TAREFAS

Plano de Trabalho Dois Irmãos							
Tarefas / executores	Maria D'juda	Jossiane Andrade Divino	Joelcio Santos da Cruz	Jacialva Maria dos Santos	Didi Pataxó	Nega Pataxó	Maria Aparecida
Conseguir matérias para concluir a construção do espaço do PCI.			Azul		Azul		
Fazer o jardim ao redor do PCI			Azul		Azul		
Criar uma horta para o PCI	Azul	Preta					
Limpar o espaço do PCI	Vermelha				Vermelha	Azul	Azul
Ensinar a comunidade a usar o computador		Vermelha	Vermelha				
Fazer cineclube				Azul	Vermelha		
Conseguir matérias para fazer artesanatos	Azul		Azul		Vermelha		
Oficina de crochê	Vermelha				Vermelha		
Fazer oficina de artesanato	Vermelha		Vermelha		Vermelha		
Oficina de Cultura		Vermelha	Azul		Azul		
Criar uma cozinha comunitária para o PCI		Preta	Vermelha		Vermelha	Azul	Azul
Registrar as atividades do PCIX.		Vermelha			Azul		
Fazer oficinas para ensinar as pessoas a usar computador.			Vermelha		Vermelha		

## CRONOGRAMA

<b>Cronograma Plano de Trabalho Dois Irmãos</b>																												
<b>Mês</b>	<b>Outubro</b>				<b>Novembro</b>				<b>Dezembro</b>				<b>Janeiro</b>				<b>Fevereiro</b>				<b>Março</b>							
<b>Tarefas / Semana</b>	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4				
Conseguir matérias para concluir a construção do espaço do PCI.		x	x	x	x	x	x	x	x	x																		
Fazer o jardim ao redor do PCI				x	x				x			x				x				x				x				
Criar uma horta para o PCI					x				x				x				x				x							
Limpar o espaço do PCI	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x				
Ensinar a comunidade a usar o computador	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x				
Fazer cineclub			x				x				x				x				x				x					
<b>Conseguir materias para fazer artesanatos</b>					x	x			x	x			x	x			x	x			x	x						
Oficina de croche		x	x			x	x			x	x				x				x									
Fazer oficina de artesanato						x	x			x	x			x				x	x	x	x	x	x					
Ofinica de Cultura	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x				
Criar uma cozinha comunitaria para o PCI											x	x	x	x														

### Observações

Não há

## PLANO DE TRABALHO PCI ALDEIA BARRA VELHA



### LOCAL:

Pataxó – Barra Velha – Município de Porto Seguro – Bahia.

### PARTICIPANTES:

Joel Braz

Marlene Pataxó

Miniky Pataxó

Jesse

Thixi Pataxó

Jogli

Flaviana

### MISSÃO

“Usar o PCI como uma ferramenta que nos ajude a ter mais conhecimento de nossos direitos, acesso a informação e comunicação com outras culturas.”

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Usar os recursos tecnológicos a favor da nossa comunidade;

## TAREFAS

Plano de Trabalho Barra Velha					
Tarefas / executores	Joel Braz	Marlene Pataxó	Miniky Pataxó	Jesse Braz	Thixi Pataxó
Conseguir moveis para o PCI – Cadeira/mesa					
Fazer cineclube uma vez por semana			Azul		Azul
Ajudar com a manutenção do PCI	Azul	Preta			
Limpar o espaço do PCI	Vermelha				Vermelha
Ensinar a comunidade a usar o computador		Vermelha	Vermelha		
Usar o espaço do PCI para fazer cineclub.				Azul	Vermelha
Conseguir materias para fazer artesanatos	Azul		Azul		Vermelha
Buscar oficinas de novas metodologias para criar novos artesanatos	Vermelha				Vermelha
Fazer reuniões para discutir as atividades do PCI	Vermelha		Vermelha		Vermelha
Chamar pessoas para dar palestras sobre nossa cultura.		Vermelha	Azul		Azul
Conscientizar a comunidade sobre a importância de manter viva a nossa cultura.		Preta	Vermelha		Vermelha
Fazer oficinas sobre direitos indígenas		Vermelha			Azul
Registrar os acontecimentos da comunidade.			Vermelha		Vermelha
Postar materias nos índios online					
Ensinar a comunidade a usar todos os equipamentos do PCI	Azul			Azul	
Fazer oficina de fotografia e vídeo	Vermelha				

## CRONOGRAMA

Cronograma Plano de Trabalho Barra Velha																												
Mês	Outubro				Novembro				Dezembro				Janeiro				Fevereiro				Março							
Tarefas / Semana	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4				
Conseguir moveis para o PCI - Cadeira/mesa																												
Fazer cineclub uma vez por semana	x	X			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Ajudar com a manutenção do PCI	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Limpar o espaço do PCI	x	x	x	x	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Ensinar a comunidade a usar o computador	x	x	x	x	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Usar o espaço do PCI para fazer cineclub.	x	x	x	x	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Conseguir materias para fazer artesanatos		x				x				x				x					x								x	
Buscar oficinas de novas metodologias para criar novos artesanatos	x	x	x	x	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Fazer reuniões para discutir as atividades do PCI	x				x				x				x				x								x			
Chamar pessoas para dar palestras sobre nossa cultura.	x				x				x				x				x								x			
Conscientizar a comunidade sobre a importância de manter viva a nossa cultura.	x	x	x	x	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Fazer oficinas sobre direitos indígenas		x				x				x				x				x								x		
Registrar os acontecimentos da comunidade.	x	x	x	x	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Postar materias nos índios online				x				x				x				x				x				x				x
Ensinar a comunidade a usar todos os equipamentos do PCI	x	x	x	x	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Fazer oficina de fotografia e vídeo																												

### Observações

Não há